REVISTA
CASA COMUM
CUIDAR DE SI, DO OUTRO E DO PLANETA

Nº 14
OUT/NOV/DEZ 2025

Cúpula dos Povos da Rio+20, em junho de 2012. Foto: Percurso da Cultura / Mídia NINJA

CÚPULA DOS POVOS: PROJETO POPULAR PELA JUSTIÇA CLIMÁTICA

RAIO-X
Um mergulho pela história das mobilizações da Cúpula dos Povos
Pag. 21

EM PAUTA
Clima sob ataque: como a extrema direita fomenta a crise climática
Pag. 25

NA PRÁTICA
Maiores vítimas da crise climática, mulheres são essenciais na construção das soluções
Pag. 37

Acesse também nossa revista digital

Distribuição gratuita. Venda proibida.

ISSN 2965-1433
04
9 772965 143009

Acesse também nossa revista digital

Sumário

04 _____ EM DESTAQUE
Cúpula dos Povos reúne organizações do mundo todo e lidera chamado global para o enfrentamento à crise climática e socioambiental

18 _____ VOZES EM AÇÃO
Lucia Alberta Baré: entre o Rio Negro e o mundo, uma voz pela educação, pelos direitos e pelo clima

21 _____ RAIO-X
Um mergulho pela história das mobilizações da Cúpula dos Povos

25 _____ EM PAUTA
Clima sob ataque: como a extrema direita fomenta a crise climática

29 _____ EM PAUTA
"Mentira verde": os impactos das falsas narrativas propagadas por empresas e governos

32 _____ EM PAUTA
Aliança dos Povos renasce na luta pelo clima

35 _____ ESTAÇÃO CRIANÇA
Crianças e adolescentes levantam a voz para ajudar a decidir o futuro do Planeta

37 _____ NA PRÁTICA
Maiores vítimas da crise climática, mulheres são essenciais na construção das soluções

41 _____ EM PERSPECTIVA
A COP 30, a injustiça climática e o ecocídio

43 _____ EM PERSPECTIVA
Justiça climática e laboral precisam caminhar juntas

45 _____ MOBILIZE-SE
A ação coletiva é central para o enfrentamento da crise climática

49 _____ CIDADANIA DIGITAL
O impacto ambiental da Inteligência Artificial (IA)

51 _____ AGENDA DE PRESSÃO
Acordos, metas e legislações: principais debates e propostas em torno da COP 30

54 _____ RETRATO BRASIL
Luta é igual a mato: coletiva, resiliente, orgânica e sempre volta a florescer

Trilha de Saberes desta edição a partir da página 60.

Sobre a revista

A Revista Casa Comum é uma publicação trimestral de iniciativa do SINFRAJUPE - Serviço Inter-Franciscano de Justiça, Paz e Ecologia, em parceria com importantes atores, organizações, movimentos e redes do campo dos direitos humanos e ambiental. Além da versão impressa, o projeto se desenvolve regularmente em ambiente digital e nas redes. Acesse: **www.revistacasacomum.com.br**

@RevistaCasaComum

Contato

Largo São Francisco, nº 181, sala 509, Sé, São Paulo (SP) - CEP: 01005-010

Para contato com a redação:
contato@revistacasacomum.com.br
Site: **www.revistacasacomum.com.br**

Inscreva-se para receber nosso boletim informativo com as novidades da Revista Casa Comum. Você pode fazer parte também da Comunidade Casa Comum no WhatsApp ou receber a revista impressa na sua casa.

revistacasacomum.com.br/inscreva-se

Expediente

Iniciativa: SINFRAJUPE

Realização: Instituto Hori

Secretário executivo:
Frei José Francisco de Cássia, ofm

Coordenação geral: Fábio José Garcia Paes

Coordenação editorial:
ESTÚDIOCAIS
PROJETOS DE INTERESSE PÚBLICO

www.estudiocais.com.br - ISSN 2965-1433

Jornalista responsável:
Daniele Próspero MTB: 39.137

Coordenação editorial:
Daniele Próspero e Rodrigo Bueno

Coordenação dos canais digitais:
Maria Victória Oliveira

Revisão: Marta Pachiella Martinez

Projeto gráfico e diagramação: Estúdio Oto

Conselho Consultivo: Adriana Charoux, Alessandra Miranda, Benilda Brito, Eleilson Leite, Darlei Zanon, Gabriela Consolaro, Ismar de Oliveira Soares, Mario Campagnani, Moema Miranda, Sandra Quintela e Tatiana Scalco.

Parceiros institucionais: Agentes de Pastoral Negros do Brasil, Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom), Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Anced), Abong - Organizações em Defesa dos Direitos e Bens Comuns, Agenda 2030, Articulação Economia de Francisco e Clara, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Casa Galileia, Ciranda, Coalizão Direitos Valem Mais!, Coalizão Negra por Direitos!, Coalizão pela Vida!, Conferência Popular de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, Escola de Ativismo, Escola Nacional Paulo Freire, Família Franciscana do Brasil, Frente Nacional Contra a Fome, Fórum Social Mundial, Franciscans International, Grito dos Excluídos, Instituto Hori, Instituto Peregum, Instituto Pólis, Movimento Laudato Sí, Movimento Nacional de Direitos Humanos, Movimento Nacional de Pop Rua, Movimento Nacional de Fé e Política, Paulus Editora, Periferia Viva, Plataforma DHesca Brasil, Rede de Advocacy Colaborativo, Rede de Trabalho Decente, Rede Jubileu Sul, Rede Nacional de Primeira Infância, Rede Brasileira de Conselhos, 6 Semana Social, Via Campesina e Serviço Inter-Franciscano de Justiça, Paz e Ecologia (SINFRAJUPE).

Parceiro para impressão: PAULUS Social

Editorial

Reinventar a mobilização popular pelo Comum

Esta edição da Revista Casa Comum foi pensada e planejada por um coletivo internacional, articulado em torno da construção da Cúpula dos Povos Rumo à COP 30, como parte da mobilização popular diante da grave crise ambiental, social e política que enfrentamos. A publicação nasce como instrumento de resistência, escuta e construção coletiva. Não se trata apenas de denunciar os impasses do sistema, mas de afirmar, com palavras e práticas, que outra forma de viver e decidir é possível e, mais do que nunca, necessária. A Cúpula dos Povos não é apenas um evento paralelo à COP (Conferência das Partes): é a expressão concreta de um projeto político popular que emerge das bases, das florestas, das periferias, dos saberes ancestrais e das lutas territoriais. É a resposta viva à falência de um modelo que nos trouxe até aqui.

Vivemos uma profunda crise societária e ecológica. Ela não é acidental e nem isolada: está enraizada na ausência de um projeto político verdadeiramente popular, construído com base na diversidade, na escuta ativa e no reconhecimento da complexidade dos territórios, dos corpos e das culturas. O modelo dominante, centrado no lucro, na financeirização da vida e no extrativismo predatório, está falido.

Ao mesmo tempo, a crise de representação e de tomada de decisão compromete as transformações urgentes que o mundo exige. Os mecanismos institucionais, capturados por interesses corporativos e por elites políticas, demonstram sua impotência (ou conivência) diante do genocídio na cidade palestina Gaza, das guerras em curso e do autoritarismo de líderes como Donald Trump, presidente dos EUA, cujo tarifaço recente expôs o atropelamento das instâncias democráticas e a fragilidade dos pactos internacionais.

Nesse cenário, torna-se urgente fortalecer novas formas de deliberação e organização social baseadas no princípio do Comum.

O Comum não é apenas um bem compartilhado, mas, sim, uma prática política, ética e coletiva. Refere-se àquilo que é construído, cuidado e governado por muitas mãos, a partir de relações horizontais, solidárias e autônomas. O Comum se opõe à lógica da propriedade privada e da mercantilização da vida, além de à burocratização estatal que afasta o povo das decisões sobre seu próprio destino. Apostar no Comum é reconhecer que os povos têm a capacidade de autogovernar seus recursos, seus territórios e seus modos de vida com justiça e responsabilidade coletiva.

A realização da COP 30, em 2025, na cidade de Belém, no Pará, é mais do que uma cúpula diplomática: é a oportunidade de denunciar a hipocrisia verde dos grandes emissores, das falsas soluções para a crise aprofundada por eles próprios, inclusive de afirmar, com força, os caminhos que emergem dos povos originários, das juventudes, dos movimentos por justiça socioambiental e de tantas experiências territoriais que já produzem alternativas reais.

A Cúpula dos Povos, que será organizada paralelamente à COP 30, representa essa potência coletiva. Não se trata apenas de um evento, mas de um processo histórico de afirmação de um projeto político popular que emerge da base, articulando ecologia, justiça social, feminismos, saberes ancestrais, agroecologia, economia solidária e direitos territoriais. É nessa confluência que o Comum se torna ação concreta: território vivo, prática política e horizonte de futuro.

Este editorial é um chamado e um convite à construção coletiva de um novo projeto civilizatório, que seja popular, diverso, enraizado no compromisso com a vida e guiado pelo princípio do Comum. A crise é grave, mas a mobilização dos povos é mais poderosa. Belém 2025 pode ser um marco: não porque a COP vá salvar o Planeta, mas porque os povos estão se levantando para salvá-lo de um sistema que insiste em destruí-lo. Não é tarefa fácil, mas é urgente. E é nossa!

Fábio Paes
Coordenador da Revista Casa Comum

Tatiana Scalco
Diretora Geral do Instituto Hori

EM DESTAQUE

CÚPULA DOS POVOS REÚNE ORGANIZAÇÕES DO MUNDO TODO E LIDERA CHAMADO GLOBAL PARA O ENFRENTAMENTO À CRISE CLIMÁTICA E SOCIOAMBIENTAL

Brigadistas e voluntários combatem as chamas durante incêndio na Chapada dos Veadeiros, em outubro de 2017. Alto Paraíso de Goiás e Cavalcante (GO). Foto: Matheus Alves / Mídia NINJA

A Revista Casa Comum entrevistou especialistas, ativistas e estudiosos do Brasil, Nigéria, Honduras, África do Sul e Estados Unidos, que compartilharam análises da situação atual diante das mudanças climáticas e da preparação para a COP 30, apontando que o caminho da transformação está na força popular.

Por Maria Victória Oliveira

Atualmente, os 20 países que mais poluem são responsáveis por cerca de 85% das emissões globais de carbono. Entre os maiores emissores, estão China, seguida de Estados Unidos, Índia, União Europeia e o conjunto de países formado por Rússia, Brasil, Japão e Indonésia. Essas nações compartilham uma ou mais características, como alta produção industrial, dependência do carvão, desmatamento, exploração de combustíveis fósseis, entre outras.

O dado é do relatório *Culpados pela crise, responsáveis pela conta*, de 2025, uma iniciativa da Oxfam Brasil, que também traz outras informações alarmantes, como o fato de que apenas 100 empresas foram responsáveis por mais de 70% das emissões globais de gases de efeito estufa desde 1988, e que o 1% mais rico da população mundial emite mais carbono do que os 50% mais pobres juntos.

Esses números são apenas a ponta do *iceberg* quando se fala em crise climática. A imagem atual do mundo é composta por cenas de devastação que se repetem em diferentes regiões.

O Brasil acompanhou de perto a calamidade causada pelas fortes chuvas. De acordo com a publicação *As Enchentes no Rio Grande do Sul – Lições, Desafios e Caminhos para um Futuro Resiliente*, lançada em 2025, iniciativa da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), as cheias de 2024 representaram o maior desastre hidrológico da história do Rio Grande do Sul. Dos 497 municípios gaúchos, 478 foram afetados, com quase 2,4 milhões de pessoas impactadas. Foram confirmadas 183 mortes e 27 desaparecidos, além de 806 feridos. Mais de 15.000 km² ficaram submersos, e a exposição às águas da inundação causou mais de 15 mil casos registrados de leptospirose. Residências foram severamente atingidas, com milhares de casas destruídas ou danificadas. Cerca de 146 mil pessoas foram desalojadas e mais de 50 mil ficaram desabrigadas.

Ao mesmo tempo em que o estado gaúcho lutava para se recuperar da devastação causada pela água, uma análise exclusiva da InfoAmazonia mostra que 59,5% dos municípios (459) da Amazônia Legal estiveram sob seca durante todo o ano de 2024. Realizado com base em dados do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden), o estudo mostrou que, no auge do verão, por exemplo, 759 cidades – o que equivale a 98,3% do total – enfrentavam algum grau de seca.

O contexto contribuiu para que alguns rios da região, como o rio Amazonas e o rio Negro, registrassem mínimas históricas, cenário agravado por conta das mudanças climáticas, como mostra uma análise do World Weather Attribution (WWA): *"As mudanças climáticas, e não o* El Niño*, são o principal causador da seca excepcional na Bacia Amazônia, que é altamente vulnerável. A Bacia abriga a maior floresta tropical do mundo, tornando-a um centro de biodiversidade-chave para o ciclo hidrológico global e de carbono. Os níveis do rio estão registrados no nível mais baixo em 120 anos, ameaçando cerca de 30 milhões de pessoas que vivem na bacia amazônia em diferentes países, incluindo Brasil, Peru, Colômbia, Venezuela, Equador e Bolívia, interrompendo o transporte, isolando comunidades e matando a vida selvagem."*

Crise climática ocasiona a maior enchente da história do Rio Grande do Sul, em maio de 2024. São Leopoldo (RS). Foto: Thales Renato / Mídia NINJA

A crise do clima pelo mundo

- **Inundações no Texas, EUA:** em julho deste ano, tempestades fizeram o Rio Guadalupe, um dos principais da região, subir nove metros em duas horas. As 27 meninas e monitoras do acampamento *Camp Mystic*, por exemplo, estão entre as mais de 100 mortes confirmadas.
- **Chuvas no Paquistão:** segundo o Observatório do Clima, a inundação em setembro deste ano é considerada a pior da história na província de Punjab, com quase quatro milhões de atingidos. São cerca de 900 mortes confirmadas, mais de mil feridos, quase quatro mil vilarejos completamente inundados e 9.400 moradias afetadas.
- **Europa queimando:** a seca e ondas de calor criam situações propícias para o fogo. Apesar de 2025 ainda não ter acabado, o ano já é considerado o pior quando o assunto é queimada na Europa, com mais de um milhão de hectares destruídos. De acordo com o *site* World Weather Attribution, as mudanças climáticas são responsáveis por intensificar diferentes eventos pelo globo. É o caso dos recordes de incêndios em Portugal e Espanha. Até 1º de setembro, mais de 380 mil hectares haviam queimado em toda a Espanha desde o começo do ano, segundo reportado pelo Copernicus European Forest Fire Information System (EFFIS). Os chamados "incêndios mortais" na Turquia, Chipre e Grécia também foram potencializados pela crise do clima, a partir de ondas de calor de mais de 45°C, seca e ventos fortes.

Uma COP diante do mundo em emergência

Os dados mostram que o mundo vive um estado de emergência generalizado.

O relatório *State of the Global Climate 2024* (em tradução livre, Estado do Clima Global), iniciativa da Organização Meteorológica Mundial (OMM), avalia que o ano passado foi o mais quente em 175 anos de história de observação. Os três grandes gases de efeito estufa, que contribuem fortemente para a mudança do clima, tiveram aumento de emissões, chegando a patamares alarmantes: dióxido de carbono em 151% dos níveis pré-industriais, metano em 266% (as emissões do Brasil cresceram 6% em quatro anos, com o rebanho bovino como responsável pela maior parcela de liberação de metano na atmosfera) e óxido nitroso em 124%.

O aumento da concentração dos gases de efeito estufa na atmosfera contribui também para o aumento da temperatura na superfície terrestre e nos oceanos, com efeitos na vida marinha e no nível dos oceanos. O relatório *Frontiers 2025: The Weight of Time – Facing a new age of challenges for people and ecosystems* (em tradução livre, *O Peso do Tempo: Enfrentando uma Nova Era de Desafios para Pessoas e Ecossistemas*), iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), mostra que o aumento da temperatura pode impactar a Criosfera, como são chamados ecossistemas de água congelada ou onde o solo é congelado de acordo com as estações, ou seja, a região do Ártico, as camadas de gelo da Antártida e da Groenlândia, plataformas de gelo, geleiras e outras formações cobertas de gelo e neve. Com isso, micro-organismos antigos – atualmente dormentes nas partes congeladas do Planeta, como bactérias, fungos e vírus – podem ser reativados, ao passo que pesquisas sugerem que alguns destes possam ser patógenos capazes de infectar plantas e animais, incluindo seres humanos.

Rio Guamá e Ilha do Combú ao fundo, região metropolitana de Belém (PA). Foto: Tânia Rêgo / Agência Brasil

É diante desse contexto que se desenha a próxima Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (em inglês, *United Nations Framework Convention on Climate Change* ou UNFCCC), a Conferência das Partes, ou, ainda, COP. Em sua 30ª edição, o evento acontece entre os dias 10 e 21 de novembro, pela primeira vez no Brasil, na cidade de Belém, no Pará.

Rubens Born, fundador e consultor do Fundo Casa Socioambiental. Foto: Attilio Zolin

Mas o que significa, afinal, trazer uma COP para a Amazônia, um dos locais mais biodiversos do Planeta? Se, em um primeiro momento, alguns podem pensar que essa é uma oportunidade de mostrar ao mundo as maravilhas e potencialidades dessa grande floresta tropical, Rubens Harry Born, engenheiro civil com especialização em engenharia ambiental, fundador e consultor do Fundo Casa Socioambiental, membro do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e diretor da Fundação Grupo Esquel Brasil (FGEB), chama a atenção para a possibilidade de o Brasil realizar uma autoanálise sobre suas práticas na região amazônica.

Rubens Born assinou uma carta, em novembro de 2022, em nome do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS), destinada aos então recém-eleitos presidente Luiz Inácio Lula da Silva e vice-presidente Geraldo Alckmin, com a proposta de que o novo governo pudesse sinalizar a disposição do Brasil em sediar a COP 30 em 2025, "*como ato político do compromisso de nossa contribuição significativa aos esforços globais para o enfrentamento da crise climática*", como traz trecho da carta.

Em entrevista à Revista Casa Comum, Rubens explica a sugestão. "'Mas por que no Brasil?' Para jogar luz onde tem sombra, para revelar as contradições. Esse não é só um momento internacional, mas é o momento de o Brasil fazer uma autoanálise. Está certo fazer exploração na plataforma equatorial? Está certo continuar com os níveis indecorosos de desmatamento? Até o momento estamos com diversas questões pendentes, não só de desmatamento, mas também de demarcação e desintrusão de invasores em terras indígenas, a questão do saneamento. Eu acho que as COPs servem ou deveriam servir para cada país [sede] sair da sua zona de conforto e fazer as análises da sociedade, do governo, das empresas que operam e tentar fazer mudanças."

Com ampla trajetória e participação em eventos e convenções do clima, Rubens esteve presente em 16 COPs. Quando questionado se, assim como muitas pessoas, é cético no poder de mudança de espaços como as Conferências, afirma que pessoalmente segue dois princípios, um ético e um político. "Se não queremos ser vítimas nem cúmplices do descaso [com o clima], precisamos ser agentes de transformação. Já me perguntaram várias vezes: 'Depois de tantas COPs, você não desistiu ainda?' E eu respondo que, enquanto tiver forças, não vou desistir. Se quero proteger a Casa Comum, a vida de todas as pessoas e seres, tenho essa obrigação ética e política de atuar [nas COPs]."

Em seu doutorado em sociologia jurídica e meio ambiente, pôde perceber que debates que acontecem paralelamente às COPs têm o potencial de fazer uma influência nas negociações climáticas. "Mesmo que esses debates [paralelos] não influenciem diretamente uma decisão na COP 30, eu acho que ajudam a aumentar a massa crítica de pessoas conscientes nesse processo que é lamentavelmente lento. Acredito que vai ser a influência de fora para dentro que vai proteger a nossa Casa Comum."

Só um caminho possível: a união dos povos pela justiça socioambiental

Tasneem Essop, diretora executiva da Climate Action Network International (CAN), durante reunião da Comissão Política da Cúpula dos Povos, realizada em Belém (PA), de 30 de maio a 2 de junho de 2025. Foto: Élida Galvão / GT Comunicação Cúpula dos Povos

Assim como Rubens, é justamente sobre a importância do engajamento e da participação social em prol de mudanças de fora para dentro que falam Tasneem Essop e Bertha Zúñiga.

Tasneem Essop é especialista em questões sobre clima, energia, pobreza e justiça social, diretora executiva da Climate Action Network International (CAN) e diretora fundadora da Energy Democracy Initiative na África do Sul. Já Bertha Zúñiga é ativista social indígena e coordenadora do Consejo Cívico de Organizaciones Populares e Indígenas de Honduras (COPINH).

Em entrevista à Revista Casa Comum, falam, em idiomas diferentes e de partes opostas do mundo, uma mesma mensagem: "É fundamental que os movimentos populares lutem pela mudança de sistema enquanto a única solução sustentável para enfrentar todas essas crises e garantir uma vida melhor para todos. A maneira de fazer isso é construirmos unidade e nosso poder coletivo, em níveis nacional, regional e global. Os governos não proporcionarão a mudança de que precisamos; aqueles que estão no poder nunca renunciam ao poder voluntariamente. A mudança só virá por meio do poder do povo", aponta Tasneem. Bertha concorda, e reforça: "Mudanças profundas e reais não são produzidas por governos, que têm uma lógica de estado colonial."

A união dos povos, principalmente dos menos favorecidos e maiores afetados pelas consequências dessa crise, é um dos caminhos mais promissores para a promoção de mudanças efetivas, que perdurem e que consigam promover alterações no paradigma atual e, consequentemente, nos rumos do Planeta, a fim de assegurar a continuidade da vida – humana, animal, vegetal – na Terra.

A solidariedade internacional, portanto, com a união de conhecimentos, experiências, potências e sabedorias de diferentes partes do mundo, é fundamental na construção de parcerias, acordos e movimentos de cooperação diante de uma agenda de tamanha urgência.

É nesse contexto que se desenham movimentos de articulação de grupos, coletivos e organizações da sociedade civil. Um exemplo deles é a Cúpula dos Povos, espaço que congrega movimentos sociais e populares, coalizões, redes e organizações da sociedade civil do Brasil e do mundo com o objetivo de fortalecer a construção popular e convergir pautas de unidade das agendas: socioambiental, antipatriarcal, anticapitalista, anticolonialista, antirracista e de direitos, respeitando suas diversidades e especificidades, unidos por um futuro de Bem Viver.

Protesto marca o início das obras da Blue Zone da COP 30, em Belém. Enquanto as estruturas começavam a ser montadas, indígenas, ribeirinhos e movimentos sociais ocuparam a frente do hangar com faixas e um globo inflável gigante, afirmando: "Na COP na Amazônia, a resposta somos nós". Foto: João Paulo Guimarães

Desde 1992, a Cúpula dos Povos propõe discussões alternativas àquelas que acontecem nas COPs: enquanto essas seguem negociando números e metas, a Cúpula fala de vidas, direitos e territórios, e busca a construção de um futuro enraizado na justiça social e ambiental.

Conheça o Manifesto

Além de compartilhar sobre o processo de convergência entre organizações e movimentos que tem sido realizado como preparação para a realização da Cúpula dos Povos em novembro, em Belém (PA), o "Manifesto da Cúpula dos Povos" faz uma análise atual da conjuntura política no mundo, reforçando a insuficiência de medidas para conter as crises do clima, bem como omissões e soluções ineficientes por parte de países e tomadores de decisão. *"No contexto atual, mais do que nunca, precisamos avançar em espaços coletivos que defendam a democracia e a solidariedade internacional, enfrentem a extrema direita, o fascismo, os fundamentalismos, as guerras, a financeirização da natureza e a crise do clima"*, aponta trecho do documento.

>> Fique por dentro:
cupuladospovoscop30.org/manifesto

Os eixos de convergência da Cúpula dos Povos

Com o objetivo central de ser um chamado à ação por uma transição justa e solidária, na qual ninguém é deixado para trás, a Cúpula dos Povos conta com seis eixos temáticos de convergência para direcionar suas propostas, atuação e debates. São eles:

- **Eixo I** – Territórios e Maretórios vivos, Soberania Popular e Alimentar: defesa dos territórios, dos modos de vida tradicionais e da agroecologia como base para a soberania dos povos.
- **Eixo II** – Reparação histórica, combate ao racismo ambiental, às falsas soluções e ao poder corporativo: enfrentamento das injustiças e desigualdades históricas, especialmente as que afetam povos indígenas, quilombolas e comunidades periféricas.
- **Eixo III** – Transição Justa, Popular e Inclusiva: construção de alternativas econômicas sustentáveis, com participação ativa das populações mais afetadas pela crise climática.
- **Eixo IV** – Contra as opressões, pela democracia e pelo internacionalismo dos povos: fortalecimento da democracia popular e das redes de solidariedade entre os povos do mundo.
- **Eixo V** – Cidades justas e periferias urbanas vivas: articulação entre campo e cidade, valorizando as lutas urbanas por justiça e dignidade.
- **Eixo VI** – Feminismo popular e resistências das mulheres nos territórios: centralidade das mulheres na luta por justiça climática e contra todas as formas de opressão.

Confira a prévia da programação da Cúpula dos Povos

Neste ano, a Cúpula dos Povos acontece entre os dias 12 e 16 de novembro, na Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém (PA), como um contraponto crítico à COP 30, demandando do governo brasileiro um papel de liderança na agenda socioambiental.

Uma prévia da programação da Cúpula dos Povos já está disponível. Confira:

- **12 de novembro:** chegada das delegações e abertura oficial do encontro;
- **13 e 14 de novembro:** plenárias dos eixos de convergência, com diagnósticos, denúncias e estratégias populares de resistência e enfrentamento à crise climática; atividades de enlace entre os eixos; assembleias de movimentos; um festival cultural; uma feira de economia popular e sessões informativas sobre a COP;
- **15 de novembro:** uma das datas mais aguardadas do encontro, quando acontece a Marcha unificada do Dia de Ação Global por Justiça Climática. Será um dia de ato global, com o objetivo de somar vozes e esforços de organizações da sociedade civil nacionais e internacionais e mostrar ao mundo a urgência da justiça climática, além de um festival oficial, feira popular e sessões informativas;
- **16 de novembro:** audiência pública com a presidência da COP, além de um banquete coletivo, atividades culturais, sessões informativas, e encerramento do encontro.

>> Saiba mais em: **instagram.com/cupuladospovoscop30**

Por que a crise do clima é uma crise social?

Mulheres em comunidade quilombola no Vale do Jequitinhonha (MG), em outubro de 2020. Foto: Vrin Resende / Mídia NINJA

Uma das principais agendas da Cúpula dos Povos é a justiça climática. Composta por mais de 1.100 organizações brasileiras e internacionais, que analisam a crise climática e seus efeitos a partir de suas realidades locais, a Cúpula e seus membros convergem na tese de que comunidades indígenas, tradicionais e periféricas são as que menos contribuíram para a crise climática, mas, ao mesmo tempo, as que mais sofrem com seus impactos.

Um exercício rápido mostra que, em situações de fortes chuvas, por exemplo, são as pessoas que moram precariamente, em casas com pouca infraestrutura ou em locais de risco, como encostas, barrancos ou em palafitas na beira de rios e mangues, as mais suscetíveis a sofrer com deslizamentos, enchentes e outros efeitos diversos. São moradores de favelas e comunidades urbanas, que não contam com áreas verdes e arborização, que encaram problemas respiratórios ocasionados por umidade, poluição, má iluminação ou calor excessivo.

Ao aprofundar essa análise, pode-se perceber que, na maioria dos casos, pessoas com as mesmas características são submetidas a essas condições, como aponta Tasneem Essop, diretora executiva da Climate Action Network International (CAN) e diretora fundadora da Energy Democracy Initiative, na África do Sul. "Os impactos das mudanças climáticas já estão sendo sentidos em todo o mundo e de forma mais forte pelo Sul Global, particularmente em comunidades que já são marginalizadas e vulneráveis em nossas sociedades, ou seja, aquelas que sofrem com a pobreza e a desigualdade, mulheres, indígenas, pessoas negras, crianças, idosos, pessoas com deficiência etc."

Ela reforça, ainda, que essas pessoas que mais sofrem os efeitos da crise climática são as que menos contribuíram para causá-la ou agravá-la. Assim, é possível afirmar que, de forma geral, países ricos e desenvolvidos do Norte Global detêm maior responsabilidade diante da crise climática, com altos índices de atividades industriais poluentes, enquanto o Sul Global, formado majoritariamente por nações em desenvolvimento, sofre em maior escala com os efeitos provocados pela crise.

> **"Estamos testemunhando o aprofundamento dessas desigualdades globais entre o Norte e o Sul Global. A maneira como a maioria dos países do Norte Global respondeu ao Genocídio em Gaza é um exemplo. Sua relutância contínua em pagar o financiamento climático que deve ao Sul Global é outro exemplo. O que podemos concluir disso, assim como aconteceu com a pandemia, é que as vidas do Sul Global são descartáveis"**, pondera Tasneem.

Durante sua participação na COP 27, realizada no Egito em 2022, Tasneem comentou sobre a importância da decolonização da economia e das sociedades para alcançar uma justiça real e duradoura. Isso porque, segundo a especialista, a crise climática – e a injustiça que decorre dela – tem suas raízes no sistema colonial, baseado no extrativismo, com países coloniais extraindo recursos dos colonizados, construindo sua industrialização, riqueza e economias a partir disso.

"Essa industrialização, que dependia de combustíveis fósseis, é um dos principais impulsionadores da crise climática atual. E hoje ainda vemos essas características do colonialismo persistirem, com os países do Norte Global continuando a explorar recursos para seu benefício e seus interesses corporativos e com pouquíssima consideração pelas necessidades do Sul Global. Esse poder e domínio continuam a ter as características do colonialismo. O sistema econômico é estruturado sobre isso."

Perspectiva política do Norte e Sul Global e a questão das dívidas nacionais

Uma das principais agendas da CAN – a maior rede ambiental do mundo, que congrega mais de 1.900 organizações da sociedade civil em mais de 130 países, unidas com o propósito de endereçar a crise climática – é a dívida internacional das nações. Um dos apelos do Papa Francisco, na primeira missa de 2025, foi, inclusive, pelo perdão das dívidas dos países mais pobres.

Dados da CAN mostram, por exemplo, que no início de 2025, 54 países estavam em situação de crise fiscal, e que Moçambique gastou quatro vezes mais com a dívida do que na preparação para enfrentamento de desastres em 2023. Isso leva a um círculo vicioso: maior vulnerabilidade a eventos climáticos, que levam a maiores empréstimos, à tentativa de pagamento da dívida com remessas financeiras a credores internacionais, orçamentos se contraem, o que prejudica o investimento para o enfrentamento de desastres, que aumenta a vulnerabilidade e, assim, o ciclo recomeça.

Segundo Tasneem, o peso da dívida é um desafio sério no hemisfério sul, agravado pelo fato de o hemisfério norte não ter cumprido suas obrigações de fornecer financiamento climático na escala necessária. "Isso significa que os países do hemisfério sul precisam usar seus próprios orçamentos para lidar com a crise climática, especialmente os custos dos impactos devastadores. Além disso, a maior parte do financiamento climático que o hemisfério norte fornece é na forma de empréstimos e não de doações. Isso aumenta o peso da dívida. A implicação disso é que os países do Sul Global não têm espaço fiscal para lidar com suas necessidades de desenvolvimento. O problema é ainda mais agravado pelo fato de muitos países do Norte Global também estarem cortando seus orçamentos de ajuda externa ao desenvolvimento."

Nesse sentido, a diretora aponta a importância da justiça fiscal e tributária, para que nações, empresas e pessoas ricas – os maiores responsáveis pela crise do clima – possam assumir mais encargos e arcar com a sua parte, para que o peso não recaia sobre os menos ricos e sobre comunidades em maior situação de vulnerabilidade.

Falta de ação: uma escolha econômica e política

Inúmeros monitoramentos sobre a situação climática pelo mundo não são novos. Isso significa que existem séries históricas de pesquisas e relatórios que mostram a progressão dos efeitos das mudanças do clima em diferentes países e regiões, bem como tratados que, há décadas, sinalizam a importância de conter emissões de gases de efeito estufa. É o caso do Protocolo de Kyoto que, já em 1997, quando foi criado (e em vigor a partir de 2005), apontava a importância dessa medida para frear as mudanças do clima. Não é possível, portanto, afirmar que a falta de ações de enfrentamento desse contexto decorre da falta de informações e de conscientização.

"A falta de ação de certos governos, indústrias e forças políticas é uma escolha consciente", analisa Tasneem.

Assim como a ativista sul-africana, para Nnimmo Bassey, ambientalista, arquiteto, escritor e diretor do *think-tank* ecológico Health of Mother Earth Foundation (HOMEF), esse cenário está diretamente conectado ao sistema econômico vigente: o capitalismo, aos processos de colonização em todo o mundo e, sobretudo, à priorização do lucro em detrimento da vida.

Nnimmo Bassey, diretor do *think-tank* ecológico Health of Mother Earth Foundation (HOMEF), durante COP 29. Foto: HOMEF

"Não há falta de conscientização sobre a crise. Estamos em uma situação em que governos e poluidores simplesmente se recusam a agir porque estão lucrando com ações atrozes, como a expansão da extração de combustíveis fósseis e, agora, sacrificando comunidades por meio da extração dos chamados minerais críticos. Aqueles que lucram com a crise estão conscientemente promovendo falsas soluções, em vez de aceitar agir em conformidade com a base de justiça da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima [em inglês, *United Nations Framework Convention on Climate Change* ou UNFCCC], que exige Responsabilidades Comuns, Porém Diferenciadas (CBDR, da sigla em inglês) e capacidades variadas. Esse princípio exigia que as nações cortassem as emissões proporcionalmente à quantidade de carbono que lançaram na atmosfera. Desde a COP 15 [realizada em 2009, em Copenhague, na Dinamarca], o que foi entronizado é um regime de redução voluntária de emissões, e o resultado tem sido um aumento inabalável da temperatura global em comparação com o início da era capitalista."

Com ampla trajetória na agenda de direitos humanos e ambientais, Nnimmo compartilha a situação do que chama de ecocídio e genocídio que acontece atualmente no Delta do Níger, na Nigéria, uma região de alto interesse e exploração petrolífera e de gás. Para Nnimmo, o Delta do Níger foi literalmente sacrificado no "altar do lucro", com um processo de destruição que o ativista afirma ser intencional, persistente e extenso.

"Os primeiros poços de petróleo foram perfurados na década de 1950 e abandonados na década de 1970, mas nunca foram desativados, e continuam vazando petróleo neste exato momento", afirma.

Nnimmo enumera violações de direitos na região: "Um relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente sobre Ogoni [povo integrante do Delta do Níger] divulgado em 2021, mostrou que todos os corpos d'água naquela região estavam contaminados com hidrocarbonetos. Em uma comunidade, descobriu-se que a água subterrânea continha benzeno, um conhecido carcinógeno, 900 vezes acima dos padrões da OMS [Organização Mundial da Saúde]. Em 2023, uma comissão criada pelo Estado de Bayelsa, um estado no Delta do Níger, publicou um relatório intitulado *Genocídio Ambiental* e uma das revelações foi que há 1,5 barril de poluição por petróleo bruto *per capita* no estado. Há um poço de petróleo que explodiu em maio de 2020 e está queimando desde então. Além disso, há mais de 100 enormes fornalhas a gás nos campos de petróleo do Delta do Níger que queimam sem parar há décadas. Isso é ecocídio. Considerando que a expectativa de vida aqui é de minúsculos 41 anos, a situação é de genocídio." (leia mais sobre este tema no Em Perspectiva, na página 41)

Um continente que resiste

As chamadas soluções climáticas estão criando novos territórios e formas de disputa de exploração da Natureza e dos ecossistemas, como conta Nnimmo. O ativista fala sobre uma "nova onda de disputa pela África", ao citar que a compra de terrenos por especuladores, a fim de ganhar créditos de carbono, também acontece em diferentes partes do mundo e no continente africano. Esse movimento tem sido percebido por redes e movimentos de resistência à exploração ambiental. Nnimmo cita duas iniciativas: a Oilwatch Africa, contra a expansão de combustíveis fósseis, e a African Food Sovereignty Alliance (AFSA), que luta pela promoção de soluções africanas de soberania alimentar. (leia mais sobre este tema no Em Pauta, na página 29)

>> Saiba mais em:

oilwatch.africa

afsafrica.org

O ataque àqueles que protegem o meio ambiente

Por mais que o caso do assassinato de Dom Phillips, jornalista inglês, e Bruno Pereira, indigenista brasileiro, tenha chamado atenção no mundo todo em 2022, a violência contra ativistas do meio ambiente e defensores de direitos humanos é um fato longe de ser incomum em algumas regiões, principalmente naquelas onde são abundantes os elementos naturais.

É o caso de Berta Cáceres, assassinada em 2016 por ter apresentado resistência ao projeto hidrelétrico Agua Zarca, no rio Gualcarque, Intibucá, oeste de Honduras, considerado sagrado pelo povo Lenca.

Sua frase "*Acreditaram que a impunidade é eterna. Se enganam. Os povos sabem fazer justiça*" inspira, por exemplo, a atuação de sua filha, a ativista social indígena Bertha Zúñiga, que, além de buscar justiça pelo assassinato da mãe, é coordenadora do Consejo Cívico de Organizaciones Populares e Indígenas de Honduras (COPINH), uma organização social e política, de caráter indígena e sem fins lucrativos, que luta pela defesa do meio ambiente, pelo resgate da cultura do povo Lenca e pela promoção de melhores condições de vida da população da região sul ocidental de Honduras.

Para Bertha, as lutas de pessoas defensoras da Natureza é um alerta para a sociedade sobre o que vivenciamos atualmente em termos de um processo recorrente de exploração do meio ambiente. Nesse sentido, a ativista fala na obrigação do poder público de diferentes nações tomarem iniciativas e desenvolverem mecanismos eficazes de amparo.

Bertha Zúñiga, coordenadora do Consejo Cívico de Organizaciones Populares e Indígenas de Honduras (COPINH). Foto: COPINH

"Mais do que inspirar governos, é uma obrigação criar políticas de proteção, embora saibamos que isso não será suficiente se a lógica econômica de países como Honduras, por exemplo, não mudar. Temos uma matriz econômica baseada no extrativismo. Portanto, devemos também questionar a desigualdade histórica existente em nossos países e propor mecanismos eficientes", aponta a ativista, ao citar que em Honduras é "totalmente ineficiente".

A situação mostra que política, economia e meio ambiente caminham lado a lado. Assim, entre os pilares de luta do COPINH estão o anticapitalismo, antipatriarcado e antirracismo, todas as pautas, de alguma forma, diretamente conectadas com a crise socioambiental que assola todo o Planeta.

"O extrativismo e a mercantilização da Natureza são expressões do capitalismo que explora corpos, territórios e conhecimentos. Sabemos também que isso faz parte de uma estrutura mais ampla, patriarcal, que impõe papéis, violências e formas de pensar que também rebaixa as vozes de mulheres, que têm muita sabedoria para encontrar soluções que sustentem nossas comunidades, onde também há perspectivas patriarcais que visam silenciar suas vozes, como é o caso do crime contra minha mãe", analisa Bertha.

A coordenadora cita que setores poderosos da sociedade investem na produção de desinformação para evitar assumir compromissos que possam realmente mudar a situação da crise socioambiental. Ainda, critica as falsas soluções ambientais – que estão se tornando um negócio lucrativo – e problematiza a chamada transição energética, que, supostamente, diz respeito ao abandono dos combustíveis fósseis para energias mais limpas, "que têm um modelo de instalação tão ruim quanto os demais, por isso que muitos povos dizem que elas também fazem parte de um modelo extrativista."

À frente do COPINH, a ativista cita que a organização acredita que o racismo justificou a exploração de povos que viveram e vivem a colonização e o neocolonialismo. Assim, aponta para a necessidade de propor modelos de vida sustentáveis, equitativos e que respeitem direitos, tudo isso a partir de maneiras comunitárias que possam responder às demandas dos povos, mesmo que esse não seja um caminho fácil.

Isso inclui um chamado de conscientização e um compromisso de todos e todas pela defesa da Natureza, o que engloba, por exemplo, as infâncias e juventudes, mas também a proteção daqueles que defendem os ecossistemas. "Para nós o mais importante é o acesso à justiça como a maior garantia de não repetição dos crimes, e é isso que é tão difícil de encontrar não apenas em nossa região da América Latina ou do Sul Global, mas em todo o mundo, ainda mais quando falamos dos mandantes ou daqueles que pagam e ordenam os crimes [contra os defensores]".

A luta por memória, verdade e justiça para Zé Cláudio e Maria, casal extrativista paraense assassinado há mais de dez anos, por defender a floresta, segue viva com Claudelice Santos (que contou essa história na reportagem Em Destaque da 7ª edição da revista), sua filha Cláudia Letícia e a prima Clara Santos. Nova Ipixuna (PA). Foto: Mídia NINJA

A demarcação de territórios como política climática

Mais de oito mil indígenas marcham pelo Eixo Monumental em defesa dos direitos e da demarcação de terras durante Acampamento Terra Livre (ATL) de 2022. Brasília (DF). Foto: Mídia NINJA

Assim como em Honduras, povos indígenas do Brasil também vivem uma relação diferente com a Natureza.

Um estudo de 2023 do MapBiomas analisou dados do período entre 1985 e 2022 que mostraram que, enquanto áreas privadas sofreram uma devastação de 17% de sua vegetação nativa nos últimos 38 anos, em terras indígenas, a perda foi de menos de 1%. Apesar de ocupar 13% do território nacional, as terras indígenas contêm 19% de toda a vegetação nativa do país.

Já uma nota técnica de setembro de 2023 do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), em parceria com o Woodwell Climate Research Center, mostra que alguns territórios indígenas experimentam o chamado efeito "ar-condicionado": por conta da preservação das florestas, a temperatura média anual, em espaços como o Território Indígena do Xingu, é 5°C menor do que a registrada em áreas do entorno, onde predominam monoculturas e pastagens. O fenômeno acontece em toda a Amazônia Legal: terras indígenas apresentam 2°C a menos de temperatura se comparadas a áreas não protegidas.

Não é exagero, portanto, dizer que os povos indígenas são parte essencial na luta contra as mudanças climáticas. Porém, a inclusão e consideração de seus saberes e conhecimentos ainda é um desafio, sobretudo no que diz respeito à preservação de seus costumes e culturas, o que está diretamente relacionado à questão territorial.

Toya Manchineri, do povo Manchineri, do estado do Acre, coordenador-geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), compartilha que, entre as principais esperanças de legado da COP 30, está a consideração da demarcação e titulação de Terras Indígenas como uma política climática. "[Se isso acontecer] Aí sim vamos perceber que os governos, não só do nosso país, estão preocupados com a vida, com os ecossistemas, com as riquezas [naturais], com a diminuição do aquecimento global e o desmatamento das florestas. Senão, vai ser mais uma COP em que muito vai ser falado, mas que de coisas concretas não vai sair muito", avalia.

Além de servir como uma barreira que impede o desmatamento, os Territórios Indígenas são, para o coordenador, um ponto comum de interesse compartilhado por "parentes" – como diferentes povos indígenas se chamam mutuamente – do mundo todo. Nesse sentido, Toya cita a Cúpula dos Povos e a COP 30 como espaços de promoção de maior conexão e união entre os povos indígenas dos sete continentes, a fim de formar uma grande aliança mundial em prol do reconhecimento dos direitos e territórios, intitulada Aliança Global de Comunidades Territoriais (GATC), que representa povos indígenas e comunidades locais de 24 países.

Esse movimento de promover maior união, inclusive, já vem acontecendo em alguns eventos, como foi o caso do Acampamento Terra Livre (ATL) 2025, em Brasília (DF), que contou com a participação de delegações indígenas de mais de 15 países, com representações dos oito países da bacia Amazônia, da Austrália e Fiji.

A carta final do evento, publicada no *site* da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), traz importantes temáticas e demandas dos povos, como a declaração de inconstitucionalidade da Lei 14.701/2023, o chamado Marco Temporal, que determina que povos indígenas têm direito à terra se estivessem ocupando o espaço em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal brasileira.

"As crises climática, ambiental, alimentar e civilizatória têm em nossos modos de vida, saberes e práticas tradicionais o caminho para a regeneração do Planeta. Nossa ciência e sistema ancestral, expressa na agroecologia, nas economias indígenas, na gestão coletiva dos territórios, na nossa relação

Toya Manchineri, coordenador-geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab). Foto: Vicente Buya

espiritual com a Mãe Natureza, preserva a biodiversidade, todas as formas de vida, incluindo os mananciais e sustenta sistemas alimentares saudáveis e equilibrados. Por isso, demandamos a retomada imediata das demarcações de todas as terras indígenas no Brasil, como uma política climática efetiva, e o financiamento direto para a proteção integral dos nossos territórios e nossos modos de vida", traz trecho do documento.

Para Toya, o Brasil tem potencial, mas ainda está longe de ser um líder mundial na questão climática, diante de acenos positivos para a exploração de petróleo na Amazônia, por exemplo. Entretanto, aponta que o país tem, de fato, a capacidade de liderar esse movimento, o que demandaria uma determinação clara do período de transição dos combustíveis fósseis.

Entre os mecanismos que têm sido criados para proteger essa região fundamental para o equilíbrio do clima em todo o Planeta, bem como as populações que nela vivem, está o Mecanismo Amazônico dos Povos Indígenas (MAPI). Lançado durante a 5ª Cúpula de Presidentes da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), realizada em agosto em Bogotá, na Colômbia, o MAPI inaugura um modelo de governança paritária, compartilhada pelos oito países da Bacia Amazônica e oito organizações indígenas, a fim de debater temas de relevância para os povos indígenas na região. O primeiro ano da presidência do MAPI ficará a cargo do Brasil e da Coiab.

>> Saiba mais: **bit.ly/RCC_14_001**

Modo de vida que inspira e ensina

Para os povos indígenas, a garantia do território está estritamente conectada com a preservação de suas memórias, modos de vida, cultura, conhecimento, seu trabalho e subsistência.

"Atualmente, alguns olhares externos falam que os indígenas não produzem. Pelo contrário. Nós produzimos e muito, desde o arroz, o milho, a macaxeira, a batata e [temos] animais domésticos, porque, com as mudanças climáticas, os povos indígenas também precisaram se adaptar para garantir sua segurança alimentar. Mas a questão é: os povos indígenas utilizam os seus territórios de forma manejada, respeitando a potencialidade do território, não trabalhando ele até secar as fontes", analisa Toya.

Para o coordenador, um movimento importante seria que grandes empresários e a sociedade como um todo pudessem aprender mais sobre esse modo de vida e aplicar seus ensinamentos no dia a dia. "Muitas vezes falam: 'Os povos indígenas são pobres, são simples'. Mas é um modo de vida que nos fortalece e traz esse conhecimento espiritual dentro das florestas do nosso território, um espaço sagrado, que é de todos, não apenas de uma pessoa. É dos povos indígenas, das florestas e dos animais que ali vivem."

A perspectiva dos povos indígenas norte-americanos

Em seu primeiro dia de mandato em 2025, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, assinou e deferiu diferentes decretos presidenciais, entre eles a saída do país do Acordo de Paris a partir de janeiro de 2026. Entre outras disposições está também o fechamento do escritório de diplomacia climática, que representava o país na Organização das Nações Unidas (ONU), além da demissão dos profissionais envolvidos na agenda.

Assinado em 2015 durante a COP 21 por 195 Partes, o Acordo de Paris é um tratado internacional que tem como principal objetivo "manter o aumento da temperatura média global bem abaixo de 2°C acima dos níveis pré-industriais" e continuar os esforços em nível global para "limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais." Pesquisas e estudos indicam que cruzar essa determinação de 1,5°C pode trazer consequências catastróficas e irreversíveis em termos de mudanças climáticas em todo o Planeta, comprometendo a continuidade da vida humana e de diversas espécies em diferentes regiões. (leia mais na Agenda de Pressão na página 51)

>> Saiba mais em: **bit.ly/RCC_14_002**

Tom B. K. Goldtooth, ativista climático, pertencente aos povos Diné e Dakota, e diretor executivo da Indigenous Environmental Network (IEN), a mais antiga rede de base indígena que trabalha com questões ambientais, climáticas e de justiça econômica na América do Norte, principalmente proteção e garantia dos direitos dos povos indígenas, afirma que nações e comunidades tribais indígenas dos Estados Unidos têm sido fortemente impactadas por diversas e distintas ações da nova administração norte-americana.

Tom Goldtooth, diretor executivo da Indigenous Environmental Network (IEN). Foto: Nedahness Greene

Entre elas, cita a desregulamentação de padrões ambientais relacionados a ar, água e terra limpos, do enfrentamento das mudanças climáticas e a expansão da exploração de petróleo, gás e carvão, bem como o congelamento e cortes de financiamento por parte do governo federal. "Nossas nações e comunidades tribais indígenas estão com dificuldades para afirmar nossa autodeterminação e garantir a sustentabilidade econômica vital para proteger nosso ar, água, terras ancestrais e saúde diante das mudanças climáticas."

Segundo o ativista, uma das principais ações da Indigenous Environmental Network é compartilhar informações, como dados de saúde pública, emissões, qualidade do ar e da água, padrões climáticos e desastres naturais. "É importante conectar esses dados às causas e efeitos do mundo real para mostrar que a indústria está causando esses problemas. Além disso, [trabalhamos para] aumentar a consciência de classe e a educação sobre o capitalismo e o colonialismo verde e como eles exploram a todos."

Tom cita o estudo *Banking on Climate Chaos – Fossil Fuel Finance Report 2025*, realizado por um grupo de organizações em nível global – entre elas a IEN –, que descobriu que os bancos aumentaram o financiamento de combustíveis fósseis em 162,5 bilhões de dólares entre 2023 e 2024, totalizando 7,9 trilhões de dólares desse financiamento desde o Acordo de Paris, firmado em 2015. "Durante décadas, indústrias e governos souberam dos graves riscos das mudanças climáticas, mas falharam em grande parte em agir com base na ciência. Na minha opinião, não falta conscientização coletiva. Mas eles se engajaram ativamente no negacionismo climático e científico e, agora, no negacionismo econômico, como atores em políticas racialmente divisivas."

Tom lidera a delegação indígena da IEN desde a COP 04, realizada em 1998 em Buenos Aires, na Argentina. Baseado nessa experiência, defende que a Convenção-Quadro da ONU (UNFCCC) tem falhado com os povos indígenas, considerando uma base multilateral de negociações a partir do capitalismo e colonialismo. Para ele, não existe, dentro da UNFCCC, um mecanismo que envolva uma participação realmente significativa dos povos indígenas e de outras comunidades impactadas.

"A relação ainda é de extração: instituições se envolvem em financiamento climático, mitigação, financiamento de adaptação, perdas e danos, e os bancos escolhem projetos com base em sua capacidade de gerar lucro e maximizar o envolvimento do setor privado. A mudança climática é simplesmente tratada como a mais nova arena para o capitalismo e para a expansão financeira, mais uma vez consolidando a dinâmica de exploração e violência do Norte Global sob o pretexto de ajudar o Sul Global. É a história se repetindo: é o mesmo paradigma de desenvolvimento que contribuiu para a crise climática em primeiro lugar, mas, desta vez, com ainda menos responsabilização, mas com uma imagem mais verde."

Com ampla trajetória no ativismo climático e por justiça e garantia de direitos, Tom é crítico a soluções tidas como sustentáveis ou possíveis caminhos de resposta à crise do clima, como soluções baseadas na Natureza; comércio, compensações, captura e sequestro de carbono; manipulação e modificação da radiação solar, entre outros. Nesse sentido, ele fala sobre uma pressão para "financeirizar" o clima, com a criação de fundos climáticos dentro de instituições financeiras, que, na verdade, contornam as soluções reais para o desafio climático. (leia mais no Em Pauta na página 29)

"É uma distração das causas raízes das mudanças climáticas, permitindo que os poluidores continuem poluindo, enquanto os povos indígenas e outras comunidades locais da linha de frente continuam a enfrentar a apropriação violenta de terras e a desapropriação ambiental, social, de saúde e cultural, o genocídio [promovido] pelas mudanças climáticas, além do Ecocídio e o Terracídio da Mãe Terra e do Pai Céu".

Uma relação espiritual com o espaço natural

Tom Goldtooth explica que a visão de mundo indígena percebe a criação como viva e imbuída da inteligência do Criador e, por mais que cada átomo e partícula sejam individuais, somos parte de um todo integrado.

"Isso pressupõe que todas as partes da criação cuidam de todas as outras partes. Nenhuma é superior ou tem 'domínio' sobre qualquer outra. Em vez disso, todos nós fomos criados para viver em um relacionamento harmonioso, amoroso e inteligente com os outros aspectos da criação."

Nesse sentido, Tom compartilha que qualquer forma de pensar e agir que objetifique, mercantilize ou atribua um valor monetário à terra, ao ar e à água é antitética na compreensão indígena. Muito presente em todas as suas palestras e participações, está a expressão "sacralidade da Mãe Terra", que diz respeito à compreensão da Terra como um ser sagrado, que deve ser cuidado e respeitado.

Para isso, Tom aponta a necessidade de uma mudança radical nas formas de vida de parte da humanidade. "Há a necessidade de um novo paradigma neste mundo, em relação à forma como ele define sua relação com a sacralidade da Mãe Terra. Esse paradigma exige uma mudança na relação humana com o mundo natural, de exploração para uma relação que ame, cuide e respeite o Planeta como uma entidade viva e sagrada. Os humanos não são superiores, mas sim uma parte de um ecossistema maior, relacionado a animais, plantas, florestas e elementos naturais. Essa visão de mundo relacional baseia-se em nossa responsabilidade de respeitar os princípios da reciprocidade sagrada, entendendo que a saúde de uma parte do sistema afeta o todo."

Caminhos para além da COP: a luta continua

A humanidade não estaria diante de um desafio tão grave e complexo se os poucos dias de duração das Conferências do Clima fossem capazes de solucionar a crise climática.

Assim, os e as especialistas e ativistas ouvidos(as) pela Revista Casa Comum reforçaram a importância de usar os espaços de articulação paralelos – como a Cúpula dos Povos – ou até mesmo os ambientes oficiais da COP para criar ou fortalecer alianças, apoios e acordos de cooperação, para que os esforços construídos até o momento não encontrem um fim com o término dessa edição da Conferência, como reforça Tasneem.

"O trabalho da Cúpula dos Povos não termina com a COP. Precisamos garantir que a declaração resultante da Cúpula dos Povos seja um documento vivo e continue a informar o trabalho dos movimentos além da COP. Além disso, dependendo se os resultados da Conferência forem bons ou não, precisaremos manter o ímpeto, fortalecer nossa união e poder para que possamos continuar nossa luta por mudanças sistêmicas e justiça climática, e levar isso adiante também para a próxima COP", aponta a ativista, chamando a atenção para a importância de o Comitê Político da Cúpula reunir ideias nas plenárias presenciais da Cúpula a respeito da continuidade dos trabalhos pós-COP.

Nnimmo, por sua vez, fala na importância de iniciativas que se dediquem a mapear o futuro a ser construído, baseado em justiça, igualdade e dignidade, livre de ecocídio e genocídio. "Para mapear o futuro, precisamos descolonizar nossos imaginários e aprender a viver dentro dos limites planetários e garantir que ninguém viva abaixo de uma linha de base social tolerável. Começamos esse esforço lembrando que somos seres humanos existindo em uma comunidade de outros seres."

Já Bertha reforça a importância de um diálogo franco entre povos, comunidades e organizações a respeito de acordos, planos de trabalho e estratégias, sem amarras políticas ou compromissos com setores conservadores. "Acredito que, embora muito do que podemos fazer esteja limitado pelas circunstâncias que enfrentamos hoje, o simples feito de sentar, conversar e pensar é um ato muito importante, assim como pensar estratégias mais amplas e em larga escala, onde possamos convergir diferentes perspectivas sobre as soluções ou caminhos que se apresentam para os povos e populações."

Vozes da Cúpula dos Povos

"Precisamos sair da Cúpula com uma agenda de mobilização permanente. A Cúpula dos Povos não é só um evento, é um processo, e precisa ser fortalecido."

Mauricio Laxe, ambientalista, advogado e ecossocialista

"A Cúpula dos Povos é uma iniciativa para que a sociedade civil brasileira jogue seu papel, organizada e estrategicamente, para tirar o máximo de avanços das agendas, incluindo a agenda climática, durante a COP 30."

Marcio Astrini, secretário executivo do Observatório do Clima

"A Amazônia é uma região crítica, rica em biodiversidade e diversidade cultural, e tem sido dito que as florestas são os pulmões da Mãe Terra. O recente leilão de blocos de exploração de combustíveis fósseis no Brasil, que inclui as bacias amazônicas e a foz do Rio Amazonas, violará os direitos dos povos indígenas e a integridade territorial da sacralidade da Floresta e da Mãe Terra. A COP 30 é o momento de acabar com todas as contradições e para que as partes da COP 30 tomem medidas para concordar com uma transição global justa para longe da dependência de combustíveis fósseis, prevenindo a proliferação [da exploração] de carvão, petróleo e gás, encerrando todas as novas explorações e produções e eliminando gradualmente a produção existente de combustíveis fósseis, em conformidade com a meta climática global de 1,5°C."

Tom B. K. Goldtooth, ativista climático, pertencente aos povos Diné e Dakota, e diretor executivo da Indigenous Environmental Network (IEN)

"Health of Mother Earth Foundation e outras organizações e redes às quais pertencemos vão participar da Cúpula dos Povos. Estamos organicamente conectados, porque este é o espaço do povo e é onde debates, aprendizados e ações genuínas vão acontecer. O Espaço do Povo será o local para soluções reais, gestadas a partir das experiências vividas pelo povo. Este é o significado e a importância da Cúpula. Enquanto a COP é o espaço para o politicamente correto, a Cúpula dos Povos deve ser um espaço para a promoção de soluções climáticas reais, incluindo a denúncia de soluções de mercado, como o comércio de carbono, a geoengenharia e diversos construtos de grilagem de terras. A união de organizações em todo o mundo em espaços como os oferecidos pela COP 30 e a Cúpula dos Povos é crucial. De fato, essa é a principal utilidade da Conferência das Partes. É uma oportunidade para as organizações se unirem e transformarem a COP em uma Convocação dos Povos, em vez da Conferência dos Poluidores, como tem sido."

Nnimmo Bassey, ambientalista, arquiteto, escritor, diretor do *think-tank* ecológico Health of Mother Earth Foundation (HOMEF)

"Acreditamos que uma Cúpula dessa natureza na Amazônia deveria resultar em ações concretas para proteger a vida digna dos povos, a Natureza, e não apenas debater planos disfarçados que, na verdade, encobrem a real situação ambiental ou não geram compromissos de grande parte dos blocos de países com importante responsabilidade ambiental. Embora saibamos que isso será bastante complexo, também acreditamos que é importante colocar a proteção da Amazônia e dos povos que vivem nessa região no centro e não permitir que essa agenda de desenvolvimento justifique estradas, portos e projetos que fragmentam territórios. Nesse sentido, a COP deve se traduzir em compromissos vinculantes para conter o desmatamento, deter projetos extrativistas e garantir a consulta prévia livre e informada do consentimento dos povos originários dessa região."

Bertha Zúñiga, ativista social indígena e coordenadora do Consejo Cívico de Organizaciones Populares e Indígenas de Honduras (COPINH)

"Engajar-se com os eixos de convergência da Cúpula dos Povos e apresentar propostas para nossas demandas e declarações é importante para a CAN. Também ajudaremos na mobilização no Dia de Ação Global, em 15 de novembro. Nossa rede possui ampla experiência em trabalhar no âmbito da UNFCCC, e esse conhecimento pode ajudar a Cúpula dos Povos a conectar o interior e o exterior."

Tasneem Essop, especialista em questões sobre clima, energia, pobreza e justiça social, diretora executiva da Climate Action Network International (CAN), e diretora fundadora da Energy Democracy Initiative, na África do Sul.

"Esperamos que essa COP seja realmente de entrega, de resultados, que não seja mais uma COP onde algumas vírgulas possam atrapalhar toda a negociação. Realmente precisamos proteger os nossos ecossistemas, florestas, rios e águas, porque nós, enquanto seres humanos, estamos causando um grande desastre na nossa casa. Então é necessário que possamos olhar o que estamos fazendo para que nossos filhos, netos e bisnetos tenham futuro neste Planeta."

Toya Manchineri, coordenador-geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab)

Fique por dentro

- *A resposta somos Nós: Vinte anos de APIB e a Emergência Climática:* **bit.ly/RCC_14_003**
- *As Enchentes no Rio Grande do Sul – Lições, Desafios e Caminhos para um Futuro Resiliente:* **bit.ly/RCC_14_004**
- *Banking on Climate Chaos - Fossil Fuel Finance Report 2025:* **bit.ly/RCC_14_005**
- Berta Cáceres: conheça a história: **berta.copinh.org**
- Climate Action Network (CAN) International: **climatenetwork.org**
- *Climate change, not El Niño, main driver of exceptional drought in highly vulnerable Amazon River Basin* (em inglês): **bit.ly/RCC_14_062**
- Consejo Cívico de Organizaciones Populares e Indígenas de Honduras (COPINH): **copinh.org**
- Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab): **coiab.org.br**
- *Culpados pela crise, responsáveis pela conta*, e-book da Oxfam Brasil: **bit.ly/RCC_14_006**
- Cúpula dos Povos – Manifesto: **cupuladospovoscop30.org/manifesto**
- *Emissões de metano do Brasil sobem 6% em quatro anos:* **bit.ly/RCC_14_007**
- *Enchentes no Paquistão já desalojam 2 milhões:* **bit.ly/RCC_14_008**
- *Extreme fire weather conditions in Spain and Portugal now common due to climate change* (em inglês): **bit.ly/RCC_14_009**
- Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS): **fboms.org.br**
- *Frontiers 2025: The Weight of Time – Facing a new age of challenges for people and ecosystems* (em inglês): **bit.ly/RCC_14_013**
- Health of Mother Earth Foundation: **homef.org**
- Indigenous Environmental Network (IEN): **ienearth.org**
- Inundações-relâmpago deixam 120 mortos no Texas, EUA: **bit.ly/RCC_14_010**
- Lei 14.701/2023: **bit.ly/RCC_14_011**
- *Mais da metade dos municípios da Amazônia passou 2024 inteiro em seca:* **bit.ly/RCC_14_061**
- *Mudança climática intensifica condições de megaincêndios na Europa em 22%:* **bit.ly/RCC_14_012**
- Nnimmo Bassey: **nnimmobassey.africa**
- *Papa pede perdão das dívidas de países pobres na 1ª missa do ano:* **bit.ly/RCC_14_014**
- *Perda de vegetação nativa no Brasil acelerou na última década:* **bit.ly/RCC_14_015**
- *State of Global Climate 2024* (em inglês): **bit.ly/RCC_14_016**
- *Terras indígenas, "ar-condicionado" do Brasil: Xingu tem -5°C que entorno:* **bit.ly/RCC_14_017**
- *Territórios Indígenas são os mais preservados do país:* **bit.ly/RCC_14_018**
- *UN Climate Change Conference – Belém, November 2025* (em inglês): **unfccc.int/cop30**
- *Vírus, bactérias e fungos adormecidos por milênios poderão despertar com derretimento de geleiras:* **bit.ly/RCC_14_019**
- *Weather conditions leading to deadly wildfires in Türkiye, Cyprus and Greece made 10 times more likely due to climate change* (em inglês): **bit.ly/RCC_14_020**

Vozes em ação

Por Luciene Kaxinawá*

Lucia Alberta Baré: entre o Rio Negro e o mundo, uma voz pela educação, pelos direitos e pelo clima

Às margens do Alto Rio Negro, em São Gabriel da Cachoeira (AM), nasceu Lucia Alberta, mulher Baré, filha e neta de mulheres fortes que lhe ensinaram a importância da resistência e da educação. Hoje, ela ocupa o cargo de diretora de Gestão Ambiental e Territorial (Digat) da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), mas sua caminhada começou muito antes, nas memórias de infância em sua comunidade e na transição para a cidade ainda aos nove anos.

Lucia Alberta Baré durante o lançamento da Resolução Conjunta nº 12, de 13/12/2024, sobre o registro civil de pessoas indígenas no Brasil, na sede do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em abril de 2025. Foto: Arquivo pessoal

Lucia cresceu em um contexto em que os parentes (como um indígena chama o outro indígena) falam diversas línguas, tendo em vista que, em São Gabriel da Cachoeira, há mais de 23 povos indígenas e 19 línguas faladas, quatro delas reconhecidas como cooficiais. "É muito comum termos parentes poliglotas lá no meu município. Poliglotas de pelo menos três a quatro línguas indígenas, além do Português e do Espanhol. É um verdadeiro caldeirão linguístico do Brasil também", afirma.

A semente da educação indígena

Ainda jovem, Lucia passou em concurso público e iniciou sua trajetória na Secretaria Municipal de Educação de São Gabriel da Cachoeira. Foi quando presenciou e participou do marco histórico da implantação das escolas indígenas no Alto Rio Negro. Ao lado de lideranças como o professor Gersem Baniwa, percorreu comunidades orientando projetos político-pedagógicos e apoiando a produção de materiais didáticos em línguas indígenas.

Mas, esse processo não foi simples, pois significava romper com uma herança de décadas de integração forçada, quando as políticas nacionais buscavam apagar identidades indígenas. "Foi uma trajetória bem desafiadora, porque foi no momento em que os indígenas daquela região estavam saindo de uma dependência muito grande das missões religiosas e assumindo a autonomia de suas escolas, como professores e diretores. Porém, ao mesmo tempo, havia uma dificuldade em discutir escolas indígenas, porque, para eles, voltar a ser indígena, aumentaria o racismo, tendo em vista que eles vieram de uma época do plano de integração nacional, no qual a meta era integrar todos os povos indígenas à sociedade nacional", se recorda. Mas, com a Constituição de 1988, as comunidades começaram a reconhecer a escola indígena como instrumento de autonomia e protagonismo.

Raízes familiares e inspiração feminina

Os pilares de Lucia são as mulheres de sua família: as avós, materna e paterna, que moldaram sua força e coragem; e sua mãe, guerreira incansável, transmitiu o valor do estudo, da escuta e da inovação. Lucia recorda, com admiração, como a mãe conseguiu transformar o que era visto como simples, como a formiga saúva, em um ingrediente valorizado e símbolo de resiliência e ousadia. "Minha mãe é muito aguerrida nesse sentido. Ela pegou a formiga saúva, por exemplo, e ajudou a transformar num dos ingredientes mais sofisticados que têm em restaurantes, no Brasil e no mundo", diz com orgulho.

Essa base de referências femininas lhe deu firmeza para trilhar a vida pública e, também, para enfrentar os preconceitos que surgiram ao ocupar espaços de poder.

Mulheres indígenas e a luta climática

A trajetória de Lucia na Funai é marcada tanto por conquistas quanto por desafios. Ao assumir cargos de direção, enfrentou o peso do racismo estrutural: ser mulher, indígena, mãe e originária do interior do Amazonas foram fatores usados contra sua legitimidade. "Muitas pessoas não aceitam ser comandadas por indígenas", relata. Ainda assim, reafirma sua postura de mostrar que todos e todas têm plena capacidade de liderar políticas públicas, sem tutelas.

Lucia Alberta Baré durante a participação na IV Marcha das Mulheres Indígenas, em Brasília. Foto: Arquivo pessoal

Hoje, Lucia também é uma voz ativa nas pautas ambientais e climáticas. Ela destaca que as mulheres indígenas estão na linha de frente da proteção dos biomas brasileiros, enfrentando diretamente os efeitos da crise climática: calor intenso, chuvas extremas e queimadas.

Com experiência em três Conferências das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COPs), ela se prepara para a COP 30, em Belém (PA), colaborando na participação da Funai e dos povos indígenas. Lucia defende que a demarcação de terras indígenas deve ser reconhecida como contribuição essencial ao equilíbrio climático e que o financiamento internacional precisa chegar diretamente às comunidades.

Para a liderança, a COP 30 não pode ser apenas mais um espaço de promessas:

"O meu desejo como mulher indígena Baré é que essa COP realmente traga resultados concretos e não apenas propostas do que poderá vir a ser, porque os efeitos das mudanças climáticas já estão acontecendo. Todos estamos sentindo. E a resposta para tudo isso são os povos indígenas, somos nós. Essa é a mensagem que eu trago."

Uma voz que ecoa do Rio Negro para o mundo

De menina que atravessava os rios do Alto Rio Negro até líder indígena em espaços globais de negociação climática, Lucia Alberta Baré construiu sua trajetória entre a gestão pública, a educação e a defesa dos direitos indígenas. Sua história é também o reflexo da força coletiva de mulheres indígenas que, como ela, transformam a luta em resistência e em futuro.

Neidinha Suruí: A voz da floresta que ecoa no mundo

"Sou uma mulher da Amazônia." É assim que Neidinha Suruí gosta de se apresentar. Ativista, ambientalista, defensora incansável dos direitos humanos, mãe da também ativista Txai Suruí e da jovem liderança indígena Kin Suruí , coordenadora da Juventude Indígena de Rondônia, Neidinha também se define como avó apaixonada do pequeno Marimop, de apenas um ano de idade.

Sua história começa na floresta, onde cresceu cercada pela Natureza e aprendizados de seu povo no Acre, mas cedo compreendeu que precisaria viver em dois mundos. Ao deixar a floresta e chegar à cidade, entendeu que era necessário aprender os códigos desse "outro mundo" para poder lutar em defesa da Amazônia e dos povos que nela vivem.

Neidinha discursa durante o Ciclo COParente, uma iniciativa do governo brasileiro, liderada pelo Ministério dos Povos Indígenas, para preparar os povos indígenas para a COP 30. Foto: Willy Arehj Gavião

Desafios e resistências

Neidinha enfrentou, desde muito jovem, o preconceito contra quem vem da floresta. “Quando você vai morar na cidade, sofre preconceito duplo”, relembra. Já foi tratada como um ‘bichinho exótico’, mesmo quando reconheciam sua inteligência e conhecimento. Vencer essas barreiras sociais foi apenas o início de uma longa trajetória de resistência.

O maior desafio, no entanto, veio da luta pela proteção do território. Ao se colocar contra a mineração ilegal, o garimpo e outras ameaças à floresta, Neidinha passou a conviver com riscos diários. Hoje, é uma das poucas pessoas no Brasil incluídas no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH). “Eu vivo sob protocolo de segurança, acompanhada por uma equipe, porque sigo recebendo ameaças de morte”, relata.

Mesmo assim, segue firme. Para ela, o respeito à floresta e aos povos indígenas está ligado ao direito de todas as pessoas: mulheres, homens, indígenas, pessoas LGBTQIAPN+, jovens e idosos.

Força que vem das mulheres

A coragem de Neidinha tem raízes profundas. Ela se inspira em sua mãe, que foi uma guerreira incansável, e em figuras como Marina Silva, além de mulheres indígenas que abriram caminhos de luta. Hoje, encontra também inspiração na própria filha, Txai Suruí, que se tornou um símbolo da nova geração de ativistas.

Outras mulheres se somam a esse mosaico de referências: Sonia Guajajara, Ministra dos Povos Indígenas, que “vê longe”; Natália Tupi, “uma jovem fantástica”; e tantas outras indígenas e não indígenas que desafiam barreiras em suas áreas de atuação.

Ela lembra que a pressão sobre as mulheres ainda é grande, tanto dentro dos povos indígenas quanto fora deles. “Todo mundo acha a mulher linda e maravilhosa, mas não quer que ela ocupe os cargos de liderança”, critica. Por isso, insiste na importância de mostrar que mulheres têm filhos, têm netos, e que isso faz parte da vida sem ser impedimento para a luta política.

As mulheres na linha de frente

Para Neidinha, não há como falar de futuro sem falar da participação das mulheres. Seja nas aldeias, nas periferias ou nos espaços de decisão global como a COP, são elas que hoje estão à frente da defesa dos territórios. “Que me desculpem os homens, mas hoje o território é basicamente uma luta das mulheres indígenas”, afirma.

Na linha de frente contra o garimpo e o avanço da destruição, essas mulheres simbolizam, para Neidinha, o avanço da luta em meio a tempos de retrocesso político e social. “Vivemos um congresso anti-indígena, anti-meio ambiente e anti-Brasil. Por isso, as mulheres que estão indo à COP, junto com outras lideranças, vão fazer a diferença.” Com a COP 30, Neidinha já soma 10 participações em COPs.

Mensagem às novas gerações

Ao ser questionada sobre qual conselho deixaria para as jovens lideranças que começam a trilhar o caminho da militância, Neidinha é direta: “Resistir é preciso, desistir nunca.”

Essa frase resume a trajetória de uma mulher que transformou as dores e os desafios em coragem e inspiração. Uma mulher que, entre a vida familiar e a militância, mostra que é possível equilibrar ternura e firmeza, ancestralidade e futuro. Neidinha Suruí é, acima de tudo, a voz da floresta que ecoa no mundo.

---

*__Luciene Kaxinawá__ – primeira jornalista e apresentadora indígena da TV brasileira. Há 10 anos exerce a profissão. Atualmente, é apresentadora no Canal Futura e colunista Terra. É premiada nacional e internacionalmente pelo seu profissionalismo e representatividade. **@lucienekaxinawa**

RAIO-X

UM MERGULHO PELA HISTÓRIA DAS MOBILIZAÇÕES DA CÚPULA DOS POVOS

Cúpula dos Povos na Rio+20. Foto: Marcello Casal Jr. / Agência Brasil

Por Elvis Marques

A Cúpula dos Povos Rumo à Conferência do Clima (COP 30) se inspira na Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental promovida no Rio de Janeiro, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), em 2012. Os movimentos se inspiram, ainda, na chamada Eco-92 ou Cúpula da Terra, ocorrida em 1992 também na capital fluminense.

“Entre 1972 e 1992 aconteceram outras seis convenções temáticas ambientais puxadas pela Organização das Nações Unidas [ONU]. Para se ter ideia, à época, existiam propagandas, em grandes jornais, como: ‘Venha poluir o Cerrado’. Era assim que chamavam as indústrias para os estados. Nós éramos os párias tanto pelas situações políticas, sociais e ambientais no Brasil”, relembra Mauricio Laxe, ambientalista, advogado e ecossocialista.

Mauricio lembra que a Eco-92 foi um espaço de convergência e de início dos movimentos ambientalistas no Brasil e no mundo. Trinta e três anos depois de um período de convergência, o mundo enfrenta novas guerras, espaços multilaterais enfraquecidos e a negação da ciência e de fatos comprovados como a mudança do clima. Em meio a isso, o Brasil abriga, mais uma vez, discussões de alto nível, de governos e movimentos sociais, sobre temas socioambientais. Confira alguns momentos importantes desde 1992.

Os principais marcos desde a Eco-92

1992

Eco-92 / Cúpula da Terra

Rio de Janeiro, Brasil

Destaques: Lançamento da Agenda 21, criação da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima (UNFCCC), Convenção da Biodiversidade e princípios de desenvolvimento sustentável.

>> Saiba mais: **bit.ly/RCC_14_021**

2002

Rio+10 / Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável

Joanesburgo, África do Sul

Destaques: Revisão dos avanços desde 1992, foco em erradicação da pobreza, conservação das águas, promoção do saneamento básico e governança ambiental.

>> Saiba mais: **bit.ly/RCC_14_022**

2010

Conferência Mundial dos Povos sobre Mudanças Climáticas e Direitos da Mãe Terra

Cochabamba, Bolívia

Destaques: Convocada por Evo Morales, foi uma das maiores articulações populares internacionais sobre clima e justiça ambiental.

>> Saiba mais: **bit.ly/RCC_14_023**

2012

Rio+20 / Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável

Rio de Janeiro, Brasil

Destaques: Defesa dos "bens comuns", debate sobre economia verde/ "capitalismo verde" e governança global para o desenvolvimento sustentável.

>> Saiba mais: **bit.ly/RCC_14_024**

Ativista fantasiado de caveira segura o Planeta em *performance* de denúncia da crise climática durante a abertura oficial da Cúpula dos Povos da Rio+20, em junho de 2012, no Rio de Janeiro (RJ). Foto: Percurso da Cultura / Mídia NINJA

2014

Cúpula dos Povos frente à Mudança Climática

Lima, Peru

Destaques: Paralela à COP 20, milhares de pessoas se reuniram em torno do lema "Mudando o sistema, não o clima" em defesa de alternativas populares.

>> Saiba mais: **bit.ly/RCC_14_025**

2015

COP 21 / Acordo de Paris

Paris, França

Destaques: Estabelece meta de limitar o aquecimento global a 1,5°C e criação das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs).

>> Saiba mais: **bit.ly/RCC_14_026**

2025

Cúpula dos Povos Rumo à COP 30

Belém, Brasil

Belém, o pedacinho da Amazônia que se abre para a COP 30 e a Cúpula dos Povos

- 409 anos
- Quase 1.400.000 de habitantes
- Capital do estado amazônico do Pará
- Conhecida como Belém do Pará
- Situada na região Norte do Brasil
- Casa do Círio de Nazaré, uma das maiores procissões de fé do mundo
- Destaques culturais para o carimbó e o boi-bumbá
- O estado é o maior produtor de açaí do mundo

Rio Guamá e a cidade de Belém ao fundo. Foto: Tânia Rêgo / Agência Brasil

Eixos de convergência

A Cúpula dos Povos se organiza a partir de seis eixos, os quais articulam denúncias, propostas e resistências. Veja o detalhamento de cada um deles na reportagem Em Destaque, na página 8.

Eixo I

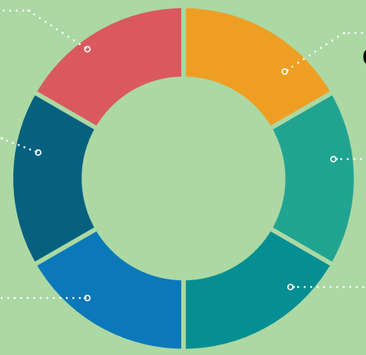
Territórios e Maretórios vivos, Soberania Popular e Alimentar

Eixo II

Reparação histórica, combate ao racismo ambiental, às falsas soluções e ao poder corporativo

Eixo III

Transição Justa, Popular e Inclusiva



Eixo IV

Contra as opressões, pela democracia e pelo internacionalismo dos povos

Eixo V

Cidades justas e periferias urbanas vivas

Eixo VI

Feminismo popular e resistências das mulheres nos territórios

Governança da Cúpula dos Povos: 8 Grupos de Trabalho (GTs)

- Comunicação
- Formação e educação popular
- Saúde
- Mobilização e articulação
- Internacional
- Segurança e direitos humanos
- Cultura, artes e espiritualidade
- Sistemas Alimentares Saudáveis

Reunião da Comissão Política da Cúpula, em maio de 2025, em Belém (PA). Foto: Élida Galvão

DNA da Cúpula dos Povos Rumo à COP 30

Início da organização em **agosto de 2023**

Mais de **1.100 entidades** assinaram a carta de adesão à Cúpula

A Cúpula é um **chamado à ação** por uma transição justa e solidária

Presença de **coletivos de mulheres**, indígenas, camponeses, quilombolas, negros, juventudes, LGBTQIAPN+, ambientalistas, sindicalistas e movimentos sociais

Maior mobilização popular por justiça social e climática do mundo

Espaço autônomo em relação à COP 30 da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC)

EM PAUTA

CLIMA SOB ATAQUE: COMO A EXTREMA DIREITA FOMENTA A CRISE CLIMÁTICA

Desinformação, espionagem e negacionismo estão entre as estratégias para enfraquecer instituições e políticas climáticas.

Por Letícia Queiroz, da Escola de Ativismo

A extrema direita – grupo político conhecido por articular tendências ultraconservadoras, autoritárias e preconceituosas contra grupos minorizados – tem se espalhado por diferentes partes do mundo e moldado não apenas os rumos da política, mas também a forma como a crise climática é vista e enfrentada. À medida que avançam os debates sobre as mudanças no clima, a extrema direita se articula para reagir às mobilizações em defesa do Planeta. Além de enfraquecer conquistas históricas, esse contra-ataque trava avanços na proteção da Natureza e das populações mais vulneráveis.

No Brasil, há casos de retrocessos encabeçados por políticos conservadores que agridem os biomas e os povos originários e tradicionais. Um dos exemplos recentes é a legislação aprovada após votação do Congresso Nacional, o Projeto de Lei (PL) 2.159/2021. O texto, que ficou conhecido como PL da Devastação, tinha como objetivo fragilizar regras para o licenciamento ambiental e beneficiar projetos que ignoram a crise climática e vão contra a realidade dos desafios ambientais deste século. Segundo ambientalistas brasileiros, essa foi uma das maiores ameaças ao meio ambiente dos últimos anos. O Projeto de Lei foi sancionado pelo presidente Lula, em agosto deste ano, com 63 vetos.

Os políticos da extrema direita que votaram a favor do PL da Devastação fazem parte de uma onda de desmonte do projeto bolsonarista. Uma pesquisa da BBC News Brasil, por meio do Sistema Integrado de Orçamento do Governo Federal (Siop), divulgada em 2021, apurou que o governo de Jair Bolsonaro cortou em 93% os gastos para estudos e projetos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas nos três primeiros anos da sua gestão. O ex-presidente deixou o governo após uma sequência de retrocessos, como a nomeação de Ricardo Salles – condenado por fraude ambiental – como Ministro do Meio Ambiente, negação de titulações e demarcações de territórios indígenas e quilombolas e ataques a ativistas socioambientais.

As mudanças climáticas são transformações a longo prazo nos padrões de temperatura e clima no Planeta. As atividades humanas têm sido o principal impulsionador desse fenômeno, principalmente devido à queima de combustíveis fósseis como carvão, petróleo e gás. A intensidade dessas consequências é marcada por fatores como região, território, cor da pele e classe social.

Fontes: Organização das Nações Unidas (ONU) e Escola de Ativismo

Sabotagem global à agenda climática

As ações contra a justiça climática lideradas pela extrema direita atuam em escala global. Em julho deste ano, enquanto ativistas climáticos faziam campanhas para que o PL da Devastação fosse vetado no Brasil, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciava a revogação da política climática do país. Desde que Trump voltou à presidência dos EUA, o governo federal mudou de direção nas políticas para o clima. Conhecido por defender o uso de combustíveis fósseis, atacar ativistas climáticos e negar o aquecimento global, Trump tem dado sinais claros de retrocesso na área. Entre outras mudanças na política energética, o governo restringiu pesquisas sobre a crise climática.

Já na América Latina, o presidente argentino, Javier Milei, também tem mostrado sua postura negacionista diante da agenda climática. Em discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), em setembro de 2024, o líder do país, que enfrenta ondas extremas de calor, acusou a ONU de impor "agenda ideológica". Em 2024, sem explicações, Milei ordenou a saída da delegação argentina da COP 29, em Baku, no Azerbaijão. A postura do presidente ignora os problemas enfrentados pelos cidadãos argentinos. A temperatura no país, no início deste ano, ultrapassou os 40°C e um enorme apagão em Buenos Aires, capital argentina, deixou mais de 600 mil pessoas sem luz em meio a essa onda de calor.

O ativista estadunidense Sean Buchan, coordenador da Unidade de Inteligência da Climate Action Against Disinformation (CAAD) – uma coalizão de cerca de 100 pessoas que lutam contra a desinformação climática sistêmica em todo o mundo –, acredita que a extrema direita se organiza de várias maneiras e que tende a operar de formas diferentes dependendo do contexto local, mas existem padrões.

Sean Buchan, coordenador da Unidade de Inteligência da Climate Action Against Disinformation (CAAD). Foto: Divulgação

"A maioria usa um bode expiatório duplo: o multiculturalismo e o multilateralismo, sendo que este último é frequentemente apresentado em teorias da conspiração racistas. Assim, a ação climática é um contraponto conveniente para os movimentos de extrema direita que se sobrepõem ao populismo, pois a resolução da crise requer cooperação internacional e mudanças rápidas que tais movimentos podem explorar. Tal como o conservadorismo tradicional, o movimento recorre ao manual da desinformação. Enquanto os movimentos conservadores tradicionais utilizam redes de dinheiro sujo, geralmente proveniente de indústrias poluentes, para espalhar informações falsas, os partidos, políticos e figuras da extrema direita tendem a espalhar diretamente a desinformação, utilizando-a como ferramenta para aumentar a popularidade", explica.

Multiculturalismo: termo que descreve a existência de muitas culturas numa localidade. Ele parte do reconhecimento de que grupos com identidades, tradições, línguas e religiões distintas devem ter seus direitos respeitados e suas expressões culturais preservadas.

Multilateralismo: forma de organização em que vários países cooperam e tomam decisões em conjunto sobre determinado tema, baseados em regras e instituições comuns.

Populismo: conceito utilizado para se referir a um conjunto de práticas políticas que se justificam num apelo ao "povo".

"O governo Trump se comporta de muitas maneiras como uma autocracia [forma de governo na qual há um único detentor do poder político-estatal], incluindo sua aversão à realidade quando ela é inconveniente. Ao contrário de qualquer governo anterior, o de Trump está negando diretamente a ciência climática estabelecida e usando isso como justificativa para desmantelar as políticas climáticas em um ritmo preocupante. Ele também está tentando forçar outras nações e blocos a quebrar compromissos multilaterais por meio do comércio coercitivo de seus produtos que destroem o Planeta", diz Buchan.

"Além disso, a indústria de combustíveis fósseis parece estar feliz em se aliar a tal autocracia, talvez como um último esforço para enriquecer antes que a indústria se esgote para sempre. Centenas de milhões de dólares estão fluindo da indústria fóssil para organizações que apoiam o governo. Por exemplo, dos 45 grupos que lutam contra os direitos trans nos EUA, 80% receberam financiamento da indústria de combustíveis fósseis", completa.

Apesar dos desafios, o ativista diz estar esperançoso e animado com a quantidade de energia dos movimentos contra a desinformação e em prol do clima que têm se unido por justiça, equidade, diversidade e inclusão. "Há muita organização acontecendo e muitas pessoas que se importam."

Estratégias diversas

Em diferentes partes do mundo, a extrema direita tem recorrido a um conjunto de estratégias que incluem o negacionismo científico, a disseminação de desinformação e a perseguição a ativistas socioambientais, criando um ambiente hostil para quem defende a Natureza e os direitos humanos. Mas isso também parte de órgãos do Estado e, em alguns lugares, comandados por políticos de todos os espectros.

No Brasil, segundo país que mais mata ativistas ambientais no mundo, conforme a pesquisa da organização internacional *Global Witness*, publicada em setembro de 2024, a situação não é diferente. Lideranças indígenas do Pará afirmam que informações pessoais e sigilosas de pessoas ameaçadas, fornecidas ao Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH) — política criada para garantir a segurança de quem atua na linha de frente — podem estar sendo utilizadas de forma indevida, transformando um mecanismo de proteção em um risco adicional para os próprios defensores.

Auricélia Arapiun, liderança do povo indígena Arapiun, no Pará, e integrante do conselho da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), conta que a ocupação histórica, liderada por indígenas a favor da educação no estado, mostrou que lideranças, ativistas e defensores são espionados. Os protestos entre janeiro e fevereiro deste ano exigiam a revogação da Lei 10.820/2024, que abriria caminho para a conversão de aulas presenciais em Educação a Distância (EAD) nas comunidades quilombolas, ribeirinhas e terras indígenas.

Auricélia Arapiun, integrante do conselho da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira. Foto: Divulgação

A gente sabe que está sendo monitorado. Eu nunca entrei no programa de proteção, apesar de já ter recebido várias ameaças, porque eu sempre desconfiei dele [do PPDDH]. E, durante a ocupação da Secretaria Estadual de Educação [Seduc], recebemos inúmeras ameaças. A gente já desconfiava muito que estava sendo monitorado. O que a gente não sabia, e surpreendeu, foi a forma como o governo do estado se infiltrou e como usou o programa e os defensores que participam dele para repassar informações para eles [pessoas do governo]", conta a liderança.

Auricélia conta que, além de monitorar, o Estado usa a tática de divisão para enfraquecer a luta dos povos indígenas. "A tática que ele usou foi de colocar indígena contra indígena, movimento contra movimento. O que aconteceu na ocupação da Secretaria Estadual de Educação mostra muito o que nós vivemos na era Bolsonaro, num governo de extrema direita. E o governo do Pará é um governo de direita e age com autoritarismo e extremismo. Nós nos sentimos como se estivéssemos ainda na época do golpe militar, sendo monitorados, e ali o tempo todo havia tentativas de espalhar *fake news*", relembra.

Os perigos da desinformação climática

As *fake news* e outras formas de desinformação são estratégias bem conhecidas para enfraquecer mobilizações por justiça climática. No contexto das mudanças no clima, o termo usado por especialistas é "desinformação climática".

Thais Lazzeri, do FALA – Estúdio de Impacto, criadora do Mentira Tem Preço e do Observatório da Integridade da Informação, explica que essas desinformações aparecem em formatos variados e que, no Brasil, parte expressiva do conteúdo negacionista e dos ataques a povos indígenas e a políticas ambientais circula em redes associadas à extrema direita.

Thais Lazzeri descreve a desinformação climática como qualquer conteúdo enganoso que questiona a existência ou a gravidade da crise do clima, distorce a ciência e mina a confiança em soluções, inclusive quando usa "meias-verdades" ou omite contexto. O objetivo é criar dúvida suficiente para atrasar a ação em âmbitos mundial, nacional e local.

Thais Lazzeri, do FALA – Estúdio de Impacto. Foto: Wanezza Soares

Reconhecendo desinformações climáticas e mitigando danos

Para mitigar os danos, a longo prazo, a solução é a educação midiática e climática local, mas com recortes de gênero, raça e clima, ancorada no que as pessoas já sabem e trazendo-as para pensar junto. "É um processo de alfabetização crítica, que não só explica como a mentira circula, mas também devolve poder às comunidades para questionar e resistir", aponta Thais.

É interessante também saber identificar as mentiras com maior alcance no cenário nacional. A especialista traz uma lista dos principais pontos de atenção:

- A ideia de que não é urgente, que podemos esperar para lidar com os impactos das mudanças climáticas;
- Atacar as soluções sustentáveis, como transição energética justa e agricultura regenerativa, dizendo que são caras ou que não funcionam;
- Descredibilizar governos, institutos, organizações do terceiro setor;
- Usar verdades parciais sem contexto para induzir à conclusão errada.

Thais explica que existe um ecossistema, que muitas vezes trabalha coordenadamente com múltiplos atores: políticos, influenciadores, veículos e plataformas, empresas com interesse econômico, agências de relações públicas e grupos de fachada. "O objetivo é enfraquecer instituições e políticas climáticas, proteger interesses econômicos e mobilizar base eleitoral por meio da polarização. Não é um *post* isolado, por isso chamo de cadeia produtiva de mentiras que beneficia todo um ecossistema com poder, influência e dinheiro", analisa.

Assim como o negacionismo climático, a desinformação sobre o clima também é uma franquia global com filiais locais. Todas as pessoas são impactadas por esse efeito, o que torna ainda mais necessário olhar para a integridade da informação – o direito à informação de confiança -- na escala global, nacional e local.

"Quem defende soluções para o clima vai ser alvo, e aí é importante pensar 'clima' dentro de uma agenda intersetorial: educação, saúde, economia, migração, direitos humanos. Por isso, povos indígenas e comunidades tradicionais, defensores ambientais, periferias urbanas e populações vulneráveis a eventos extremos são duas vezes impactados. A mentira viral se torna licença social para atacar quem protege os biomas", ressalta.

A especialista acredita que as mentiras sobre o clima tendem a aumentar nos próximos anos, especialmente em contextos eleitorais. Isso mostra que a desinformação não é espontânea, mas sim um recurso estratégico de campanha usado para manipular o debate público e minar políticas socioambientais, inclusive de mitigação e adaptação para cidades.

Fique por dentro

- *Governo dos EUA restringe pesquisas sobre crise climática:* **bit.ly/RCC_14_027**
- MENTIRA TEM PREÇO revela os bastidores da desinformação socioambiental e os interesses políticos e econômicos por trás da indústria de *fake news*: **mentiratempreco.infoamazonia.org**
- *Milei acusa ONU de impor "agenda ideológica" a seus membros em discurso na Assembleia-Geral:* **bit.ly/RCC_14_028**
- *O legado de destruição ambiental de Bolsonaro:* **bit.ly/RCC_14_029**
- Observatório da Integridade da Informação – Clima: **oiiclima.substack.com**
- *Pistas para identificar, enfrentar e denunciar injustiças climáticas:* **bit.ly/RCC_14_030**
- *Por que o movimento indígena do Pará está mobilizado em defesa da educação? Saiba como somar na luta:* **bit.ly/RCC_14_031**
- Relatório da Global Witness: **bit.ly/RCC_14_032**

"MENTIRA VERDE": OS IMPACTOS DAS FALSAS NARRATIVAS PROPAGADAS POR EMPRESAS E GOVERNOS

Moradores observam a destruição causada pelo rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho (MG), em 2019. Foto: Lucas Shariff / Mídia NINJA

Por Bárbara Poerner, da Escola de Ativismo

Corporações de petróleo, mineração e agronegócio estão cada vez mais presentes nas Conferências do Clima, mas seus discursos são pouco condizentes com suas práticas e prejudicam a luta climática nos territórios; ativistas discutem possibilidades para enfrentar o problema.

A organização de jovens ativistas climáticos Engajamundo fez parte, em 2023, da pressão popular sobre a mineradora Braskem – que impactou negativamente dezenas de milhares de pessoas devido à exploração de sal-gema na cidade de Maceió (AL) – para que esta desistisse de sua participação na 28ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, a COP 28, que aconteceu em Dubai. À época, uma mina da empresa havia acabado de explodir na capital alagoana, o que mobilizou falas de ativistas ambientais na Conferência e provocou uma comoção midiática.

Um ano depois, na COP 29 em Baku, no Azerbaijão, a coalizão de entidades *Kick Big Polluters Out* (KBPO) [em tradução livre, Expulse os grandes poluidores] identificou ao menos 1.773 lobistas de petróleo e gás no evento, número que supera as delegações dos países mais afetados pela crise climática.

Esses exemplos mostram como a presença de grandes corporações historicamente poluidoras em espaços climáticos não é nova e configura práticas chamadas de *greenwashing*, traduzido como "maquiagem verde", "lavagem verde" ou "mentira verde". Segundo Julia Catão Dias, coordenadora do programa de consumo sustentável e responsável do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), essas expressões "são todos os discursos e modelos que, de alguma forma, encobrem as práticas destrutivas de sempre."

Julia Catão Dias, coordenadora do programa de consumo sustentável e responsável do Idec. Foto: Divulgação

Isso pode estar em um rótulo de um produto, exemplifica a cientista social e advogada, mas também em um relatório de sustentabilidade ou em negócios específicos, como o mercado de carbono: um mecanismo que precifica e permite a compra e venda de créditos de carbono com o objetivo de compensar as emissões de gases de efeito estufa que agravam o aquecimento global. "As falsas soluções tentam criar métricas e compensações para coisas que não são compensáveis", diz Julia, ao explicar que a publicidade enganosa e abusiva já é proibida pelo Código de Defesa do Consumidor, mas faltam contornos para o que é, exatamente, o *greenwashing*.

As falsas soluções são novas formas de expropriação dos territórios e de ataque aos direitos humanos, acrescenta Letícia Tura, diretora executiva da FASE, organização que integra a Cúpula dos Povos e atua, desde 1961, no fortalecimento de grupos sociais para a garantia de direitos, da democracia e da justiça ambiental.

Ela afirma que o *greenwashing* é um instrumento para ampliar os conflitos socioambientais e as desigualdades no campo. Segundo Letícia, é preciso denunciar a prática, mas também viabilizar as proposições locais que já existem e que precisam de mecanismos de implementação e políticas públicas.

"Existem muitas soluções reais acontecendo nos territórios rurais, urbanos e maretórios, com proposições que nos dão várias orientações, pistas e diretrizes de quais seriam os caminhos para o enfrentamento às mudanças climáticas", continua a diretora da organização.

Contudo, não são apenas as empresas que adotam essa postura. Julia e Letícia citam, como exemplo, o governo brasileiro, que faz discursos de compromisso e metas climáticas, mas defende a exploração de petróleo na Foz do Amazonas, uma das áreas mais socioambientalmente sensíveis do Planeta. A atividade é considerada de alto risco por diversos institutos de pesquisa e, conforme mostrou o físico especializado em mudanças climáticas e pesquisador do ClimaInfo, Shigueo Watanabe Jr., poderia emitir até 4,7 bilhões de toneladas de CO_2 na atmosfera.

Colocar alternativas em uma prateleira é um dos pontos centrais da mentira verde. "Quando essa solução vem muito fácil, acho que é o primeiro alerta de lavagem verde, pois é o movimento de vender soluções dentro da pauta socioambiental", defende Alessandra Pipa, ativista do Eco Pelo Clima e do movimento Negro e Popular no Rio Grande do Sul.

Jaiane Bruna, ativista do Engajamundo no Alagoas e integrante do Observatório Caso Braskem, concorda ao argumentar que "as empresas vendem uma narrativa tão bonita que a gente acredita", mas ressalta que a discussão precisa ser feita de forma interseccional. "A Vale [empresa que foi responsável por um dos maiores crimes ambientais da história, no qual morreram 270 pessoas e houve o derramamento de 13 milhões de metros cúbicos de rejeito em Brumadinho (MG)] apoia vários projetos de cultura. Então, é difícil para algumas organizações que são pequenas e querem fazer projetos ambientais recusarem esse dinheiro", explica.

Essa disputa é desigual, apontam as especialistas, pois as grandes corporações e Estados têm montantes de dinheiro, contratam artistas e influenciadores e instrumentalizam a imprensa.

"Como eles têm muitos recursos para propagandas, vão construindo narrativas para que, no imaginário, esses grandes poluidores sejam os grandes sujeitos da solução", completa Letícia.

Os impactos das mentiras verdes

Para Alessandra, a mentira verde "torna ainda maior o rombo da desigualdade da informação". Ela cita a desproporcionalidade que já existe nos espaços de poder sobre o clima, majoritariamente dominados por homens brancos. Segundo a ativista, isso está relacionado ao processo de individualização dos problemas e das soluções, que rouba o potencial de imaginar futuros coletivos e transforma tudo em mais um produto a ser vendido e comprado.

Alessandra Pipa, ativista do Eco Pelo Clima. Foto: Arquivo pessoal

Com isso, é adicionada mais uma camada para o ativismo climático. Agora, afirma Julia, "não basta lutarmos contra os modelos destrutivos que a gente já conhece. Também precisamos identificar as narrativas e discursos, e investigar se as práticas das empresas estão, de fato, condizentes."

Um dos graves riscos ocasionados é que "não existe um enfrentamento real do problema e, com isso, a temperatura não para de crescer porque não há uma real redução das emissões dos gases de efeito estufa", explica Letícia, e cita as nações mais poluentes do mundo: China e Estados Unidos. Com isso, os impactos da crise climática, como secas, enchentes, calor extremo e inundações, continuam acontecendo progressivamente nos territórios.

Além disso, as soluções focadas apenas em tecnologias e criação de novos produtos, como o mercado de carbono, podem agravar violações territoriais. Letícia cita contratos abusivos e divisão entre as comunidades. Julia complementa ao dizer que muitos grupos se sentem violados pela publicidade que as empresas fazem sobre seus projetos de compensação, pois elas utilizam suas imagens para propagandas de benfeitoria.

Tudo isso está conectado a uma visão reducionista da crise climática. "Sejam as soluções tecnológicas, sejam as soluções financeiras, todas são falsas. Ou elas levam ao não enfrentamento ou ampliam os danos socioambientais. Reduzir as mudanças climáticas ao carbono tem a ver com uma visão totalmente financeira, na qual você precisa de uma moeda de troca. Mas o problema climático é muito mais amplo", afirma Letícia.

Como combater as mentiras verdes

Embora defenda o multilateralismo proposto pela COP 30, Letícia acredita ser necessária uma reforma da Conferência, com limites na participação da iniciativa privada em espaços como as COPs. "Ao invés de estarmos responsabilizando e colocando limites para a ação delas [empresas], está se constituindo outras formas de lucrarem com o problema", diz, ao citar o artigo 6º do Acordo de Paris, que trata dos mercados de carbono, e, em sua visão, estão se criando instrumentos mercadológicos para que as corporações disputem uma prateleira de soluções.

Diante desse cenário, Jaiane Bruna aponta a comunicação como uma ferramenta eficaz para combater a desinformação climática. Contudo, ela acrescenta que é preciso fazer isso de forma mais ativa e menos passiva, com mobilizações nos territórios. Sua esperança é que a COP 30 reacenda a vocação de ocupar as ruas do ativismo climático brasileiro.

Além do engajamento popular, Julia recomenda "às pessoas questionarem as empresas e denunciarem para o poder público quando encontrarem discursos contraditórios ou falsos." O Inesc, inclusive, irá lançar, ainda em 2025, o Observatório do *Greenwashing* como uma ferramenta pública para a sociedade civil realizar e acompanhar essas denúncias.

Por fim, Letícia defende que, para combater o *greenwashing*, é preciso buscar diálogos interseccionais com aperfeiçoamento e inovação na forma de contar a contranarrativa. "Precisamos de ferramentas lúdicas, didáticas e pedagógicas, que estejam mais próximas do cotidiano e do dia a dia das pessoas."

Fique por dentro

- *Exploração de petróleo na Foz do Amazonas é uma "bomba" na biodiversidade*, do ClimaInfo: **bit.ly/RCC_14_033**
- *Fossil fuel lobbyists eclipse delegations from most climate vulnerable nations at COP29 climate talks*, da coalizão Kick Big Polluters Out: **bit.ly/RCC_14_034**
- *"Manual de Enfrentamento à Mentira Verde"*, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec): **idec.org.br/greenwashing**
- Greenwashing: *entenda o que é e aprenda a se defender de propagandas falsas*, do Ministério da Justiça e Segurança Pública: **bit.ly/RCC_14_035**

ALIANÇA DOS POVOS RENASCE NA LUTA PELO CLIMA

Encontro marca um novo momento da Aliança dos Povos. Foto: Glaucia Rodrigues

Por Nayara Almeida e Mario Campagnani, da Escola de Ativismo

Jovens lideranças encontram o Cacique Raoni Metuktire e formam frente que busca autonomia na preservação do meio ambiente.

Fazer parte da Natureza é também compreender que conceitos como eternidade e imutabilidade têm muito menos sentido do que pensar em alteridades, transformações. O desejo e a vaidade não só de se perpetuar, mas de acreditar que até mesmo a morte pode ser superada é a marca de uma sociedade que, ao fim, tenta se mostrar superior aos demais seres – humanos e não humanos – e caminha a passos largos para um colapso.

A compreensão de que as transformações não são apenas parte da Natureza, mas também algo harmonioso e desejável, pode ser uma boa imagem para pensar sobre um importante ciclo: uma nova Aliança dos Povos. No mês de setembro, na Aldeia Mupá, Terra Indígena Capoto/Jarina, do povo Yudjá/Juruna, no Mato Grosso, surgiu um movimento histórico que agora renova seus quadros, articulações e sonhos. Uma mudança é que, se antes o nome da articulação terminava citando a floresta, agora ela se chama oficialmente Aliança dos Povos pelo Clima.

Com a presença do Cacique Raoni Metuktire, uma das maiores referências indígenas do país, o evento marcou uma passagem de tocha para jovens lideranças, que agora buscam fazer jus à Aliança, movimento histórico dos anos 1980, fundado pelo líder extrativista Chico Mendes e o próprio Raoni, entre outras pessoas, que conquistou vitórias importantes, como a criação das Reservas Extrativistas (RESEX) no Brasil, que visam proteger os meios de vida e a cultura das populações locais, garantindo o uso sustentável dos recursos naturais.

As décadas de vida – a idade oficial é de 93 anos, mas sem comprovação exata do ano de nascimento – não pesam em Raoni quando se observa sua presença, que traz para si os olhares e atenções às falas no ritmo e na língua de seu povo, Mebêngôkre Kayapó. Raoni representa uma forma de pensar o tempo e, no encontro, fez questão de expressar a importância de os mais novos seguirem e encontrarem seus próprios caminhos na luta.

> **“Eu já estou ficando cansado, não tenho mais aquele fôlego para dar continuidade. Por isso, preciso que alguém faça isso para mim, que dê continuidade nessa luta. Assim, quando eu partir desse mundo, vocês vão estar protegidos também. Eu sou um dos únicos que defendem não apenas o Bem Viver do meu povo, mas de todos”**, afirmou Raoni.

Cacique Raioni reúne-se com jovens lideranças indígenas. Foto: Glaucia Rodrigues

O cacique também fez questão de lembrar da importância da palavra “aliança” quando se tratam dos enfrentamentos necessários dos povos da floresta: “Os brancos querem a todo custo nos derrubar, acabar com a gente. E quando vou confrontar essas pessoas, muitas vezes, sinto falta de pessoas me acompanhando. Por isso, é preciso unir todos os nossos parceiros e aliados. Vocês, essa geração nova, precisam manter esses brancos que são nossos aliados, manter essa aliança forte, porque eles estão com a gente. Precisam unir essa força contra outros brancos que querem acabar com a gente. Por isso, a importância dessa aliança.”

As articulações que levaram a essa nova etapa da Aliança começaram em 2024, quando um encontro do qual Raoni fez parte aconteceu em Belém, na RCOY, a Conferência Climática Regional de Juventudes Latino-americanas. Dali, as comunidades começaram a construção dessa nova campanha, que foi batizada por meio de sonhos. Entre as muitas pessoas que estavam juntas acampadas na reserva indígena, uma imagem começou a aparecer em diversos sonhos: a de uma cobra. O animal, sagrado para diferentes povos, também se faz verbo agora para a nova Aliança.

A gente cobra

Esse é o principal lema da campanha da Aliança dos Povos pelo Clima. E essa cobrança dos povos já mira na COP 30, em Belém (PA). Num espaço em que as negociações ficam centradas em figuras de alto escalão de governos e nos *lobbies* de empresas, a Aliança tem como objetivo pressionar os negociadores pela garantia da autonomia territorial e reparação histórica por meio de mecanismos efetivos de financiamento climático. No lugar da antiga tutela, que coloca as comunidades tradicionais e originárias relegadas à subalternidade, sem tomar decisões sobre as políticas públicas e o alocamento de recursos, elas exigem agora serem responsáveis pelas decisões, com gestão e execução dos fundos.

Uma das porta-vozes desse novo momento é Angélica Mendes. Neta da liderança extrativista e membro do Comitê Chico Mendes, ela afirma que o objetivo na COP é estar em todos os espaços, como a Cúpula dos Povos e as zonas oficiais, levando essa mensagem. “Há uma dívida histórica e ela tem que ser paga agora. Os povos indígenas, as comunidades, precisam de ajuda para defender seus territórios e a Natureza. E essa ajuda precisa vir em forma de recurso, em financiamento, para que a gente consiga dar continuidade aos nossos projetos, porque a gente sabe que a maioria do financiamento não chega nos territórios. E, muitas vezes, até pelo próprio governo que acaba não dando autonomia aos povos”, explicou a ativista.

Cuidar da Natureza também é um trabalho

Um exemplo de como é importante a chegada direta dos recursos aos territórios é o trabalho dos extrativistas nas reservas. Na relação e cuidado com a Natureza, essas

comunidades necessitam de acesso a projetos e fontes de recursos que permitam que o fruto de seus trabalhos chegue aos consumidores. O mesmo vale para comunidades ribeirinhas e indígenas, que precisam ter a liberdade assegurada, mas também incentivo para suas práticas tradicionais de manejo, caça e coleta.

"A gente tem a criação das reservas extrativistas, mas, para que as pessoas permaneçam lá, fazendo esse papel tão importante de defesa da floresta, precisamos de melhores condições. A Aliança surge dessa união entre jovens indígenas, extrativistas, quilombolas, beiradeiros, pescadores artesanais, e todos com esse objetivo comum. Embora diferentes culturas e identidades, a gente está buscando a defesa dos territórios", ressalta Angélica.

Os desafios dos povos brasileiros nessa luta por condições dignas não é, infelizmente, um traço exclusivo do país, conforme lembrou Andrea Ixchíu, liderança maya da Guatemala, que faz parte da rede "Sul x Sul", iniciativa do Instituto Procomum. A COP, novamente, é a oportunidade de encontro desses povos e comunidades, que podem trocar não apenas sobre os problemas que enfrentam, mas também soluções e inspirações, como a que ela afirma ter encontrado com Raoni: "Sou de uma aliança de povos da Mesoamérica, onde nos reunimos para contar outras histórias e, principalmente, para honrar pessoas como o senhor, que nos ensinaram que o futuro é ancestral. Seguimos seu exemplo, seguimos o seu legado. E estamos aqui porque vamos seguir lutando por nossas terras, juntos como povos."

Para Val Munduruku, jovem ativista indígena paraense que também integra a Aliança, o chamado do "vovô Raoni" – como ela e outros carinhosamente chamam o ancião – é também a oportunidade de convocar outros jovens na luta pelo clima durante a COP, como ela fez questão de ressaltar, falando diretamente a Raoni no encontro da Aliança:

"A gente está feliz de estar aqui como juventude, relançando essa Aliança dos Povos pelo Clima. A continuidade que está sendo traçada ano a ano. Agora, assim como o senhor fez esse chamado para nós, eu quero chamar a juventude para a defesa dos nossos territórios, rios e identidades."

>> Conheça o manifesto da Aliança dos Povos pelo Clima em: **povospeloclima.org**

Andrea Ixchíu, liderança maya da Guatemala, durante encontro da Aliança dos Povos pelo Clima. Foto: Glaucia Rodrigues

A história da antiga Aliança dos Povos

Em entrevista à Revista Teoria e Debate, da Fundação Perseu Abramo, em 1989, Ailton Krenak, um dos fundadores da Aliança dos Povos, a definia assim: "A Aliança dos Povos da Floresta é uma iniciativa da União das Nações Indígenas (UNI) e do Conselho Nacional dos Seringueiros, que inclui as populações ribeirinhas e comunidades de colonos. A coordenação é constituída por representantes indígenas, seringueiros e ribeirinhos. É um conselho de representantes. Nós temos pontos em que andamos juntos, mas cada uma das nossas populações tem a sua identidade própria."

Formalizada em 1987, a aliança foi um ator essencial na garantia de demarcação de terras indígenas, assim como na criação da política e da primeira Reserva Extrativista do país, a Resex Chico Mendes, em 1990, dois anos após o assassinato do líder seringueiro em Xapuri, no Acre.

>> Assista a série *"Vozes da Floresta – A aliança dos povos da Floresta de Chico Mendes a nossos dias"*, produzida pelo Le Monde Diplomatique Brasil, em 2020, com 16 entrevistas e um minidocumentário a respeito da Aliança e as lutas pela preservação de 1987 até os dias atuais.

Acesse: **bit.ly/RCC_14_036**

ESTAÇÃO CRIANÇA

CRIANÇAS E ADOLESCENTES LEVANTAM A VOZ PARA AJUDAR A DECIDIR O FUTURO DO PLANETA

A Cúpula das Infâncias deverá reunir mais de mil meninos e meninas da Amazônia, do Brasil e do mundo, para que suas ideias sobre o clima sejam ouvidas.

Por Joanna Cataldo e Mayara Penina, do COLO – Coletivo de Jornalismo Infantojuvenil

Colaboração: Juliana Doretto e Thaís Furtado

Jonas Garcia, 17 anos, participa da Residência Educomunicativa Rumo à COP 30. Foto: Arquivo pessoal

"Eu sugeri uma matéria sobre o turismo em João Pessoa, na Paraíba, onde eu moro. Os serviços para turistas estão ocupando áreas de preservação ambiental ou lugares onde vivem comunidades, sem se importar com a Natureza e as pessoas que vivem nesses locais", conta Jonas Garcia, de 17 anos.

Foi com essa sugestão de reportagem que o estudante foi selecionado para atuar como repórter e falar das discussões sobre meio ambiente que serão realizadas em Belém, capital do Pará, em novembro, durante a realização da COP 30, principal evento sobre meio ambiente do mundo (saiba mais a seguir). Jonas foi um dos três escolhidos em um programa da organização Viração Educomunicação que incentiva, desde 2003, adolescentes e jovens a participar de projetos que envolvem comunicação, aprendizado e ações para discutir os problemas da sociedade.

"Eu fiquei muito feliz em saber que vou fazer a cobertura. Quero fazer faculdade de jornalismo, então acho que vai ser uma ótima oportunidade de entrar nesse mundo", diz.

Para concorrer a uma vaga na iniciativa, os interessados deveriam ter entre 16 e 24 anos e precisavam preencher um formulário de inscrição com uma sugestão de matéria sobre questões ambientais presentes no lugar onde vivem. Entre os inscritos, 30 jovens de todo o Brasil foram selecionados para participar de um treinamento virtual de jornalismo entre setembro e outubro, além de terem a oportunidade de criar textos para uma edição da Revista Viração, que será lançada na COP 30. Ao longo do processo, poderão desenvolver a ideia de matéria que sugeriram durante a inscrição.

Desse grupo de participantes, três deles, incluindo Jonas, tiveram uma conquista dupla: fazer parte do treinamento de jornalismo e, ao mesmo tempo, serem escolhidos para fazer a cobertura das discussões ambientais que ocorrerão durante a COP.

Por ter menos de 18 anos, Jonas não poderá participar dos encontros principais da Conferência, como aqueles em que os líderes dos países, como os presidentes, se reúnem para discutir medidas para aumentar a preservação ambiental. Mas ele fará a cobertura na Cúpula dos Povos, evento que acontece perto dos prédios da COP e permite que pessoas de variadas áreas da sociedade do Brasil e do mundo, como indígenas, mulheres, jovens e membros de comunidades tradicionais –

que têm costumes e maneiras próprias de viver – lutem pelos seus direitos e pela conservação da Natureza.

> **A Cúpula dos Povos é onde o povo está. Então, talvez seja até mais interessante participar dela do que da COP, onde acontecem as negociações oficiais entre os líderes”**, reflete.

Mas por que é tão legal que jovens como o Jonas se tornem repórteres do clima? A jornalista e professora Cristiane Parente, que pesquisa a participação das crianças nos jornais e revistas, explica que os problemas do clima prejudicam mais as pessoas que já têm dificuldades, e isso inclui as crianças. “Como os jovens estão crescendo e sentindo mais os efeitos dessas mudanças, o jeito deles de olhar o problema é outro. Por isso, as perguntas que eles fazem são bem diferentes”, afirma.

Segundo Cristiane, uma “mágica” acontece quando um jovem pega uma câmera ou um gravador. Ele começa a olhar para o lugar onde vive com mais atenção, curiosidade e fazendo mais perguntas. É um jeito de participar das soluções para melhorar a sua comunidade. Além disso, as perguntas dos jovens são muito corajosas. “É possível que as crianças cheguem para os adultos importantes e perguntem aquilo que todo mundo queria saber, mas não tem coragem”, completa.

E o melhor de tudo? As reportagens feitas por eles costumam ser mais alegres e cheias de esperança, porque, como diz Cristiane, “as crianças sempre encontram um caminho para que as coisas melhorem.”

> **A gente não está lá só para aparecer, mas para falar o que pensa e ajudar a decidir. É muito legal ver os jovens sendo ouvidos e sentindo que a opinião deles realmente importa.”**

Adriel (18), Júlio (20), Mayza (16) e Mikaelly (11), quatro jovens envolvidos na Cúpula das Infâncias, escreveram essa frase em um texto do grupo.

A Cúpula é um grande encontro com crianças e adolescentes da Amazônia, do Brasil e do mundo, criado para que suas ideias sobre o clima sejam ouvidas. Dentro dela, de 12 a 16 de novembro, haverá a “Ciranda Infantil”, um espaço com atividades culturais e divertidas para cerca de mil jovens, que estarão com seus pais na Cúpula dos Povos, em Belém (PA). O objetivo é que eles aprendam sobre temas importantes sobre meio ambiente a partir da arte e das brincadeiras.

“As crianças e os adolescentes querem que as suas ideias sobre as questões climáticas sejam ouvidas e consideradas nas decisões que serão tomadas na Amazônia e no mundo”, explica Salomão Hage, professor e integrante da Cúpula das Infâncias. “Os jovens sugerem propostas para temas como o futuro do Planeta, justiça, igualdade e direitos das meninas e mulheres. Querem mostrar que nada sobre justiça climática e Bem Viver deve ser discutido sem o envolvimento deles.”

Ao final, todas as ideias serão reunidas em um documento chamado “Carta das Infâncias”, que será entregue aos líderes mundiais para influenciar os debates sobre o futuro do Planeta. A carta será traduzida para várias línguas, incluindo braile e língua de sinais, para que o mundo inteiro possa entender o recado.

Cúpula das Infâncias

Reunião geral da Cúpula das Infâncias em preparação para as atividades de novembro. Crédito: Divulgação

O que é a COP 30?

É a abreviação, em inglês, de “Conferências das Partes”, eventos que acontecem todos os anos e reúnem pessoas de mais de 190 países. O objetivo? Discutir soluções para problemas ambientais e adotar medidas para combater as mudanças do clima. Desde 1995, quando aconteceu a primeira COP, já ocorreram 29 eventos desse tipo. Como a próxima será a 30ª da história, ela recebe o nome de COP 30.

A cada ano, o encontro é realizado em um país diferente. Em 2025, ele acontecerá no Brasil, na cidade de Belém, capital do Pará, de 10 a 21 de novembro. Entre os participantes estarão políticos, cientistas, empresários e representantes de organizações que lutam pela preservação do meio ambiente.

Mulheres de todo o país participam da Cúpula dos Povos, durante a Rio+20, e fazem protesto nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, em 2012. Foto: Marcello Casal Jr. / Agência Brasil

MAIORES VÍTIMAS DA CRISE CLIMÁTICA, MULHERES SÃO ESSENCIAIS NA CONSTRUÇÃO DAS SOLUÇÕES

Feminismo popular promove processos coletivos que buscam o cuidado, a diversidade de saberes e experiências, a equidade social, a justiça econômica e a conexão com os saberes ancestrais e a Natureza.

Por Fabiana Pereira

"Se as mulheres são as maiores vítimas da crise climática e, em maior escala, as mulheres negras, indígenas, de favelas, trabalhadoras das periferias e rurais e de comunidades tradicionais e ancestrais, elas também são as pessoas que mobilizam suas comunidades, que desenvolvem tecnologias locais e assumem o cuidado dos seus, estando mais conectadas com a Natureza. Esse feminismo popular move o mundo rumo a sociedades mais justas por meio de processos coletivos por Bem Viver com cuidado ambiental."

Isso é o que defende a arquiteta, ambientalista, professora e ativista pelos direitos das mulheres negras, Dulce Pereira, que foi a primeira mulher negra a presidir a Fundação Cultural Palmares e atuou como secretária executiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Para ela, a presença das mulheres, nas soluções da emergência climática e do racismo ambiental, é fundamental a fim de que opinem e participem das políticas de contenção, reparação e mitigação dessas mudanças.

Dulce Pereira, primeira mulher negra a presidir a Fundação Cultural Palmares. Foto: Arquivo pessoal

De acordo com a pesquisadora, é essencial ter mulheres à frente das soluções que repensem as atuais formas de produzir e consumir no mundo, porque elas agregam a perspectiva do cuidado e da sustentabilidade, a diversidade de saberes e experiências, a equidade social e a justiça econômica, a conexão entre economia e cuidado e a conexão com os saberes ancestrais e a Natureza. "Nos movimentos sociais e nos processos produtivos, as mulheres conduzem as estratégias de luta, de produção e de consumo mais sustentáveis, inovadoras e éticas, ao mesmo tempo em que equilibram desigualdades históricas e impulsionam melhores resultados coletivos. Mulheres forjadas na luta, com consciência de classe, engajadas na causa antirracista e com relação socioambiental ecológica movem o mundo."

Ela sublinha que as mulheres, sobretudo as negras e indígenas, sofrem mais em sua saúde com os efeitos da crise climática, registrando mais casos de morte por calor e insegurança alimentar. "A crise climática exacerba drasticamente a sensação térmica em habitações precárias, criando ilhas de calor com temperaturas superiores às de áreas mais ricas das cidades. Esse fenômeno é um exemplo claro de racismo ambiental, em que populações mais vulneráveis são desproporcionalmente atingidas", explica.

Dulce acredita que mulheres e meninas precisam ser capacitadas por sindicatos, movimentos sociais e organizações da sociedade civil e ter acesso a dados e a informações que lhes assegurem conhecimentos para lidarem com os desafios cotidianos. "Não se trata apenas do direito à educação formal, mas também de formação em educação ambiental para lidarem com as complexidades e os múltiplos interesses no embate nos territórios, de formação para a participação comunitária e de um estímulo à autoestima, para que assumam um protagonismo generoso e agregador."

Por fim, a consolidação de um feminismo popular, anticolonial e antirracista, segundo ela, passa também pela aliança com as feministas do Sul Global, como africanas e caribenhas, e dos demais países da América do Sul, além dos blocos geopolíticos com interesses afins, como BRICS*, CARICOM [Comunidade e Mercado Comum do Caribe] e outros que "defendem a soberania dos povos e se colocam em oposição às subalternidades colonialistas."

*O BRICS é um agrupamento formado por onze países membros: Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Indonésia e Irã. Serve como foro de articulação político-diplomática de países do Sul Global e de cooperação nas mais diversas áreas. Saiba mais em: **brics.br**

Eventos climáticos são questão política com recorte de gênero, raça, classe e etnia

A ausência contínua das mulheres nas pautas climáticas e a urgência de inserir as vozes femininas nos debates são constatações que movem o trabalho do Comitê Político da Cúpula dos Povos para a COP 30, do qual faz parte a professora de psicologia da Universidade Federal do Pará (UFPA), Eunice Guedes, que também integra o Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense (FMAP) e a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB).

Ela conta que o Comitê Político, composto por cerca de 70 organizações do Brasil e do mundo, adota, como forma contínua de incidência, o Plano de Gênero, dentro da Constituinte de Gênero das COPs, que já é proposto há muitos anos. Além disso, os integrantes do Comitê Político do Brasil têm pressionado para que a presidência da COP 30 incorpore a importância das mulheres e da questão racial nas discussões, pois são sobretudo as mulheres, a população negra e os povos originários que sofrem diretamente os grandes impactos das alterações no clima.

Eunice Guedes (esq.) integrante da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB). Foto: Arquivo pessoal

Um dos frutos dessa pressão do Comitê Político foi o teor da quinta carta do presidente da COP 30, que passou a citar as mulheres e a questão racial, assuntos ausentes nas quatro cartas anteriores. "Batalhamos para que a Cúpula dos Povos tivesse o eixo 6 voltado para a resistência das mulheres nos territórios, em uma articulação com as diversidades de gênero, etnia e raça, que deve ser incorporada transversalmente às demandas que têm decisões oficiais na COP 30", relata a professora.

A Cúpula prevê para Belém (PA) a Casa Feminista, espaço de diálogo das mulheres e temas que as afetam, e o Tribunal Mundial das Mulheres, dispositivo para denúncias, documentação e encaminhamento de violação dos direitos das mulheres para espaços internacionais. "Os eventos climáticos não são acidentes. São uma questão política que tem recorte de gênero, raça, classe e etnia. Então, precisamos nos incomodar, nos organizar, qualificar os debates e elaborar um documento que possa influenciar a Declaração dos Povos que será produzida, tentando fazer barulho para incidirmos também nas decisões da COP 30 em defesa da vida", ressalta.

Mulheres do Semiárido lideram educação socioambiental e agroecológica

A agroecóloga e ecofeminista Valda Aroucha é fundadora da organização Agendha e professora doutora da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), e representa as duas instituições no Programa FPI (Fiscalização Preventiva Integrada) em Paulo Afonso (BA), que é uma ação coordenada que visa diagnosticar, prevenir e corrigir danos ambientais na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, com a participação de 95 organizações e órgãos diversos. Na Bahia, são 54 instituições, envolvendo cerca de 250 pessoas, com 27 equipes e 17 eixos temáticos.

O FPI está em cinco estados (BA, AL, SE, PE e MG), promovendo ações diretas realizadas obrigatoriamente por 50% de mulheres e funciona como um impulsionador de políticas públicas nas áreas de recursos hídricos, meio ambiente e saneamento.

Filha de agricultores e trabalhadora da agricultura familiar, Valda coordena no FPI o Programa Socioeducador, uma iniciativa de educação socioambiental e agroecológica, pautada em uma educação ambiental estruturante. O trabalho engloba visitas a dezenas de secretarias municipais de educação para verificar como a educação ambiental está sendo implementada. "Estruturante significa que há formação para professores no tema, que é cumprida a lei que prevê que a escola discuta relações de gênero e que também é respeitada a lei que determina que a escola trabalhe as mudanças climáticas e a biodiversidade", conta.

Pelo programa, são elaborados diagnósticos e oferecidas orientações aos municípios sobre como implementar as leis e como melhorar a educação socioambiental de forma interdisciplinar, transdisciplinar e intersecretarias. Ao mesmo tempo, nas comunidades, são realizadas oficinas e palestras sobre combate ao uso de agrotóxicos e a importância da agroecologia, dos cultivos e criatórios limpos, da fauna e da ictiofauna do rio. "Na educação socioambiental abrangente, considerar as relações de gênero é indispensável, porque, na agricultura familiar, as mulheres são muito protagonistas e cuidam dos animais, de quintais agroecológicos, de plantas medicinais e da família, sendo muitas delas monoparentais."

A professora salienta, ainda, que as mulheres do Semiárido são grandes guardiãs do meio ambiente. "Em época de seca, o homem sai para buscar outros trabalhos e quem fica com a família e a terra e os mantém é a mulher. Ela desenvolve uma pluriatividade no campo, cuidando desde o ovo e a galinha até a água, a comida, passando pela horta e o pomar. Está à frente também das economias de circuito curto e das economias solidárias", explica.

Ela se diz otimista em relação à Cúpula dos Povos porque percebe que os vários povos e as comunidades mundiais empoderaram-se e constituíram boas estratégias para serem protagonistas nas proposições. "Podem até ser ações não resolutivas, mas estará anunciada e registrada a ideia de 'nada sobre nós sem nós'."

Marcha Mundial das Mulheres propõe protagonismo feminino, resiliência e justiça

Sophie Ogutu é uma líder feminista do Quênia que integra a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e cuida da coordenação regional africana e do Secretariado Internacional. A MMM é um movimento internacional feminista, anticapitalista e anti-imperialista, criado oficialmente no ano 2000 e presente em mais de 60 países. Sophie trabalha na MMM com as lutas das mulheres nas frentes de pobreza, violência, crise climática e desapropriação. Para isso, a MMM opera por meio de órgãos de coordenação nacionais, escolas feministas e mobilizações internacionais sincronizadas que conectam lutas locais a estratégias globais.

Sophie Ogutu, líder feminista do Quênia que integra a Marcha Mundial das Mulheres (MMM). Foto: Arquivo pessoal

Essa mobilização já alcançou algumas conquistas ao longo dos anos. "Colocamos a autonomia econômica das mulheres, a soberania alimentar e o reconhecimento do trabalho de cuidado no centro dos debates globais. Construímos redes transnacionais duradouras, treinamos milhares de lideranças de base e asseguramos que mulheres do Sul Global falem com suas próprias vozes nos espaços políticos", ressalta Sophie.

As mulheres da MMM levarão à Cúpula dos Povos suas alternativas práticas – governança comunitária da água, economias solidárias e agroecologia –, bem como uma crítica feminista ao extrativismo e às soluções falsas para as mudanças climáticas. "A expectativa é que a Cúpula amplifique a liderança de mulheres na linha de frente. Precisamos de mulheres não apenas como contadoras de histórias, mas como estrategistas e protagonistas que moldam a agenda."

Para o debate global sobre emergência climática, a MMM quer que a justiça de gênero seja colocada no coração das negociações. As mulheres pedem o cancelamento de dívidas, o financiamento público climático e as transições justas na alimentação e na energia. E rejeitam soluções entendidas como falsas, como os mercados de carbono e as compensações que expandem o extrativismo e deslocam comunidades indígenas e rurais. "Em vez disso, temos propostas baseadas no cuidado, serviços públicos e direito à terra – propostas que de fato constroem resiliência real e justiça", enfatiza a liderança.

Mulheres negras difundem feminismo popular, antirracista e anticolonial

"A saúde do Planeta passa pelas mãos das mulheres. Não se pode falar de proteção do ar, da água, do alimento, se isso não incluir todas as mulheres." É o que proclama Iêda Leal, pedagoga, integrante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Sintego), filiado à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), militante do Movimento Negro Unificado e membro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

Para ela, o reconhecimento, pela Cúpula dos Povos, do protagonismo e do papel das mulheres negras organizadas dá mais legitimidade para que continuem difundindo para o mundo o feminismo popular, antirracista, antifascista, antissexista e anticolonial. "Nossa sabedoria contribui para a manutenção da vida. Sabemos acolher a diversidade em todas as suas dimensões e temos a circularidade uterina de quem pare, quem cuida e quem protege", ressalta Iêda.

Integrante do Comitê Educacional da Cúpula dos Povos, ela defende que a direção de todos os espaços da sociedade seja ocupada pelas mulheres negras, incluindo espaços políticos decisórios, desde a associação de bairro e a universidade até a presidência da República. Isso é possível, segundo a pedagoga, por meio da educação e da formação profissional de novas lideranças. "Reafirmaremos, na Cúpula, que a educação seja prioridade do Estado, com um viés de transversalidade, ou seja, com a preparação das pessoas para enfrentar o mundo. Para isso, promoveremos escutas ativas para saber como é a educação popular de outros países e como ela pode transformar as vidas e a sociedade para melhor."

Eventos como a COP 30 são uma oportunidade, em sua visão, de os movimentos conversarem com os governos e entregarem demandas ambientais para que medidas mais assertivas de proteção à vida sejam tomadas. "O Estado, quando chama para discutir meio ambiente, não pode se esquecer de ninguém. Todos devem contribuir com sugestões para melhorar. Além disso, precisamos educar o Estado para proteger os territórios e os diferentes povos, dos quilombolas aos ribeirinhos", finaliza.

Iêda Leal, militante do Movimento Negro Unificado. Foto: Arquivo pessoal

Fique por dentro

- Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB): **ambfeminista.org.br**
- Cúpula dos Povos: **cupuladospovoscop30.org**
- Fiscalização Preventiva Integrada do São Francisco (FPI): **fpisaofrancisco.inf.br**
- Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense (FMAP): **instagram.com/fmapoficial**
- Marcha Mundial das Mulheres (MMM): **marchamundialdasmulheres.org.br**

Sistema Cantareira durante a seca histórica de 2014. São Paulo (SP). Foto: Rafael Vilela / Mídia NINJA

A COP 30, A INJUSTIÇA CLIMÁTICA E O ECOCÍDIO

Por Luiz Marques*

Em 2024, o aquecimento médio global saltou de cerca de 1,2°C, em relação ao período pré-industrial (1850-1900), para 1,55°C, segundo a Organização Meteorológica Mundial. Após 2015, a temperatura global aumentou mais rapidamente do que em qualquer decênio desde 1945 e o próximo decênio trará um aquecimento médio global cada vez mais próximo de 2°C acima do período pré-industrial. Essa certeza é reforçada pelo fracasso da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima das Nações Unidas (1992) e do Acordo de Paris de 2015 (adotado na Conferência das Partes – COP 21). A saída dos Estados Unidos desse Acordo, em 2025, é o último prego no caixão da Convenção-Quadro de 1992.

Esse fracasso era previsível já em 2019 na COP 25, realizada em Madri, na Espanha, onde pude observar, dessa vez, presencialmente, a nulidade de seu resultado. Trata-se de um

fracasso inevitável, dada a voracidade energética, a lógica da acumulação de capital e a ausência de uma governança global democrática do clima.[1] É difícil entender a razão de ser da COP 30, em Belém (PA), dado o acúmulo de falta de credibilidade dos 29 encontros anteriores, pois nenhuma COP, desde a primeira em 1995, teve qualquer incidência sobre a curva ascendente da queima de combustíveis fósseis, sobre o desmatamento e, portanto, sobre a aceleração do aquecimento e sobre a perda catastrófica de biodiversidade nos últimos 40 anos.

Malgrado tudo, a COP 30 será bem-vinda se os movimentos populares fizerem ouvir, em alto e bom som, duas denúncias principais: a injustiça climática e a parte de responsabilidade do agronegócio brasileiro no aquecimento global e no ecocídio em curso em nosso país, o mais rico biologicamente do mundo. A injustiça climática começa pelo fato bem conhecido de que os países que menos emitiram e emitem gases de efeito estufa são os que têm menos condições econômicas e tecnológicas de se adaptar aos impactos do aquecimento gerado pelo acúmulo desses gases na atmosfera.

Nenhum país, por mais rico que seja, deve se iludir sobre sua capacidade de se adaptar a um iminente aquecimento médio global de 2°C. Em 2021 e 2022, por exemplo, o Canadá sofreu 49,6°C e a Austrália, 50,7°C. Bastam esses dois exemplos para entender que nenhuma sociedade permanecerá funcional com o aquecimento global. Mas os países situados nas zonas tropicais se tornarão em breve inabitáveis durante os verões.

Em 11 de setembro de 2025, ainda na estação invernal, o Centro-Oeste brasileiro registrou temperaturas próximas de 43°C![2] E isso é apenas o começo... Além do mais, os pobres, inclusive os pobres dos países ricos, serão os mais atingidos. Isso já está acontecendo. No ano passado, o Relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT, ou ILO, em inglês), intitulado *Garantindo Segurança e Saúde no Trabalho em um Clima em Mutação* (do inglês, *Ensuring Safety and Health at Work in a Changing Climate*), mostrou que: (1) todos os anos, ao menos, 2,4 bilhões de trabalhadores são expostos a excesso de calor; (2) o excesso de calor tem gerado quase 23 milhões de lesões ocupacionais. De seu lado, um relatório de 2020 do Banco Mundial estima que até 2030, as mudanças climáticas podem lançar 132 milhões de pessoas na extrema pobreza.[3]

A COP 30, em Belém, oferece uma oportunidade ímpar para uma segunda denúncia: a do ecocídio perpetrado pela engrenagem do sistema "alimentar" globalizado (aspas obrigatórias, pois de alimentar essa engrenagem tóxica tem muito pouco). Esse sistema não é apenas responsável por cerca de 30% das emissões globais de gases de efeito estufa. Ele está no centro de outra forma de injustiça socioambiental, pois, ao importar *commodities* agropecuárias, os países ricos estão destruindo 15 vezes mais biodiversidade nos países tropicais agrário-exportadores do que dentro de suas próprias fronteiras.[4]

Cerca de dois mil jovens da Via Campesina realizaram a Marcha da Juventude Camponesa, em outubro de 2023. Brasília (DF). Foto: Gian Martins / Mídia NINJA

Em um livro recentemente publicado, *Ecocídio: Por uma (agri) cultura da vida*, procurei dar maior evidência à escala e à velocidade fulminante desse extermínio da biodiversidade no Brasil. Sim, a COP 30 pode e deve ser uma ocasião preciosa para exigir uma reforma agrária democrática, visando uma agroecologia, uma agricultura da vida, tal como praticada há decênios pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).

[1] Cf. Luiz Marques. *A Convenção-Quadro do Clima morreu. E agora?* Jornal da Unicamp, 13 dez. 2022; Idem, *COP 29, a COP Zumbi. Faz ainda algum sentido a COP 30?* Jornal da Unicamp, 28 nov. 2024; Prefácio à segunda edição de *O decênio decisivo*, Editora Elefante, 2025.

[2] Cf. Estael Dias. *Brasil Central "torra" a 43°C e calor vai aumentar*. MetSul, 11 set. 2025.

[3] Cf. *Revised Estimates of the Impact of Climate Change on Extreme Poverty by 2030*. World Bank, set. 2020.

[4] Cf. Phoebe Weston. *Richest nations "exporting extinction" with demand for beef, palm oil and timber*. The Guardian, 14 fev. 2025.

* **Luiz Marques** é professor livre-docente aposentado e colaborador do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Foi curador-chefe do Museu de Arte de São Paulo (1995-1997). Dedica-se há 20 anos a pesquisas sobre as crises socioambientais contemporâneas. Suas publicações incluem: *Capitalismo e colapso ambiental* (Editora da Unicamp, 2015); *O decênio decisivo. Propostas para uma política de sobrevivência* (Editora Elefante, 2023); e *Ecocídio: Por uma (agri)cultura da vida* (Editora Expressão Popular, 2025).

Fiscalização Preventiva Integrada (FPI) na cidade de Floresta, em Pernambuco. Foto: Marcus Antonius / Photogenic Imagens

JUSTIÇA CLIMÁTICA E LABORAL PRECISAM CAMINHAR JUNTAS

Não há como mitigar os efeitos da crise climática sem enfrentar as desigualdades sociais, raciais e de gênero que estruturam o mundo do trabalho.

Por Cirlene Luiza Zimmermann*

As mudanças climáticas representam um dos maiores e mais urgentes desafios do século 21. Não se trata apenas de um problema ambiental ou científico, mas social e laboral. Ondas de calor extremo, enchentes, secas prolongadas e incêndios já atingem os ambientes de trabalho, impactando diretamente a vida de trabalhadores e trabalhadoras. O relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), de 2023, demonstrou que os efeitos da crise climática são cada vez mais frequentes, intensos e desigualmente distribuídos, atingindo com maior força as populações vulneráveis, como pobres, negros e moradores de periferias, que também estão mais presentes em atividades informais, precárias e perigosas.

Nesse cenário, o mundo do trabalho ocupa posição central. O *Guia de Atuação contra os Impactos das Mudanças Climáticas no Meio Ambiente do Trabalho*, publicado pelo Ministério Público do Trabalho em 2025, oferece medidas concretas para enfrentar esse desafio. Entre elas, destacam-se a reorganização de jornadas em períodos de calor intenso, pausas para descanso, fornecimento de hidratação, protocolos de emergência em situações de desastre, monitoramento climático e fortalecimento da vigilância em saúde do trabalhador. Tais orientações estão em plena consonância com a Constituição Federal (Art. 7º, XXII, que assegura a redução dos riscos no trabalho) e com os princípios fundamentais da Organização

Internacional do Trabalho (OIT), que, desde 2022, reconhece o trabalho seguro e saudável como direito fundamental.

O compromisso com a justiça sociolaboral-ambiental exige, além da adaptação, uma transição energética justa. A transformação de processos produtivos intensivos em poluição, como os baseados em combustíveis fósseis, mineração predatória ou agropecuária extensiva, é indispensável para mitigar as emissões de gases de efeito estufa. Mas não pode ocorrer à custa da exclusão social. Trabalhadores que hoje se ativam em empregos "marrons" precisam ser requalificados, receber proteção social e ter acesso a empregos verdes. A própria OIT estabelece que a transição justa deve gerar inclusão, e não precarização. Isso significa articular políticas públicas de qualificação, seguridade social e diálogo social, para que a descarbonização da economia seja acompanhada pela garantia de trabalho decente.

No Brasil, essa discussão é urgente. Trabalhadores pobres e informais estão entre os mais atingidos, muitas vezes sem proteção adequada e frequentemente sem acesso a direitos básicos. A justiça climática e a justiça laboral precisam caminhar juntas. Não há como mitigar os efeitos da crise climática sem enfrentar as desigualdades sociais, raciais e de gênero que estruturam o mundo do trabalho.

Outro eixo essencial da justiça sociolaboral-ambiental é o combate ao trabalho escravo e infantil. Ambas são práticas degradantes e estão diretamente associadas a atividades que destroem o meio ambiente: desmatamento ilegal, queimadas, garimpo clandestino e exploração predatória de recursos naturais. O trabalho escravo contemporâneo, que ainda vitima milhares de pessoas no Brasil, atinge sobretudo trabalhadores negros, migrantes pobres e moradores de áreas rurais. Já o trabalho infantil, frequentemente invisibilizado, é intensificado em contextos de miséria agravados pela crise climática, que empurra famílias inteiras à sobrevivência em condições indignas. Assim, combater essas chagas é também proteger o meio ambiente e garantir um futuro sustentável para as novas gerações.

Da mesma forma, a proteção do trabalho de povos indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, pequenos agricultores e extrativistas deve estar no centro da agenda sociolaboral-ambiental. Esses grupos vivem da Natureza e guardam conhecimentos ancestrais sobre formas de produção e de convivência sustentável com os ecossistemas. No entanto, são também os mais vulneráveis a pressões econômicas, desmatamento e efeitos das mudanças climáticas, sofrendo expulsão de territórios, perda de meios de subsistência e violações de direitos. Garantir a proteção desses trabalhadores é também enfrentar o racismo ambiental, que historicamente

Fique por dentro

- Guia orientativo para atuação do MPT na temática das mudanças climáticas e seus impactos no meio ambiente do trabalho, publicado pelo Ministério Público do Trabalho: **bit.ly/RCC_14_037**
- Sexto Relatório de Avaliação (AR6) do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) (em inglês): **bit.ly/RCC_14_038**

Pescadores utilizam balança de pedra para pesar os peixes na cidade de Tutóia (MA). Foto: Marcus Antonius / Photogenic Imagens

invisibiliza e marginaliza comunidades tradicionais, relegando-as às áreas mais degradadas e poluídas.

Nessa perspectiva, justiça sociolaboral-ambiental significa reconhecer que o clima sustentável depende de trabalhos sustentáveis. Significa assegurar que programas de segurança e saúde do trabalho incorporem medidas de adaptação climática; que planos de mitigação sejam inclusivos e contemplem a proteção social; que a educação ambiental seja fortalecida como parte do direito humano ao trabalho decente. É necessário integrar, em políticas públicas e privadas, os princípios da prevenção e da precaução, bem como o diálogo social, como caminhos para proteger simultaneamente o Planeta e a dignidade humana.

Em síntese, não há justiça socioambiental sem justiça laboral. O futuro sustentável não será alcançado se trabalhadores continuarem submetidos a riscos extremos, exploração ou exclusão da transição ecológica. A crise climática é também uma crise de direitos humanos e trabalhistas. O enfrentamento desse desafio exige garantir que toda pessoa tenha acesso a um trabalho decente, seguro, saudável e socialmente protegido. Somente assim será possível construir uma sociedade que una desenvolvimento econômico, preservação ambiental e justiça sociolaboral, honrando o compromisso intergeracional de proteger a vida no Planeta.

* **Cirlene Luiza Zimmermann** é Procuradora do Trabalho no Ministério Público do Trabalho (MPT) desde 2016. Atualmente, é Coordenadora Nacional da Coordenadoria de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CODEMAT do MPT). Gerente dos Projetos Nacionais da CODEMAT de Promoção da Regularidade das Notificações de Acidentes e Doenças do Trabalho e Saúde Mental no Trabalho. Coordenadora da Comissão Permanente do MPT de Acompanhamento do Processo de Elaboração e Revisão das Normas Regulamentadoras. Membra da Comissão Permanente de Defesa da Saúde (COPEDS) do Grupo Nacional de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (GNDH/CNPG) e da Comissão de Saúde do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Representante do Brasil no Grupo de Trabalho sobre Segurança e Saúde dos Trabalhadores na Associação Ibero-Americana de Ministérios Públicos (AIAMP).

MOBILIZE-SE

A AÇÃO COLETIVA É CENTRAL PARA O ENFRENTAMENTO DA CRISE CLIMÁTICA

Conheça diferentes iniciativas de organizações da sociedade civil que visam uma atuação conjunta e coordenada, além da promoção de conhecimento e informação, para propor caminhos de resistência e luta por direitos diante da emergência do clima.

Por Maria Victória Oliveira

Mais de 1.100 organizações do Brasil e do mundo compõem a Cúpula dos Povos, movimento global que busca soluções reais para os desafios que o Planeta enfrenta. Entre seus princípios, a coletividade se apresenta como caminho para a construção popular e a convergência de pautas.

Trecho do Manifesto da Cúpula analisa que as estratégias de transformação em prol da justiça climática precisam contar com uma ampla pressão e participação efetiva da sociedade civil. Para tal, a articulação convoca *"as organizações, redes, coletivos e movimentos sociais dos mais diversos segmentos para construir a Cúpula dos Povos rumo à COP 30, algo capaz de mobilizar a opinião pública, fortalecer a democracia participativa e popular, denunciar e barrar retrocessos, bem como pressionar tomadores de decisões no Brasil e no mundo."*

>> Acesse o Manifesto:
cupuladospovoscop30.org/manifesto

Em muitos casos, é somente a força, a coordenação e o levante popular diante de desafios complexos que conseguem promover mudanças que farão a diferença a partir das reais necessidades enfrentadas nos territórios. Afinal, quem mais conhece e compreende as demandas por transformações são aqueles e aquelas que, a cada dia, sentem na pele as dificuldades e obstáculos impostos pelo racismo ambiental, pela falta de justiça generalizada, de demarcação de terras, de proteção e garantia de direitos fundamentais, de proteção de áreas verdes e da Natureza como um todo e, principalmente, de medidas de prevenção e adaptação climática.

A seguir, confira exemplos de campanhas, atuações de coletivos, mobilizações, movimentos, publicações e propostas que colocam as mudanças climáticas no centro das discussões e propõem caminhos a partir da força popular.

A Resposta Somos Nós

The answer is us. La réponse c'est nous. La respuesta somos nosotros. Jawabannya adalah kita. Seja em inglês, em francês, em espanhol ou em indonésio, A Resposta Somos Nós é uma campanha idealizada pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), lançada em junho de 2024 como um grito global por justiça climática e defesa da vida.

"Não estamos esperando que a solução venha de cima para baixo. Estamos construindo com os pés no chão, com a força e as vozes dos povos que resistem todos os dias." O trecho traduz o chamado que a campanha propõe, sobretudo e principalmente para aqueles e aquelas que vivem diariamente as consequências da crise climática.

Entre as principais agendas da campanha estão os direitos territoriais como caminho para a ação climática, o desmatamento zero, o fim dos combustíveis fósseis e a não mineração em territórios de povos indígenas e comunidades tradicionais, proteção dos defensores do meio ambiente e dos modos de vida daqueles que defendem a terra, as águas, as florestas e o clima, o acesso direto ao financiamento climático e a participação em processos de tomada de decisão com poder real.

Lançada a nível nacional pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), em setembro de 2024 durante a reunião do G20, no Rio de Janeiro, foi ganhando outros espaços e conquistando novos membros, como a adesão das oito organizações indígenas dos demais países da Bacia Amazônica, o G9 Amazônico e a Aliança Global de Comunidades Territoriais. Atualmente conta com mais de 40 membros, entre eles, a Cúpula dos Povos, e aceita cadastros de indivíduos ou organizações.

>> Saiba mais: **arespostasomosnos.org**

Mobilização dos Povos pela Terra e pelo Clima

Ribeirinhos, quilombolas, quebradeiras de coco, extrativistas, povos indígenas, público religioso, movimentos sociais, organizações socioambientais e indígenas, rede eclesial, organizações internacionais e poder público. Esses são os parceiros e colaboradores da Mobilização dos Povos pela Terra e pelo Clima, uma iniciativa da Rede Eclesial Pan-Amazônica – REPAM-Brasil rumo à COP 30.

A mobilização tem como objetivo estabelecer e enraizar um processo de articulação de povos e movimentos sociais territoriais antes, durante e depois da COP 30, fortalecendo as lutas de povos e comunidades tradicionais em seus territórios e sua capacidade de incidência política.

Com sede física em Belém (PA), o projeto conta com a participação de nove estados brasileiros: Acre, Rondônia, Pará, Amazonas, Amapá, Roraima, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão, e parte de valores como promoção da igualdade dos povos da Amazônia, igualdade étnico-racial e de gênero, diálogo inter-religioso e defesa das florestas e direitos dos povos.

>> Saiba mais: **bit.ly/RCC_14_043**

Campanha contra acordos comerciais tóxicos entre União Europeia e América Latina

No dia 15 de setembro, mais de 50 organizações lançaram uma campanha contra acordos comerciais considerados tóxicos entre a União Europeia (UE) e a América Latina. A iniciativa, composta por instituições de 17 países em dois continentes, funciona como uma resposta à sinalização, realizada pelo governo federal brasileiro, sobre a intenção de firmar um Acordo UE-Mercosul, que, se realizado, deve criar um processo de livre comércio com os 27 países integrantes da União Europeia.

A campanha, formada por organizações como a Rede Jubileu Sul Brasil, aponta que o atual desenho do acordo falha em pontos como falta de transparência e diálogo com os povos e possui potencial de causar graves impactos socioambientais, como ampliação da devastação na Amazônia, Cerrado, Caatinga e outros biomas. Além disso, pode fortalecer o agronegócio predador, ameaçar a agricultura familiar e a soberania alimentar, precarizar condições de trabalho e serviços públicos, ampliar o poder de corporações transnacionais e, sobretudo, aprofundar desigualdades.

A demanda é por um debate público e transparente, que coloque a vida acima do lucro, respeite os direitos dos povos e da Natureza.

>> Saiba mais: **bit.ly/RCC_14_044**

Carta de São Luís para a COP 30: “Arquitetura e urbanismo em tempos emergenciais: por uma Agenda Urbana Mundial com Justiça Climática”

Elaborado coletivamente como resultado de discussões realizadas por arquitetos, urbanistas, pesquisadores, gestores públicos e representantes de comunidades e setores privados do Brasil e do mundo, que se reuniram nos dias 5 e 6 de junho de 2025 em São Luís (MA), o documento traz o pensamento sobre uma agenda urbana mundial que possa promover justiça social e preservação ambiental diante do atual cenário de emergência climática.

A carta visa fazer um apelo à COP 30, às organizações de arquitetos e à comunidade internacional para a adoção de uma abordagem integrada, ancorada em três paradigmas que devem orientar as políticas urbanas e ambientais: ambiental, cultural e civilizacional.

>> Saiba mais: **bit.ly/RCC_14_045**

Universidades Contra o Fim do Mundo

“Combatendo a crise climática e construindo um futuro ecossocialista”. Essa é a chamada principal da campanha Universidades Contra o Fim do Mundo, uma iniciativa do Juntos!, coletivo de juventudes de todo o Brasil, que tem a missão de reunir pessoas em busca de transformação e lutar pelas necessidades do povo, construindo uma sociedade radicalmente diferente.

A campanha visa atuar no aspecto educacional, chamando atenção para o papel da educação crítica e da ciência engajada e comprometida no combate à crise climática. “Diante das incertezas com o futuro, o conhecimento reprodutor do mundo tal como o conhecemos hoje, que é apropriado e colabora com o sistema de exploração, não só é insuficiente para resolver a crise atual, como também tem contribuído para nos levar para um buraco cada vez mais fundo”, analisa trecho da apresentação da iniciativa.

O objetivo é fazer um chamado para o papel da educação crítica e da ciência engajada e comprometida, no combate à crise climática e, com isso, engajar e conectar estudantes, entidades, centros e diretórios acadêmicos, grupos de estudo, coletivos, professores(as) e funcionários(as) técnico-administrativos das universidades de todo o país, a fim de colocar a ciência a serviço do enfrentamento da crise, de seus sintomas e de suas raízes.

>> Saiba mais: **juntos.org.br/contraofimdomundo**

O funeral que o Planeta precisa: despedida performática dos combustíveis fósseis

No ar, em outubro e novembro, com um chamado especial para Brasil, Chile e Colômbia, a campanha promovida pela Alianza Potencia Energetica – Liderando la Transición Energética Justa y Comunitaria en América Latina, Artyc, Movilizatorio, PXP, Transforma e Fondo Emerger visa ser uma ação performática que simboliza o fim do uso dos combustíveis fósseis em todo o mundo.

A *performance* pretende ser uma ala da Marcha Global Unificada, que acontecerá no dia 15 de novembro de 2025, um dos dias mais aguardados da Cúpula dos Povos, em Belém, no Pará. Para o ato, que tem como chamado “Celebremos juntos o fim da era fóssil”, estão sendo planejados quatro personagens principais: “o sol”, como a energia que nunca morre; a “máscara”, que representa a força de povos que resistem; o “vento”, que é a memória que flui e promove conexão; e o “caixão”, como símbolo do encerramento de um ciclo que não voltará.

A chamada está aberta aos povos originários (guardiões da Amazônia), para as comunidades locais (como afrodescendentes, pescadores e defensores ambientais) e a sociedade civil (que envolve defensores[as], ativistas, artistas, pesquisadores[as] e cientistas).

O *site* da *performance* conta com um formulário para quem deseja receber mais informações.

>> Saiba mais: **fossilfuelfuneral.org**

Por um mundo com assistência técnica à moradia adequada

Sob a premissa de que somente com acesso à moradia adequada e ao suporte técnico de profissionais, a sociedade terá condições de enfrentar os desafios climáticos dos próximos anos, diversas organizações se uniram em prol do manifesto: “Por um mundo com assistência técnica à moradia adequada”.

Conectada ao eixo V da Cúpula dos Povos, que pauta “cidades justas e periferias urbanas vivas: articulação entre campo e cidade”, valorizando as lutas urbanas por justiça e dignidade, a iniciativa tem abrangência nacional.

Até dezembro de 2025, está aberto um formulário para que os interessados em compor a rede e auxiliar na mobilização em prol da assistência técnica à moradia adequada possam participar. Com isso, o movimento pretende apoiar na promoção de políticas de enfrentamento à crise climática nas grandes cidades com soluções alternativas no campo do abastecimento e do consumo; no desenvolvimento de políticas de planejamento urbano, mobilidade e gestão de resíduos sólidos na perspectiva da justiça climática; no combate ao racismo ambiental nas periferias urbanas; na promoção de soluções dos povos, como a agroecologia e as tecnologias sociais, como medida de adaptação diante das mudanças climáticas nas periferias urbanas; e no desenvolvimento de políticas públicas para a construção de habitações adaptadas aos diversos climas e às lógicas locais, entre outros.

>> Saiba mais: **bit.ly/RCC_14_046**

Por dentro da crise do clima

A crise do clima pode gerar muitas dúvidas. Afinal, são inúmeros os termos técnicos e científicos, as siglas, os acordos e protocolos internacionais e nacionais com suas determinações e metas a serem cumpridas, além, é claro, da própria complexidade desse processo de alteração no funcionamento do Planeta.

Por isso, a Revista Casa Comum separou alguns materiais que podem ajudar nessa compreensão sobre o que é, de fato, a emergência do clima, e como a humanidade pode agir diante desse contexto de urgência.

Plataforma Eunice

O Espaço Unificado de Informação Climática e Engajamento, mais conhecido como Eunice, é um projeto do Observatório do Clima, lançado em agosto de 2025, com o objetivo de ampliar o acesso à informação e facilitar a compreensão pública sobre as mudanças do clima.

O nome da plataforma é uma homenagem a Eunice Foote, cientista americana que descobriu a relação entre alguns gases atmosféricos e a radiação infravermelha três anos antes do irlandês John Tyndall, que entrou para a história como o descobridor do efeito estufa.

O conteúdo é dividido em cinco blocos que se apresentam na forma de um mapa de uma cidade: o passado, o presente, o futuro, política e economia. Ao todo, se subdividem e totalizam 14 capítulos, com textos, ilustrações e gráficos que explicam temáticas como o efeito estufa, as mudanças climáticas naturais, o aquecimento global, os efeitos das alterações do clima, as negociações climáticas, o papel da sociedade civil, os impactos dos setores de energia e agropecuária, a geoengenharia, entre outras.

>> Saiba mais: **eunice.oc.eco.br**

Acordo de Paris: um guia para os perplexos

Outra iniciativa do Observatório do Clima – dessa vez em parceria com a LACLIMA – é o livreto *Acordo de Paris: um guia para os perplexos*.

O documento traz análises, textos, artigos, um quadro explicativo com as principais siglas usadas no debate sobre mudanças climáticas, dados históricos e inúmeras explicações sobre o Acordo de Paris, adotado em 2015, que, de forma resumida, aponta a importância de uma redução drástica nas emissões globais de gases de efeito estufa e da manutenção do aquecimento global em até 1,5°C.

Além da introdução, que traz, de fato, um panorama sobre clima, as determinações da ciência e as conferências internacionais, o documento conta, em uma segunda parte, com análises mais detalhadas sobre o Acordo de Paris, bem como de metas mais específicas dos tratados, os interesses por parte do mercado, o papel de nações consideradas ricas e pobres na adoção de metas de controle de emissões, o que é e como é possível realizar uma transição justa, entre outros assuntos.

>> Saiba mais: **bit.ly/RCC_14_047**

Mudanças climáticas e Conferência do Clima: qual o nosso papel?

Iniciativa da Cáritas Brasileira e o Movimento *Laudato Si'*, a cartilha *Mudanças climáticas e Conferência do Clima: qual o nosso papel?* visa ser um material informativo e formativo de promoção da mobilização social diante da emergência climática.

Organizado em três capítulos principais – compreendendo a crise climática e a Conferência do Clima; aprofundando as questões e temas correlatos –, o documento é ilustrado e com uma linguagem acessível a fim de promover, para lideranças comunitárias, de movimentos eclesiais, pastorais e de organismos da Igreja, de organizações de juventudes, de movimentos sociais populares, de coletivos e associações com atuação local no campo socioambiental, além de educadores(as) populares, um letramento climático da população brasileira, mobilizando e promovendo a formação crítica e a organização social.

Além dos conteúdos textuais, a publicação também traz propostas práticas, como roteiros para a realização de oficinas e rodas de conversa.

>> Saiba mais: **bit.ly/RCC_14_048**

CIDADANIA DIGITAL

O IMPACTO AMBIENTAL DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)

Darlei Zanon*

Foto: freepik

Não há dúvidas de que as novas tecnologias estão revolucionando o monitoramento e a conservação dos ecossistemas, sendo uma grande ajuda na defesa da ecologia. Por meio de soluções inovadoras, oferecem suporte para combater desafios como o desmatamento, a mineração e a caça ilegal, a pesca predatória e as mudanças climáticas. Os famosos algoritmos da inteligência artificial (IA) podem, por exemplo, monitorar, de forma contínua, milhares de dados e imagens de satélite e alertar as autoridades praticamente em tempo real sobre atividades suspeitas, além de identificar padrões comportamentais que ameacem a Natureza.

Há, porém, o outro lado da moeda, que não recebe o enfoque necessário e que é cada vez mais preocupante: para poderem funcionar, essas tecnologias consomem uma quantidade absurda de recursos naturais, algo que pode impactar, de forma muito negativa, o nosso Planeta. "Ainda há muito que não sabemos sobre o impacto ambiental da IA, mas alguns dos dados que temos são preocupantes", afirmou Golestan Radwan, diretor do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em nota divulgada em 2024.

A ONU tem tentado cobrar as grandes companhias para utilizarem unicamente energias renováveis para a manutenção de seus *data centers*, mas a questão é bastante complexa. Um centro de processamento de dados é uma instalação física que reúne servidores, sistemas de armazenamento de dados e equipamentos de rede para processar, armazenar e distribuir informações e aplicações. Na prática, trata-se de espaços repletos de supercomputadores, usados para manter o funcionamento de aplicativos, redes sociais e ferramentas como o ChatGPT. Tais instalações são essenciais para a infraestrutura de tecnologias da informação de governos e empresas, contando com sistemas de segurança, energia redundante e climatização para garantir a operação contínua e a integridade de seus dados.

Com o aumento causado sobretudo pela explosão do uso da inteligência artificial, o número de *data centers* gigantes aumentou de cerca de 500, em 2012, para 8.000 em 2025. Outras fontes estimam que existem, hoje, cerca de 13.000 no total, com os Estados Unidos liderando a lista com quase 6.000 instalações. No Brasil, estima-se que sejam 188 centros, ocupando o 12º lugar no mundo, segundo dados do *site Data Center Map*.

Cada *data center* exige uma quantidade enorme de recursos naturais para poderem operar. Estamos falando de minerais para a sua construção; da energia, essencial para o funcionamento dos equipamentos; e da água, necessária para o resfriamento das máquinas. Isso sem mencionar a gigantesca poluição que geram.

Para fabricar um computador de dois quilos, por exemplo, são necessários 800 kg de matérias-primas, muitas delas minerais essenciais e elementos raros, que normalmente são extraídos de forma insustentável. Em um *data center* de grande porte, são milhares os componentes necessários, dentre eles os servidores, *racks* e equipamentos de rede, além de todos os sistemas de armazenamento, alimentação, resfriamento, monitoramento e segurança.

Uma vez construídos, os *data centers* necessitam de energia e água para operarem. Para termos uma pequena noção, uma solicitação feita no ChatGPT consome 10 vezes mais eletricidade do que uma pesquisa no Google, ou seja, cerca de 2,9 Wh (watt-hora – unidade básica para consumo) de eletricidade, segundo dados da Agência Internacional de Energia.

Atualmente, somente a OpenAI – empresa de pesquisa em inteligência artificial responsável pela criação do ChatGPT, entre outras iniciativas – tem 300 milhões de usuários semanais, com cerca de um bilhão de solicitações enviadas diariamente. Alguns estudos indicam que, em 2022, esses centros tecnológicos consumiram 460 TWh, sobretudo pela alta demanda da IA e da mineração de criptomoedas. Isso equivale a 90% do consumo total de energia do Brasil no mesmo ano, ou ao consumo de um grande país como a França ou a Inglaterra.

Para o ano de 2026, é previsto que os *data centers* consumirão cerca de 1.000 TWh ao ano (mil terawatts-horas de energia consumida ou gerada ao longo de um ano, sendo uma unidade de energia elétrica que representa uma quantidade extremamente grande, equivalente a um trilhão de watts-horas), energia equivalente ao consumo atual de toda a América Latina. Alguns mais pessimistas estimam que o consumo triplique até 2030, visto a crescente demanda por IA. Considerando apenas os *data centers* das quatro maiores companhias de tecnologia (Microsoft, Google, Amazon e Meta), estamos falando da energia produzida por 50 usinas nucleares (previsão feita pela BloombergNEF).

A segunda grande demanda é por água, usada para resfriar os componentes elétricos, uma vez que, para o bom desempenho, os computadores precisam estar entre 15°C e 25°C. Pesquisadores estimam que, para cada 100 perguntas e respostas simples do ChatGPT, é consumido um litro de água. Estamos falando de cerca de 6,6 bilhões de metros cúbicos de água por ano, um volume quatro vezes maior do que o total consumido na América Latina, segundo a FAO Aquastat.

Por fim, há a questão da poluição. Apenas para o treinamento de um modelo de IA como o ChatGPT, são emitidas cerca de 500 toneladas de dióxido de carbono (o CO_2, um dos principais gases de efeito estufa), o equivalente a 300 voos entre EUA e Europa. A expansão de *data centers* para ferramentas de IA fez as emissões de gases de efeito estufa do Google aumentarem em 48% em cinco anos, como a própria empresa reconheceu no seu relatório anual de 2024, divulgado no começo de julho deste ano. Trata-se de 14,3 milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente* produzidas em um único ano. Estima-se que 2% dos gases de efeito estufa atuais são emitidos pelos *data centers*.

*Segundo o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), o dióxido de carbono equivalente (CO2e) é uma medida métrica utilizada para comparar as emissões de vários gases de efeito estufa baseado no potencial de aquecimento global de cada um. O potencial do gás metano, por exemplo, é 21 vezes maior do que o potencial do gás carbônico (CO2). Então, o CO2 equivalente do metano é igual a 21.

>> Saiba mais: **bit.ly/RCC_14_072**

Além desses gases, esses centros de processamento produzem grandes quantidades de lixo eletrônico (como placas gráficas, servidores ou cartões de memória), que geralmente contêm substâncias perigosas, como mercúrio e chumbo. De acordo com um estudo publicado na revista *Nature Computation Science*, esse lixo pode chegar a 2,5 milhões de toneladas até 2030, uma quantidade equivalente a 13,3 bilhões de *smartphones*, de acordo com tal estudo.

Com a tendência atual do uso sempre maior das tecnologias e da IA, a situação se torna extremamente delicada e preocupante. A ONU já se pronunciou oficialmente, dando um ultimato para as grandes empresas da tecnologia para que busquem utilizar 100% de energia renovável até 2030. O Google, por exemplo, assinou um acordo com a *startup* Kairos para que ela forneça energia nuclear a suas instalações. A previsão é que entre 2030 e 2035 sejam construídos pequenos reatores que produzirão cerca de 500MW de "energia limpa", mas entidades como o Greenpeace já manifestaram sua apreensão, pois não consideram a energia nuclear como verdadeiramente "limpa". De fato, nenhuma energia é 100% limpa ou renovável, havendo sempre um impacto para a ecologia.

Outras empresas têm ampliado o uso de fontes renováveis, como a energia solar e a eólica, ou procurado soluções alternativas, como construir seus *data centers* em países nórdicos, para gastarem menos com resfriamento, ou optado pelo reúso de água da chuva e tecnologias como a chamada *free cooling*, que libera o ar quente para o ambiente externo, diminuindo o gasto de recursos. São tentativas, mas para alcançar a sustentabilidade, algo muito maior deve ser feito, evitando, sobretudo, uma nova forma de "colonização" dos países pobres, que tendem, uma vez mais, a ter seus recursos explorados para sustentar o estilo de vida dos países ricos.

Fique por dentro

- Agência Internacional de Energia: **bit.ly/RCC_14_039**
- BloombergNEF: **about.bnef.com**
- Data Center Map: **datacentermap.com/brazil**
- FAO Aquastat: **bit.ly/RCC_14_040**
- Nature Computational Science: **bit.ly/RCC_14_041**
- Nota divulgada pelo PNUMA "Inteligência Artificial (IA) de ponta a ponta: o impacto ambiental do ciclo de vida completo da IA precisa ser avaliado de forma abrangente" (documento em inglês): **bit.ly/RCC_14_042**

* **Darlei Zanon** é jornalista, bacharel em Filosofia e mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE). Tem ampla experiência no campo editorial, como autor e editor, desenvolvendo atividades no Brasil, em Portugal e na Itália.

ACORDOS, METAS E LEGISLAÇÕES: PRINCIPAIS DEBATES E PROPOSTAS EM TORNO DA COP 30

Nesta edição da Agenda de Pressão, a Revista Casa Comum apresenta alguns dos principais debates em torno das Conferências do Clima, das Cúpulas dos Povos e temas que deveriam ser dialogados.

Por Elvis Marques

Encontro com povos indígenas para marcha de entrada conjunta na COP 28, em Dubai. Foto: Estevam Rafael / Presidência da República

"O último balanço global [*Global Stocktake* – GST, sobre o Acordo de Paris] já aconteceu, mas se você buscar qualquer informação relacionada, na internet, terá dificuldade de encontrar. E nós vamos ter, daqui a três anos, em 2028, o segundo balanço. Então, existem algumas ferramentas que seriam interessantes se elas funcionassem e que elas estão subsumidas no debate que está focado no financiamento climático. Se nós estamos hoje atuando com mitigação e adaptação, 'quer dizer que o barco já bateu no arrecife, que já está vazando água para tudo quanto é lado'."

Quem faz a análise é Mauricio Laxe, ambientalista, advogado e ecossocialista que possui diversas passagens pelo poder público e pelo terceiro setor, como o Ministério do Meio Ambiente e a ECOS – Espaço, Cidadania e Oportunidades Sociais. Ao longo de sua militância, Mauricio vivenciou movimentos que impactaram os rumos da agenda socioambiental no Brasil e no mundo, como a Eco-92 (ou Rio-92), a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992.

Por ter vivenciado tantos diálogos, acordos e apertos de mãos, Mauricio destaca a importância de a sociedade olhar atentamente para momentos como o do balanço global realizado na Conferência do Clima, a COP 28, em Dubai, referente ao Acordo de Paris, que completa agora, em 2025, uma década de seu estabelecimento.

O Acordo de Paris é composto por dezenas de artigos, mas vários deles são deixados de fora dos debates, como aponta o ambientalista: "Do 10º ao 13º, ninguém aborda, e são justamente aqueles que falam sobre fortalecer a ideia de uma convergência dos movimentos e da continuidade da Cúpula dos Povos. Abordam, ainda, sobre educação e conscientização política. São artigos que tratam da participação social."

Em contraste à fala de Mauricio, outros pontos do Acordo de Paris tiveram bastante destaque, principalmente no momento de avaliação de cobrança das nações. Veja os principais apontamentos conforme o *Global Stocktake*:

- **Progresso insuficiente:** Chegou-se à conclusão de que o mundo não está no caminho para barrar o aquecimento a 1,5°C, como definido no Acordo. As emissões globais de gases de efeito estufa precisam cair 43% até 2030 em relação a 2019, mas, atualmente, estão aumentando.
- **Energias e combustíveis fósseis:** Pela primeira vez, o texto final reconheceu a necessidade de *"transitioning away"* (transição) dos combustíveis fósseis. A proposta é triplicar a capacidade de energias renováveis e dobrar a eficiência energética até 2030.
- **Financiamento climático:** Foi cobrado o aumento do financiamento climático para países em desenvolvimento. O relatório reforçou que os fluxos financeiros atuais estão abaixo do necessário para a adaptação e a mitigação.
- **Adaptação e resiliência:** Apontou-se a necessidade de acelerar planos nacionais de adaptação, e o apoio a comunidades vulneráveis foi destacado como prioridade.

- **Perdas e danos:** Avanço com a operacionalização do Fundo de Perdas e Danos, para apoiar países mais afetados por eventos extremos.

>> Saiba mais em: **bit.ly/RCC_14_049**

Principais negociações de metas climáticas

A exemplo do Acordo de Paris, os tratados são instrumentos antigos cujo objetivo é formalizar compromissos entre as nações, o que permite que elas cooperem em temas que ultrapassam as suas fronteiras, como meio ambiente, comércio, saúde e direitos humanos. Confira:

- **Protocolo de Kyoto (1997):** Foi um acordo internacional que envolveu 84 países, sobretudo os industrializados, com o objetivo de reduzir as emissões de gases de efeito estufa, responsáveis pelo aquecimento global. Foi nesse contexto que surgiu no mercado o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), o qual permitia que países desenvolvidos compensassem as emissões por meio do financiamento de projetos de baixo carbono em países em desenvolvimento. Os Estados Unidos abandonaram o tratado em 2001, o que fragilizou o compromisso global.
- **Acordo de Copenhague (2009):** Buscou estabelecer um acordo global após o Protocolo de Kyoto, mas não obteve sucesso em alcançar metas vinculantes universais. Foi proposto, então, um compromisso voluntário para as nações apresentarem planos nacionais de mitigação.
- **COP 26, em Glasgow (2021):** Apresentou o "Pacto de Glasgow" com o pedido de revisão das metas, firmadas no Acordo de Paris, já em 2022, e não só em 2025 como previsto. Foi quando surgiu a proposta de "reduzir gradualmente" o uso do carvão.
- **COP 27, no Egito (2022):** Criou o Fundo de Perdas e Danos, tido como uma vitória histórica para países vulneráveis, e resultado de negociações sobre justiça climática. A iniciativa abriu caminho para a responsabilização das nações.

O que mais deveria estar em pauta na COP?

Natural da Índia, Kirtana Chandrasekaran integra a organização Friends of the Earth Scotland (em tradução livre, Amigos da Terra da Escócia), fundada em 1980, e membro da Cúpula dos Povos. Com atuação que se baseia em uma transição justa para uma sociedade sustentável, a entidade é a principal promotora de campanhas ambientais da Escócia, além de ser membro independente da rede Amigos da Terra Internacional.

Kirtana, em diálogo com a Revista Casa Comum, lista quatro temas que deveriam estar em pauta na Conferência do Clima, assim como em demais espaços socioambientais de debate, como a Cúpula dos Povos e outros:

- **Minerais Essenciais UE-EUA:** Iniciativa da Comissão Europeia para negociar com os Estados Unidos um acordo que reconheça minerais críticos extraídos ou processados na União Europeia para qualificá-los nos créditos fiscais de carros elétricos nos EUA.

>> Saiba mais: **bit.ly/RCC_14_050**

- **2ª Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR+20):** Organizada pelo governo da Colômbia e com previsão de realização em 2026, o evento deve avaliar e propor diretrizes para uma governação responsável da terra, da pesca e das florestas, com o intuito de combater a fome e a pobreza, para, assim, fortalecer a segurança alimentar.

>> Saiba mais: **bit.ly/RCC_14_051**

- **Legislação de Transição Justa em Nível Nacional:** Lei 14.299/2022, que instituiu o Programa de Transição Energética Justa (TEJ), focando em aspectos sociais e ambientais da transição energética.

>> Saiba mais: **bit.ly/RCC_14_052**

- **Tribunal Internacional de Solução de Controvérsias v. Equador:** Devido à falha do país na punição contra a empresa Chevron, que, atualmente, se beneficia do leilão de exploração de petróleo na Amazônia.

>> Saiba mais: **bit.ly/RCC_14_053**

Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, durante entrevista coletiva para comentar os vetos ao projeto de lei do licenciamento ambiental. Foto: Marcelo Camargo / Agência Brasil

Em tramitação no Brasil

Se esses são acordos e tratados internacionais que precisam estar em debates, outras pautas também são urgentes e causam diversos impactos nacionalmente, como o Projeto de Lei (PL) 2.159/2021. Conhecido como o "PL do Licenciamento Ambiental" ou "PL da Devastação", foi classificado, por organizações atuantes na área socioambiental, a exemplo do Observatório do Clima, como "o maior ataque à legislação ambiental das últimas quatro décadas, desde a publicação da Política Nacional do Meio Ambiente, em 1981."

Aprovado no Congresso Nacional no bojo da organização da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, a COP 30, o texto sancionado se tornou a Lei 15.190/2025, e foi publicada em 8 de agosto de 2025 com 63 dispositivos vetados pelo presidente Lula. Um dos pontos mais criticados na legislação, o Licenciamento Ambiental Especial (LAE) em fase única, simplificando assim, o cronograma e a sua análise, foi um dos pontos vetados pela Presidência da República. Os vetos ainda devem ser analisados pelo Congresso, podendo, assim, aprová-los ou rejeitá-los.

Na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, outros projetos, com foco na proteção socioambiental, buscam espaço para tramitação e aprovação, confira:

Número	O que propõe	Situação
PL 4.347/2021	Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). O objetivo da legislação, proposta por Joenia Wapichana, é elevar para a lei os termos do Decreto 7.747/12. >> Saiba mais: **bit.ly/RCC_14_054**	Aguardando parecer do(a) Relator(a) na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).
PL 6.969/2013	Intitulado Projeto da Lei do Mar, a proposta, aprovada na Câmara dos Deputados, institui a Política Nacional para a Gestão Integrada, a Conservação e o Uso Sustentável do Sistema Costeiro-Marinho (PNGCMar). >> Saiba mais: **bit.ly/RCC_14_055**	Aguardando análise pelo Senado Federal.
PL 2.933/2023	O PL propõe tipificar o crime de ecocídio, ou seja, tornar crime grave (pena, multa etc.) ações que causem grande dano ambiental. Fortalecimento das sanções para destruição ambiental, influência em políticas de responsabilização, possibilidade de uso como ferramenta contra desmatamento, poluição ou obras degradantes. O projeto é de autoria de diversos parlamentares do PSOL. >> Saiba mais: **bit.ly/RCC_14_056**	Está na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).
PL 3.799/2025	De autoria da deputada Célia Xakriabá (PSOL-MG), o projeto visa ao reconhecimento e à reparação civil dos danos espirituais, e torna obrigatória a sua análise em procedimentos de licenciamento ambiental. >> Saiba mais: **bit.ly/RCC_14_057**	Em tramitação na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) da Câmara dos Deputados.
PL 4.057/2025	Propõe medidas que valorizam conhecimentos tradicionais de povos indígenas e comunidades tradicionais, com foco em práticas agroambientais sustentáveis. A proposição é de autoria do Senador Jaques Wagner (PT-BA). >> Saiba mais: **bit.ly/RCC_14_058**	Está no Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal).
Substitutivo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para o PL 2.933/2022	A proposta proíbe a mineração industrial em terras de povos isolados, exploração em áreas de habitação permanente, territórios de povos tradicionais e outros. A autora, a ex-deputada Joenia Wapichana, justifica que, apesar da proibição na Constituição, a mineração em terras indígenas continua a ser uma prática permanente. >> Saiba mais: **bit.ly/RCC_14_059**	O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados.

RETRATO BRASIL

LUTA É IGUAL A MATO: COLETIVA, RESILIENTE, ORGÂNICA E SEMPRE VOLTA A FLORESCER

Conheça o acervo fotográfico da Mídia NINJA, com uma curadoria de imagens em torno da luta indígena, pela terra e pela justiça climática, em diálogo com a Cúpula dos Povos Rumo à COP 30.

Por Oliver Kornblihtt*

As três linhas curatoriais desta seleção: luta indígena, pela terra e pela justiça climática, se entrelaçam como dimensões inseparáveis de um mesmo desafio histórico: o direito à vida em sua plenitude. Diante da crise climática global, emerge das mulheres indígenas uma proposta que é também cura: reflorestar mentes. Esse chamado ultrapassa o campo ambiental para se tornar horizonte civilizatório, lembrando que não basta proteger a floresta física, é preciso transformar os modos de pensar e sentir, romper com a lógica da monocultura e cultivar a diversidade como princípio vital.

Nessa perspectiva, ecoam as palavras de Marielle Ramires, a Mari, fundadora da NINJA que partiu em abril deste ano e cuja visão segue inspirando o coletivo: *"A saída segue sendo coletiva. Assim, não há outra senão juntar gente e fazer movimentos. Confluir redes em contraponto a todos os modelos de monoculturas. Porque monocultura sufoca, monocultura mata. (...) Só uma coisa é certa: o mato voltará a crescer. Com o tempo."*

A metáfora do mato traduz o sentido profundo de reflorestar mentes: mesmo quando sufocada pelo asfalto, a vida insiste, encontra frestas e se reinventa. Assim é também a luta coletiva (resiliente, orgânica, teimosa) que sempre volta a florescer.

Nosso Planeta clama por mudanças profundas e urgentes. É nesse horizonte que se insere a Cúpula dos Povos, que caminha rumo à COP 30, em Belém (PA), reunindo diversas vozes e perspectivas para articular um conjunto de eixos e bandeiras de luta capazes de transformar a realidade e projetar um futuro popular. O diálogo entre essas lutas – indígenas, camponesas, feministas, antirracistas, climáticas, culturais e sociais –, revela que todas enfrentam um mesmo adversário: os modelos de monocultura que reduzem a vida à mercadoria. A curadoria destas fotografias busca, assim, expressar esse entrelaçamento de resistências, compondo em imagens o mosaico de um corpo coletivo que insiste em viver e reinventar o mundo.

O acervo fotográfico da Mídia NINJA, construído de forma colaborativa ao longo da última década, reúne mais de 150 mil imagens realizadas por mais de 500 colaboradores espalhados pelas cinco regiões do Brasil. Mais do que um arquivo, é um território de memórias vivas, que documenta a força das ruas, dos povos e dos territórios em movimento. Cada imagem é uma semente que contribui para reflorestar o imaginário social, denunciando violências, e, também, projetando futuros possíveis, nos quais a diversidade de vozes e corpos é reconhecida como riqueza essencial.

A Mídia NINJA foi fundada em 2013 e ganhou notoriedade durante as manifestações de junho daquele ano, quando milhões ocuparam as ruas do Brasil. Desde então, consolidou-se como uma rede de comunicação livre que reinventa formas de produção e distribuição de informação a partir da tecnologia e da lógica colaborativa. Sua atuação é guiada pela defesa da comunicação como direito humano e pela visibilização de pautas identitárias, ambientais e culturais que dialogam com os desafios do século 21. O acervo fotográfico, fruto desse percurso, é expressão direta dessa insurgência coletiva: uma prática de comunicação que, não apenas registra, mas também cultiva, como quem planta e rega, a imaginação de outros mundos possíveis.

* **Oliver Kornblihtt** é fotógrafo, editor e coordenador do acervo fotográfico da Mídia NINJA. Conheça mais em: **bit.ly/RCC_14_060**

Luta indígena

Jovem liderança indígena durante a Semana Santuário dos Pajés, em 28 de junho de 2019. Brasília (DF). Foto: Mídia NINJA

Lideranças indígenas em cantos e rituais coletivos durante o Acampamento Terra Livre (ATL) de 2022. Foto: Mídia NINJA

Milhares marcharam contra os retrocessos do então governo Temer, em 29 de novembro de 2016, contra a PEC 55. Brasília (DF). Foto: Mídia NINJA

Retrato de Juma Xipaia, jovem liderança indígena, durante a COP 26 em Glasgow, na Escócia (UK). Foto: Mídia NINJA

Luta pela terra

Ato em Cachoeira Escura reuniu, em novembro de 2016, atingidos e movimentos populares em memória das vítimas e contra o crime ambiental da Samarco/Vale-BHP em Mariana (MG). Foto: Alejandra Coronel / Mídia NINJA

Trabalhadores rurais em ato de resistência no Assentamento Vale da Vitória (ES), em dezembro de 2019. Foto: Gian Martins / Mídia NINJA

Faixa com os dizeres "Viva! A soberania alimentar" foi estendida em área de cultivo durante a Pamonhada do MST no Acampamento Dom Tomás Balduíno (GO), em fevereiro de 2015. Foto: Mídia NINJA

Trabalhador do MST em viveiro de mudas no Assentamento Vale da Vitória (ES), em dezembro de 2019. Foto: Mídia NINJA

Luta pela justiça climática

Raimundo Mendes, o Raimundão, extrativista e liderança comunitária, em atividade de coleta de látex na Reserva Extrativista Chico Mendes, em setembro de 2019. Acre (AC). Foto: Katie Maehler / Mídia NINJA

Fogo na Comunidade São Bernardo, na região da Transacreana, em Rio Branco (AC), em setembro de 2019. Foto: Katie Maehler / Mídia NINJA

Integrantes do grupo *Red Rebels*, do movimento *Extinction Rebellion*, em *performance* nas ruas de Glasgow, na Escócia (UK), durante a COP 26. Foto: Mídia NINJA

Caminhão carregado de minério em área de exploração, em Brumadinho (MG), em 2013. Foto: Mídia NINJA

ROTEIRO FORMATIVO

CASA COMUM

CUIDAR DE SI, DO OUTRO E DO PLANETA

Nº.14

OUT/NOV/DEZ 2025

TRILHA DE SABERES

Já está em suas mãos o **"Roteiro formativo – Trilha de Saberes" da 14ª edição da Revista Casa Comum**, uma publicação de iniciativa do SINFRAJUPE – Serviço Inter-Franciscano de Justiça, Paz e Ecologia, em parceria com importantes atores, organizações, movimentos e redes do campo dos direitos humanos e ambiental. Além da versão impressa, o projeto se desenvolve regularmente em ambiente digital e nas redes.

A cada edição, a Revista Casa Comum traz à tona uma série de conteúdos que buscam ampliar a compreensão de diferentes públicos sobre as pautas de direitos fundamentais, bem como gerar e produzir conhecimento, possibilitando uma formação permanente para quem atua e para quem quer atuar nessas agendas.

Assim, este roteiro se propõe a apresentar uma sugestão de Trilha de Saberes para que educadores e educadoras, ou seja, todos e todas que promovem atividades com grupos, coletivos, movimentos, espaços escolares etc. possam explorar todo o conteúdo da Revista em momentos de encontros, rodas de conversa e formações, incentivando a reflexão e o engajamento de cidadãos e cidadãs em iniciativas de transformação social.

O que compõe a Trilha de Saberes

A Trilha é formada por um ponto de partida, que traz o tema norte e a base conceitual, além de três encontros, que percorrem um caminho educativo que visa:

- **1. Conhecer o tema;**
- **2. Refletir;** e
- **3. Agir.**

Acesse outros conteúdos em: revistacasacomum.com.br

PONTO DE PARTIDA

Convergir para transformar: unindo vozes pela justiça climática

Algo potente vem sendo construído a muitas mãos no Brasil: um processo de convergência que reúne representantes de diversas organizações, redes, coletivos, coalizões e movimentos de mulheres, de povos e comunidades tradicionais, de juventudes, de ambientalistas, de trabalhadores(as), de pessoas LGBTQIAPN+, de pessoas com deficiência, de defesa da infância e da adolescência, entre muitos outros, tanto das cidades, quanto do campo, das florestas e das águas.

Essa convergência – proposta pela Cúpula dos Povos e que inspira esta edição da Revista Casa Comum e da Trilha de Saberes – nasce da compreensão profunda de que as múltiplas crises que enfrentamos (climática, social, econômica, dos modelos de cidades etc.) estão interconectadas e, portanto, exigem respostas que também se relacionem e, mais do que isso, sejam coletivas.

Como nos ensina o pensador caribenho Édouard Glissant (2021), através de seu conceito de "Poética da Relação", identidades e realidades se constroem por meio das conexões e interações mútuas, não de origens fixas ou puras. Seu pensamento propõe compreender o mundo pela complexidade de suas ligações, valorizando a diversidade e a transformação que emergem dos encontros entre diferentes culturas e experiências. É exatamente isso que a Cúpula dos Povos pretende: partir da relação entre as lutas para construir alternativas que valorizem as diversas formas de vida, principalmente as mais esquecidas ou vulneráveis, cuidando de nossa Casa Comum.

O objetivo dessa união é fortalecer a construção popular e convergir pautas das agendas socioambiental, antipatriarcal, anticapitalista, anticolonialista, antirracista e de direitos, respeitando suas diversidades e especificidades, unidas por um futuro de Bem Viver.

O que podemos entender por convergir?

Convergir não é apenas somar lutas, mas compreender que a defesa da Amazônia está conectada com a luta antirracista, que a soberania alimentar dialoga com o feminismo popular, que a transição energética justa se entrelaça com a proteção dos territórios quilombolas.

A convergência parte do entendimento de que enfrentamos um sistema que produz múltiplas opressões de forma articulada. Como apresenta Lélia Gonzalez (1984), pensadora negra brasileira, é preciso compreender como o racismo, o sexismo e a exploração de classe operam de forma entrelaçada. Assim como as violências se somam, a convergência também pode acontecer como resposta organizada a essa articulação das opressões.

No contexto atual, isso é ainda mais urgente. Precisamos avançar em espaços coletivos que defendem a democracia e a solidariedade internacional, que enfrentam a extrema direita, o fascismo, os fundamentalismos, as guerras, a financeirização da Natureza e a crise socioambiental.

Os eixos da convergência

A Cúpula dos Povos se organiza em seis eixos de convergência que representam uma agenda política comum e internacionalista dos povos em luta. Eles estão detalhados no Em Destaque (p.08).

Quando a luta pelo clima é também luta por direitos

A crise climática não atinge todas as pessoas da mesma forma. Como aponta a ativista sul-africana Tasneem Essop, em entrevista para a 14ª edição da Revista Casa Comum, os impactos das mudanças climáticas são sentidos de forma mais intensa pelo Sul Global, especialmente em comunidades que já vivem situações de vulnerabilidade: pessoas em situação de pobreza, mulheres, indígenas, população negra, crianças, idosos e pessoas com deficiência.

Justiça socioambiental significa, portanto, reconhecer e enfrentar essas desigualdades estruturais. Implica compreender que:

- A crise ambiental é inseparável das crises sociais: não há solução climática sem enfrentar o racismo ambiental, o machismo, a exploração de classe e outras opressões que determinam quem sofre mais com a devastação ambiental.
- Territórios preservados são territórios de direitos garantidos: dados mostram que terras indígenas, com menos de 1% de desmatamento, preservam 19% de toda vegetação nativa do Brasil. A demarcação de territórios tradicionais é, em si, uma política climática efetiva.
- Trabalho decente e meio ambiente saudável são direitos conectados: não é possível mitigar os efeitos da crise climática sem garantir direitos trabalhistas, combater o trabalho escravo e infantil e proteger quem trabalha diretamente com a Natureza.
- As soluções devem vir dos territórios: cooperativas de catadores, agroecologia, economia solidária, manejo tradicional e outras práticas desenvolvidas pelas comunidades são alternativas reais que combinam cuidado ambiental com geração de renda e autonomia popular.

Como nos lembra o geógrafo Milton Santos (2003, p.96): "O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence."

A convergência proposta pela Cúpula dos Povos parte de que é necessário transformar as estruturas de poder, redistribuir riquezas, reparar injustiças históricas e garantir que todas as pessoas, especialmente as mais vulneráveis, tenham condições dignas de vida.

O papel da educação popular

Como educadores e educadoras populares, temos um papel fundamental nesse processo. A educação popular, como nos ensinou Paulo Freire (1967), é sempre um ato político que pode servir à opressão ou à libertação. No nosso caso, buscamos, por meio das etapas "Conhecer", "Refletir" e "Agir", que compõem a Trilha de Saberes, incentivar práticas libertadoras promotoras da justiça socioambiental.

Nossa tarefa educativa, neste momento, é contribuir para que as pessoas compreendam as conexões entre as lutas, desenvolvam uma leitura crítica da realidade e se organizem para a transformação social.

A convergência continua

Esta Trilha de Saberes nos convida a sermos parte ativa dessa convergência. Não como observadores, mas como construtores de um futuro de Bem Viver. O processo não se encerra na COP 30 (Conferência das Partes), mas se fortalece por meio das alianças criadas, dos aprendizados compartilhados e das ações construídas coletivamente no espaço da conferência.

Referências citadas no texto

- CÚPULA DOS POVOS. **Manifesto**. cupuladospovoscop30.org/manifesto/
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GLISSANT, Édouard. **Poética da Relação**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.
- GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, p. 223-244, 1984. Disponível em: **bit.ly/RCC_14_064**
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

Convergimos para nos descobrirmos em nossa diversidade e nos acolhermos em nossa humanidade comum. Dessa forma, a convergência, como uma poética da relação, é nossa tarefa coletiva, como é o caminho que precisamos percorrer para chegar à uma sociedade que abrace todas as formas de vida.

Para ler, para ver e para ouvir:

Convidamos você, educador(a), para, antes de iniciar a Trilha de Saberes:

- Ler o "Manifesto da Cúpula dos Povos": Disponível em: **cupuladospovoscop30.org/manifesto**;
- Ler o editorial da 14ª edição da Revista Casa Comum;
- Conhecer a Cartilha ABC das COPs, da Rede Eclesial Pan-Amazônica – REPAM, que esclarece nomenclaturas fundamentais: **bit.ly/RCC_14_071**;
- Explorar a plataforma Eunice (Espaço Unificado de Informação Climática e Engajamento), do Observatório do Clima: **eunice.oc.eco.br.**

Acessar os vídeos da *playlist* do YouTube:

- Cúpula dos Povos em Movimento: **bit.ly/RCC_14_066**;
- Cúpula dos Povos na Imprensa: **bit.ly/RCC_14_067**;
- Ler o texto "Quem são os culpados e os maiores afetados pela crise climática?", no *site* da Revista Casa Comum: **bit.ly/RCC_14_068**.

ENCONTRO 01: 01 CONHECER

Preparação do encontro: O que você precisa antecipar

Prepare uma sala com projetor ou que tenha internet disponível para que os(as) participantes possam acessar os materiais, caso seja possível.

Tenha disponível o texto completo do "Manifesto da Cúpula dos Povos": cupuladospovoscop30.org/manifesto/.

Prepare folhas com trechos selecionados do Manifesto para trabalho em grupos.

Separe todos os textos selecionados da 14ª edição da Revista Casa Comum, para compartilhar com o grupo, que são indicados na Trilha.

Organize materiais para construção da "Árvore das crises, lutas e esperanças" e do "Círculo da Convergência": papel *kraft* ou cartolina grande (recortado em círculo), folhas A4, lápis, canetas coloridas, giz de cera etc.

Separe a música "Xote da Marcha do Povo", do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Disponível em: **bit.ly/RCC_14_069**.

Para os(as) educadores(as) da educação formal: prepare informações sobre a Lei 14.926/2024 que torna obrigatória a educação climática nas escolas. Saiba mais sobre o tema em: **bit.ly/RCC_14_070**.

Passo a passo

1. Abertura do encontro

Acolha os(as) participantes e apresente o tema da Trilha: "Convergir para transformar: unindo vozes pela justiça climática".

Inicie compartilhando o conceito de Édouard Glissant sobre a "Poética da Relação" presente no Ponto de Partida.

Explique que, neste encontro, será iniciada nossa própria poética da relação, descobrindo como nossas experiências se conectam e, como juntos(as), podemos construir alternativas.

Aquecimento

Identificando nossas raízes (Parte 1: As crises)

Entregue uma folha A4 para cada participante e peça para desenharem raízes de uma árvore (pode ser uma árvore comum ou representativa na região/comunidade) na parte inferior da folha (deixando espaço na parte superior para os próximos encontros).

Assim que terminarem, convide todos(as) a caminhar pelo espaço reconhecendo os(as) demais presentes. Você pode colocar uma música como trilha sonora. A sugestão é o "Xote da Marcha do Povo"*, do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Pare a música no momento que achar propício e peça para formarem duplas.

Em duplas, cada pessoa terá cinco minutos para responder: "Que crise socioambiental você mais sente no seu território/comunidade?". Enquanto uma pessoa fala, a outra escuta atentamente. Depois alternam.

Após a conversa, oriente cada pessoa a fazer um registro individual, representando a crise que compartilhou nas raízes da árvore, por meio de palavras-chave, símbolos ou pequenos desenhos.

Em seguida, forme uma grande roda e convide algumas pessoas a compartilharem brevemente a crise que identificaram. Você pode anotar o principal elemento da crise apresentada por cada participante nas bordas de um círculo de papel *kraft* ou cartolina, iniciando a preparação do "Círculo da Convergência", que representará o encontro das percepções individuais.

Comente que os desenhos feitos pelos(as) participantes são as raízes que iniciam a caminhada nesta Trilha e que devem guardar a folha de papel para que, nos próximos encontros, o grupo observe as lutas que brotam dessas raízes e as esperanças que florescem.

* No *site* da **Revista Casa Comum**, você encontrará várias outras sugestões de músicas que podem ser utilizadas na Trilha, que debatem as temáticas abordadas ao longo dos encontros. Acesse:

2. Roda de conversa

1º momento

Apresente o "Manifesto da Cúpula dos Povos" como documento central que orienta a convergência de mais de 1.100 organizações do Brasil e do mundo. Façam uma leitura coletiva do texto. Se preferir, pode selecionar alguns parágrafos e destacá-los para o grupo.

2º momento

Peça para os(as) participantes formarem três grupos e distribua a reportagem Em Destaque, da 14ª edição da Revista Casa Comum (p.04), para que façam a leitura em grupo, principalmente a parte com o subtítulo "Só um caminho possível: a união dos povos" (p.07).

Durante a leitura, entregue para cada grupo um dos trechos abaixo do "Manifesto da Cúpula dos Povos":

Grupo 1 - Diagnóstico da crise: "O clima extremo, as secas, as cheias, os deslizamentos de terras e as falsas soluções climáticas servem como instrumento de aprofundamento da desigualdade e das injustiças ambientais e climáticas (...)."

Grupo 2 - Soluções necessárias: "É preciso rever o modelo econômico vigente e eliminar a produção e queima de combustíveis fósseis (...) Urge acordos internacionais por uma transição energética justa."

Grupo 3 - Chamado à ação: "Convocamos as organizações, redes, coletivos e movimentos sociais dos mais diversos segmentos para construir a Cúpula dos Povos rumo à COP 30."

E indique que terão 15 minutos para:

1. Ler e discutir o trecho;
2. Identificar três palavras-chave;
3. Conectá-las com as crises mapeadas na atividade de "aquecimento";
4. Preparar uma apresentação de três minutos.

Finalizado o tempo, peça para os grupos apresentarem e anote as palavras-chave no papel *kraft* (ou cartolina) da nuvem de palavras inicial.

3. Encerramento

Para encerrar este encontro, retome o papel *kraft* com o "Círculo da Convergência" do aquecimento e as informações trabalhadas sobre o Manifesto e a revista. Em seguida, peça para o grupo identificar:

- Que crises locais se conectam com o diagnóstico do Manifesto?
- Como a história da Cúpula dos Povos dialoga com as lutas do nosso território?
- O que descobrimos hoje que não sabíamos?

Finalize o dia retomando a proposta do desenho das raízes, indicando que, nos próximos encontros, irão adicionar as lutas, resistências e esperanças.

[Para educadores(as) das escolas] O "Manifesto da Cúpula dos Povos" pode ser trabalhado em diferentes disciplinas como texto base para discussão sobre cidadania, democracia participativa e questões socioambientais. A Lei 14.926/2024 exige que a educação climática seja transversal, e esse documento oferece uma perspectiva dos movimentos sociais que complementa os conteúdos científicos tradicionais.

Preparação do encontro: O que você precisa antecipar

Prepare uma sala com projetor ou que tenha internet disponível para que os(as) participantes possam acessar vídeos e materiais digitais, caso seja possível.

Separe todos os textos selecionados da 14ª edição da Revista Casa Comum, para compartilhar com o grupo, que são indicados na Trilha.

Organize cartões com situações concretas (baseadas nas reportagens) para análise crítica.

Organize materiais para construção da "Árvore das crises, lutas e esperanças" e do "Círculo da Convergência": papel *kraft* ou cartolina grande (recortado em círculo), folhas A4, lápis, canetas coloridas, giz de cera etc.

Separe a música "Movimento e Devoção", do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Disponível em: **bit.ly/RCC_14_069**

Passo a passo

1. Abertura do encontro

Acolha os(as) participantes e relembre brevemente a jornada: no primeiro encontro, conhecemos o "Manifesto da Cúpula dos Povos" e mapeamos as crises que sentimos nos territórios. Hoje vamos refletir sobre as lutas que emergem dessas crises.

Aquecimento

O corpo que brota das nossas raízes
(Parte 2: As lutas)

Peça para cada pessoa pegar seu desenho das raízes do encontro anterior e, sentada, observar atentamente os detalhes. Em seguida, convide os(as) participantes a fecharem os olhos e coloque a música "Movimento e Devoção". Depois de alguns minutos, convide-os(as) a se levantarem, andarem pelo espaço e formarem novas duplas (diferentes do encontro anterior).

A ideia é que as duplas possam conversar durante 10 minutos. Cada pessoa tem cinco minutos para responder: "Qual luta ou resistência você conhece na sua região?" (pode ser uma organização, movimento, iniciativa comunitária, pessoa que luta por algo etc.).

Peça para cada pessoa desenhar o tronco da sua árvore, saindo das raízes, e escrever ou desenhar nele a luta/resistência que compartilhou, fazendo seu registro de forma individual.

Em seguida, forme uma roda e convide algumas pessoas a compartilhar as lutas que identificaram. Anote as palavras no "Círculo da Convergência" (papel *kraft*), bordeando as crises do encontro anterior, deixando o centro ainda livre.

É importante observarem como, das raízes das crises, brotam troncos de resistência. Indique que, neste encontro, a proposta é conhecer resistências de diversas partes do mundo e aprender com elas.

2. A Revista Casa Comum na prática

2.1. Leitura – 1º momento

Retome os três grupos do encontro anterior e distribua os textos da 14ª edição da Revista Casa Comum:

EM DESTAQUE
Vozes da Cúpula dos Povos (p. 16 e 17)

VOZES EM AÇÃO
Lucia Alberta Baré: entre o Rio Negro e o mundo, uma voz pela educação, pelos direitos e pelo clima (p.18)

VOZES EM AÇÃO
Neidinha Suruí: A voz da floresta que ecoa no mundo (p.19)

Comente que esses trechos trazem múltiplas vozes que se relacionam a partir de suas experiências, visões e linguagens, na luta por um mundo de justiça. Peça para os grupos lerem e compartilharem entre si o que mais chamou a atenção.

2.2. Leitura – 2º momento

Apresente os eixos de convergência da Cúpula dos Povos (p.08) e peça que leiam os textos indicados. Você pode escolher quais dos textos são mais significativos para o contexto local e indicar um para cada grupo:

EM PAUTA
Clima sob ataque: como a extrema direita fomenta a crise climática (p.25)

EM PAUTA
"Mentira verde": os impactos das falsas narrativas propagadas por empresas e governos (p.29)

EM PAUTA
Aliança dos Povos renasce na luta pelo clima (p.32)

EM PERSPECTIVA
A COP 30, a injustiça climática e o ecocídio (p.41)

EM PERSPECTIVA
Justiça climática e laboral precisam caminhar juntas (p.43)

*Caso você esteja trabalhando com grupos de adolescentes ou crianças, ou com educadores(as), a sugestão é utilizar a reportagem do Estação Criança (p.35).

A proposta é que o grupo possa refletir sobre:

- Qual eixo de convergência da Cúpula dos Povos está mais ligado a este texto?
- Quais exemplos de luta ou resistência podem ser identificados?
- De que forma estas lutas se conectam com as lutas que você encontra na sua comunidade?

2.3. Diálogo com a Revista Casa Comum

Após a leitura, cada grupo terá 15 minutos para:

- Revisar as respostas às perguntas disparadoras (eixos e lutas identificadas).
- Criar um cartaz do eixo em um cartolina, incluindo: Nome e explicação do eixo; citação de uma voz encontrada nas leituras que aborda do eixo; exemplos da revista sobre as lutas relacionadas ao eixo; conexões com a realidade local do grupo.

Peça para que os grupos apresentem os cartazes e respondam de forma coletiva:

- Como esse(s) eixo(s) se manifesta(m) no nosso território?
- Quais soluções já existem no território que dialogam com esse eixo?

3. Encerramento

Faça uma síntese do encontro trazendo a importância de convergir as lutas, aprendendo com exemplos do Brasil, da África do Sul, de Honduras, da Nigéria, dos Estados Unidos (tendo como base as experiências vistas), que nos ensinam que precisamos desenvolver nossa capacidade de análise crítica para perceber alternativas reais que emergem dos povos e territórios.

Finalize o encontro apresentando as fotografias do Retrato Brasil (p.54). Você pode pedir para que algumas pessoas comentem sobre as imagens e sobre as lutas que elas trazem.

Preparação do encontro: O que você precisa antecipar

Prepare uma sala com projetor ou que tenha internet disponível para que os(as) participantes possam acessar as ferramentas digitais, caso seja possível.

Separe todos os textos selecionados da 14ª edição da Revista Casa Comum, para compartilhar com o grupo, que são indicados na Trilha.

Acesse previamente e teste os materiais indicados:

- Plataforma Eunice: **eunice.oc.eco.br** (especialmente o capítulo "A sociedade civil")
- Cartilha Mudanças climáticas e Conferência do Clima: qual o nosso papel? **caritas.org.br/divulgacao/43**
- Mutirão das Juventudes: **mutiraodasjuventudes.com**

Prepare acesso aos *sites* das campanhas mencionadas no Mobilize-se (p. 45)

Organize materiais para finalização da "Árvore das crises, lutas e esperanças" e do "Círculo da Convergência".

Prepare materiais para construção dos "protótipos de ação": cartolinas, *post-its*, canetas e barbantes.

Passo a passo

1. Abertura do encontro

Acolha os(as) participantes e relembre a jornada: conhecemos o Manifesto e mapeamos as crises (encontro 1); e refletimos sobre lutas locais e globais por meio dos eixos de convergência (encontro 2). No encontro 3, a proposta é "agir", conhecendo ferramentas práticas e construindo ações concretas.

Aquecimento

Cuidar para florescer
(Parte 3: As esperanças)

Peça para cada participante retomar seu desenho dos encontros anteriores, lembrando que as raízes representam as crises e o tronco, as lutas.

Convide todos(as) a caminhar pelo espaço em silêncio, refletindo sobre a jornada da Trilha. Após alguns minutos, peça para formarem trios (preferencialmente com pessoas diferentes dos encontros anteriores). Na conversa, a proposta é que cada pessoa tenha cinco minutos para responder: "O que te dá esperança para o futuro? Quais mudanças você consegue imaginar como possíveis?"

Finalizada a conversa, peça para cada pessoa desenhar a copa da sua árvore (folhas, flores e frutos) e preencher com palavras, símbolos ou pequenos desenhos que representem suas esperanças.

Após os desenhos prontos, faça uma roda de compartilhamento e convide todos(as) a mostrarem suas árvores completas. Anote as esperanças compartilhadas no centro do "Círculo da Convergência".

Comente que, agora, todas as árvores estão completas: das raízes das crises, cresceram troncos de luta e floresceram copas de esperança. Enfatize que a

proposta deste encontro será conhecer e utilizar ferramentas concretas para plantar essas árvores no mundo real.

2. A Revista Casa Comum na prática

2.1. Inspiração

Distribua e peça para que os(as) participantes leiam os textos, a fim de visualizar possibilidades de elaboração de propostas de ação:

NA PRÁTICA
Maiores vítimas da crise climática, mulheres são essenciais na construção das soluções (p.37)

AGENDA DE PRESSÃO
Acordos, metas e legislações: principais debates e propostas em torno da COP 30 (p.51)

2.2. Preparando a ação de mobilização

Com base no texto do Mobilize-se (p.45), apresente três materiais como recursos práticos para fortalecer a convergência: Plataforma Eunice, Cartilha Mudanças climáticas e Conferência do Clima: qual o nosso papel? e Mutirão das Juventudes. Divida o grupo em equipes e peça para que explorem os materiais.

Em seguida, cada equipe apresenta suas descobertas.

2.3. Construindo "protótipos de ação"

Com base nas esperanças mapeadas e nas ferramentas conhecidas, a proposta é que os grupos construam "protótipos de ação" viáveis. Para tal, convide os(as) participantes a formarem grupos e escolher uma esperança/ideia concreta e desenvolver uma ação seguindo os passos:

1. Diagnóstico: Que esperança/mudança queremos materializar?; Qual problema específico vamos abordar?; Quem são os(as) responsáveis?; Quem são os(as) possíveis aliados(as)?

2. Convergência: Com qual(is) eixo(s) da Cúpula nossa ação se conecta?; Que campanha existente podemos fortalecer?; Como podemos nos conectar com outras organizações/movimentos locais?

3. Estratégia: Quais materiais vamos usar? (Eunice, Mutirão etc.); Como vamos fundamentar nossa ação com dados/informações?

4. Ação concreta: O que vamos fazer?; Quando?; Como? Como documentar e amplificar?

Tempo: 30 minutos para construir o protótipo

Material: Cada grupo cria um cartaz com seu protótipo

2.4. Compartilhando os protótipos

Cada grupo apresenta seu protótipo e coloca o cartaz na parede ao lado do "Círculo da Convergência". Após todas as apresentações, os(as) participantes podem conversar sobre:

- Quais conexões vocês veem entre os diferentes protótipos?
- Como podemos apoiar uns aos outros nas ações propostas?
- Quais recursos ou parcerias podemos compartilhar?

Você pode usar barbantes para conectar fisicamente os cartazes dos protótipos que podem colaborar entre si, criando uma "rede de ações" visual.

3. Encerramento

Para finalizar a Trilha, os(as) participantes são convidados(as) a estabelecer alguns compromissos:

- **Individual:** Cada pessoa escreve em um *post-it* uma ação concreta que fará nos próximos 30 dias e cola na sua árvore.
- **Coletivo:** O grupo escolhe uma ação que fará junto até dezembro e assina um "termo de compromisso" coletivo.
- **Rede:** Decidem como vão se comunicar, acompanhar os compromissos e apoiar uns aos outros.

Insira esses *post-its* e anotações dos compromissos coletivos e da rede no "Círculo da Convergência". Para encerrar, organize uma roda com todas as árvores e, no centro delas, coloque o "Círculo da Convergência" e leia o trecho do Manifesto:

"Convocamos as organizações, redes, coletivos e movimentos sociais dos mais diversos segmentos para construir a Cúpula dos Povos rumo à COP 30, que seja capaz de mobilizar a opinião pública, fortalecer a democracia participativa e popular."

Comente que, juntas, as árvores formam uma floresta de crises, lutas e esperanças e, com o Círculo ao centro, demonstra como podemos praticar nossa convergência.

Expediente

Roteiro formativo – Trilha de Saberes da Revista Casa Comum

Iniciativa: **SINFRAJUPE**

Realização: **Instituto Hori**

Secretário executivo:
Frei José Francisco de Cássia, ofm

Coordenação geral da revista:
Fábio José Garcia Paes

Projeto e coordenação editorial:
Estúdio Cais - Projetos de Interesse Público
www.estudiocais.com.br

Parceiro institucional:
ABPEducom (Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação)
www.abpeducom.org.br

Parceiro para impressão:
PAULUS Social

Criação do roteiro:
Mauricio Virgulino – ABPEducom

Daniele Próspero – Estúdio Cais - Projetos de Interesse Público

Revisão:
Marta Pachiella Martinez e **Rodrigo Bueno**

Projeto gráfico e diagramação:
Estúdio Oto

Ilustradora:
Marcela Weigert

Contato:

Endereço de correspondência:
Largo São Francisco, nº 181, sala 509, Sé, São Paulo (SP) - CEP: 01005-010

Para contato com a redação:
contato@revistacasacomum.com.br

Site:
www.revistacasacomum.com.br

@RevistaCasaComum

Informe publicitário

CONHECIMENTO GRATUITO QUE FORTALECE O SUAS

A **PAULUS Social**, utilizando sua experiência no campo editorial, disponibiliza gratuitamente materiais de referência para a Assistência Social, por meio do Programa de Assessoramento InovaSUAS.

Com a publicação, impressão e distribuição sem custos, a iniciativa fortalece a rede socioassistencial, ampliando o acesso a conteúdos que contribuem para o aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e para a garantia dos direitos de cidadania.

MATERIAIS DISPONÍVEIS

- **Cartilha "SUAS – Modo de Usar"**
- **Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**
- **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA**
- **Estatuto da Pessoa Idosa**
- **Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS**
- **NOB-SUAS**
- **Perguntas Frequentes do SCFV**
- **PNAS 2004**
- **Resolução nº 99 – O Direito dos Usuários do SUAS**
- **Resolução nº 100 – O Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social**
- **Tipificação 2014**

COMO SOLICITAR

- O pedido deve ser feito por meio de **ofício*** emitido por órgão público ou instituição vinculada à Assistência Social.
- Tiragem mínima de **1.000** exemplares (ou mais, conforme a demanda).
- A entrega é gratuita em um único endereço do município (vinculado ao CNPJ da instituição ou outro indicado).
- Após a entrega, será emitido um recibo de gratuidade para comprovação da doação.

***Ofício sujeito à análise.**

Acesse o formulário de solicitação por meio do QR code!

"NÃO SE ESQUEÇA DE ANEXAR O OFÍCIO!"

Os pedidos estão sendo reunidos para a próxima impressão, prevista para 2026.

Dúvidas: paulus.social@paulus.org.br

PAULUS SOCIAL

PAULUS.ORG.BR

CASA COMUM

Acesse a Trilha de Saberes da 14ª edição

Conheça a revista digital: www.revistacasacomum.com.br

Acompanhe as novidades nas redes da Revista Casa Comum:

@RevistaCasaComum

Iniciativa:

SINFRAJUPE

Realização:

Instituto HORI

Coordenação editorial:

ESTÚDIOCAIS
PROJETOS DE INTERESSE PÚBLICO

Parceria especial:

CÚPULA DOS POVOS
RUMO À COP30

Apoio:

MPT Ministério Público do Trabalho

PAULUS SOCIAL

instituto casa comum

[AFES]

fundo casa SOCIOAMBIENTAL

ESCOLA DE ATIVISMO

ENCANTAR A POLÍTICA

ABEducom

ação educativa

Associação Alternativa Terrazul